

UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO

ESTELA PINHEIRO MACHADO

**CENSURANDO A CENSURA: ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS PELO JORNAL O PASQUIM NO
PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA**

BAURU
2011

ESTELA PINHEIRO MACHADO

**CENSURANDO A CENSURA: ESTRATÉGIAS
UTILIZADAS PELO JORNAL O PASQUIM NO
PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, sob orientação da Prof.^a Ms.^a Vanessa Matos dos Santos

BAURU

2011

M1492c

Machado, Estela Pinheiro

Censurando a censura: estratégias utilizadas pelo jornal O Pasquim no período da ditadura brasileira / Estela Pinheiro Machado -- 2011.

133f. : il.

Orientador: Prof. Ms. Vanessa Matos dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo) - Universidade Sagrado Coração - Bauru – SP

1. Pasquim. 2. Censura. 3. Regime militar. 4. Imprensa alternativa. 5. Liberdade de imprensa. I. Santos, Vanessa dos Santos. II. Título.

ESTELA PINHEIRO MACHADO

CENSURANDO A CENSURA: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO JORNAL O PASQUIM NO PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob orientação da Prof. Ms. Vanessa Matos dos Santos.

Banca Examinadora:

Prof. Ms.^a Vanessa Matos dos Santos

Orientadora

Universidade Sagrado Coração

Prof. Esp. Sandra Mara Firmino

Docente - Universidade Sagrado Coração

Prof. Esp. Sebastião Clementino da Silva

Docente - Universidade Sagrado Coração

Dedico este trabalho a minha amada Mãe, que dedicou toda sua vida aos seus alunos, ao meu pai, a minha irmã e a mim, ensinando a magia de levar a vida com alegria. Você é o meu sol.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais que me deram esta oportunidade de poder estudar em uma Universidade privada e fora da minha cidade natal, Botucatu.

Agradeço ao meu pai, por me apoiar na escolha deste curso, por me amparar durante estes quatro anos de graduação, por me deixar seguir o meu caminho em Bauru e por me ajudar na correção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Pai, obrigada por todo zelo que o senhor tem por mim há vinte e dois anos. Sou grata por cada carinho recebido e espero ser uma profissional capacitada como o senhor foi durante todos os anos de sua profissão como mestre. Força, Pai.

Agradeço a minha mãe, por ter me dado a infância mais feliz e saudosa que alguém pode ter, por ter me ensinado a ler, a escrever, a ser bem humorada, a ser sonhadora, a ser confiante, a ter bondade, a ter respeito, a ter esperança e a crescer. Mãe, obrigada por cada minuto da sua vida ao meu lado. Sem você, com certeza eu não chegaria ao final desta graduação, pois durante quatro anos foi você quem me deu força e me acompanhou em todas as reportagens, entrevistas, fotografias em casas abandonadas, entrevistas de empregos e de estágios, em momentos bons e ruins e também neste Trabalho de Conclusão de Curso. Desculpe-me por ter ficado mal humorada nestes meses de pesquisa. Obrigada por me fazer companhia dormindo ao meu lado enquanto eu escrevia este trabalho, obrigada pela ajuda com os quadros, obrigada pela confiança, pela força, pela proteção diária, pela dedicação, pela amizade e pelo amor sincero e eterno. Farei de tudo para ser uma grande jornalista para que você possa se orgulhar ainda mais de mim e honrarei a graça alcançada por você, que me possibilitou começar minha vida aqui em Bauru. Você é uma grande parte de mim e desejo toda alegria e saúde do mundo a você, minha Mãe.

Agradeço a minha irmã Raquel, a minha eterna July, por me ensinar a ser mais firme em meus atos e ao mesmo tempo, por

continuar me tratando como a irmã caçula indefesa. Sua proteção me faz ter a certeza que mesmo a gente tendo brigado por muitas e muitas vezes nosso amor e irmandade é maior do que qualquer puxão de cabelo. Obrigada por todas as brincadeiras compartilhadas na infância (saudosas banheira com passagem secreta), por todos os conselhos da adolescência e por todos os ensinamentos do futuro. Obrigada por me distrair conversando sobre a novela quando eu estava cansada de escrever o TCC. Agradeço também ao seu noivo, Bruno, por todos os doces oferecidos. Desejo que vocês construam uma família muito feliz e realizada, porque é o que vocês merecem Irmã.

Agradeço a minha Vovó Helena por ter me apoiado na escolha deste curso, por rezar e torcer diariamente pela minha felicidade e pelo meu sucesso. Vovó Helena, cada sorriso de orgulho seu me dá mais forças para que eu possa conquistar um lugar bom na minha vida profissional. Obrigada pela torcida durante estes quatro anos de curso, por cada história contada, por cada música antiga cantada, por cada colo dado, por cada brincadeira compartilhada e por todo o carinho de Vó zelosa e amorosa. Mesmo que eu tenha crescido, sempre serei sua caçulinha. Continue forte com esses 91 anos de idade e com muita saúde. Ainda quero que a senhora se orgulhe muito de mim.

Agradeço a minha Tia-avó, Assumpta, de 108 anos de pura força e vivência, que sempre torceu pela minha felicidade e bem estar, rezando diariamente pela nossa família e perguntando sobre mim em todo final de tarde. Tia Sunta, obrigada por ser esta luz em minha vida, que sempre me ilumina com as suas palavras e seu carinho. Serei muito feliz em conseguir te mostrar o meu diploma de jornalista e, mais feliz ainda, em poder ver o seu sorriso quando isso acontecer.

Agradeço a minha fiel companheira e minha cachorrinha, Pepa, por toda companhia compartilhada, por todo olhar e carinho trocado, por enxugar minhas lágrimas de nervoso com seu ato único de carinho e por me esperar ansiosa e cheia de alegria todas as sextas-feiras.

Agradeço ao meu namorado, Herbert, por ter entrado no curso de Jornalismo em 2008 e, conseqüentemente, na minha vida. A partir do primeiro dia de aula pude conviver com esta pessoa indescritível que após quase três anos de convivência e de amor disfarçado de amizade, se tornou meu namorado, meu grande companheiro e meu grande amor. Herbert, obrigada por ser essa pessoa tão boa, de coração de ouro e de integridade completa. Obrigada pelos anos de companheirismo, respeito, lealdade, dedicação, carinho e principalmente, amor. Obrigada por cada abraço confortante, cada palavra, cada conselho, cada bronca, cada confiança depositada e reforçada, cada torcida, cada segundo me esperando sair de alguma entrevista ou esperando meu ônibus chegar, cada madrugada conversando e me ajudando neste Trabalho de Conclusão de Curso, cada palavra traduzida e por tudo o que você tem sido na minha vida. Desejo que você seja extremamente feliz e realizado, estarei torcendo por isso todos os dias e estarei ao seu lado, de mãos dadas, além do sempre.

Agradeço as minhas amigas de infância e de adolescência que estiveram presentes em todos esses anos de curso e que se orgulharam de todos os meus trabalhos feitos com muito esforço: Natália, Joana, Raisal, Talyta, Alicia, Karina, Matilda, Débora, Luli, Karol, Letícia e Gisela. Obrigada pela amizade e pela torcida, meninas! Desejo tudo de mais feliz para todas.

Agradeço as amigas e amigos que conheci na faculdade por todo apoio e alegria compartilhada: Aninha, Susana, Karen, Natália, Fernando, Yuri, Josluí, Fábio, Rafael, Carina e Gustavo. Tenho certeza que vocês serão grandes profissionais.

Agradeço a Professora Sandra Mara Firmino, por todos os ensinamentos jornalísticos e, principalmente, por todos os ensinamentos humanos. Agradeço imensamente todos os conselhos, a paciência e a dedicação dada desde o primeiro ano da faculdade. Agradeço por a senhora ter me dado a oportunidade de fazer o curta-metragem sobre a vida da minha Tia-avó e por ter me guiado nesta jornada intensa da graduação. Minha família e eu seremos eternamente gratas.

Professora Sandra, sua bondade me conquistou e posso afirmar que foi com a senhora que eu aprendi a dar valor à profissão de jornalista. Que esse amor à profissão e que o amor aos nossos fieis companheiros de quatro patas continuem sendo passados adiante. Desejo que a senhora seja extremamente feliz.

Agradeço ao Professor Sebastião Clementino da Silva, o querido professor Macalé, por todos os ensinamentos políticos que despertaram em mim a vontade de fazer este Trabalho de Conclusão de Curso. Professor, sua metodologia e seu carisma conquistam nossa atenção e com certeza são de extrema importância para nossa formação intelectual e acadêmica. Se no mundo houvesse mais professores ou até mesmo políticos com todo o seu conhecimento e percepção, estaríamos em um mundo melhor.

Agradeço a todos os professores que tive ao longo destes anos pelos ensinamentos fornecidos: Professor Vítor, Professora Lígia e Professora Joyce, que me fez enxergar e sentir a poesia de fotografar.

Agradeço imensamente à Professora Vanessa Matos dos Santos, por ter sido minha orientadora nesta pesquisa. Agradeço pelas altas doses de incentivo, pela paciência, pelos inúmeros ensinamentos, pela perseverança e pelo carinho dado nesses quase cinco meses de pesquisa. Professora, obrigada por me incentivar desde as aulas de Ética e agora em todas essas semanas (seguramente todas) e meses de pesquisa. E, principalmente, agradeço por ter confiado no meu empenho e capacidade. Tenho orgulho de ter escolhido a senhora como orientadora, sua inteligência e dedicação honram o jornalismo. Quem tiver a oportunidade e sorte de ser seu aluno, com certeza, sairá da faculdade com mais garra e com uma bagagem enorme de conhecimento e senso crítico.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida pela proteção espiritual e pelas graças alcançadas.

Viver é transitar e, sem vocês, eu não teria transitado até aqui. Obrigada!

"A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita". (Mahatma Gandhi)

RESUMO

O jornal impresso possui grande caráter histórico, já que foi o primeiro meio de comunicação de massa a ser criado pelo homem. Inicialmente, seu caráter factual prevalece sobre seu caráter histórico, pois oferece ao leitor notícias atuais. Porém, no dia seguinte, estas notícias tornam-se registros históricos, valorizando ainda mais o poder do jornalismo no contexto cultural da sociedade. Desta forma, o jornalismo percorre diariamente o caminho da atualidade e da memória, tornando o jornalista um personagem essencial para a busca do registro histórico, pois em sua prática são descritos os principais acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos a favor da informação e do conhecimento coletivo. Um exemplo disto foi o papel do jornalismo como registro histórico no tempo da ditadura militar brasileira (1964-1985). Neste período ditatorial, os meios de comunicação sofreram grandes represálias da censura militar, que determinava que tudo que fosse produzido por um meio de comunicação deveria ser analisado antecipadamente à divulgação e, caso o conteúdo da publicação fosse considerado subversivo - ou seja, contrário à moral e aos bons costumes- a matéria era vetada. No entanto, indo contra a corrente da censura ditatorial e das fortes repressões do regime militar surgiram os jornais de oposição, denominados de imprensa alternativa. A imprensa alternativa colocava em discussão decisões dos ditadores e dos censores, assim como questionava, denunciava e satirizava cada instante repressivo do governo militar. Em contrapartida, o regime militar respondia a contradição da imprensa alternativa censurando suas publicações e perseguindo seus jornalistas, que muitas vezes eram torturados e exilados do País. E foi neste cenário de censura jornalística e de luta pela liberdade de imprensa que, em 1968 surgiu o objeto de estudo desta pesquisa, o semanário opositor *O Pasquim*. Com uma combinação de senso crítico, humor, cultura, sarcasmo, entretenimento e ironia, *O Pasquim* revolucionou a forma de demonstrar indignação política para com a ditadura através de suas diversas charges, crônicas, entrevistas, matérias sobre futebol, teatro, cinema, arte, música e cultura, assim como revolucionou a forma clássica do jornalismo de entretenimento. Sendo assim, esta pesquisa analisa as estratégias utilizadas em três publicações deste semanário que contribuiu imensamente para a história do jornalismo impresso.

Palavras-chave: O Pasquim; Censura; Regime militar; Imprensa alternativa; Liberdade de imprensa.

ABSTRACT

Print journalism has a great historical character, since it was the first means of mass communication to be created by man. Initially, its factual character prevails over its historic character, because it provides the reader with current news, but in the next day these stories become historical records, valuing even more the power of journalism in the cultural context of society. Thus, journalism walks through the path of newness and memory, making the journalist an essential character in the pursuit of the historical record, because in its practice are described the main social, political, economic, cultural and historical events in favor of information and collective knowledge. An example of this was the role of journalism as a historical record in the Brazilian military dictatorship period (1964-1985). In this dictatorial period, the media suffered severe reprisals from the military censorship, which determined that whatever was produced by the means of communication, it should be analyzed in advance of the publication and, if the content of the publication was considered subversive - that is, opposed to moral standards - the publication would be denied. However, going against the current dictatorship and censorship from the strong repression of the military regime, the opposition newspapers, also called alternative press, surfaced. The alternative press called into question the decisions of dictators and censors, and questioned, mocked and denounced every moment of the repressive military government. In contrast, the military regime responded to the contradiction of the alternative press, censoring its publications and pursuing their journalists, who were often tortured and exiled from the country. In this scenario of struggle for press freedom and journalistic censorship that, in 1986, came to light the subject of this study, "O Pasquim" magazine. With a combination of critical thinking, humor, culture, sarcasm, irony and entertainment, "O Pasquim" revolutionized the way of showing indignation towards the political dictatorship through its cartoons, interviews, stories about football, theater, cinema, art, music and culture, and also revolutionized the classical form of entertainment journalism. Thus, this study analyzes the strategies used in three weekly publications of this weekly paper that contributed immensely to the history of print journalism.

Keywords: "O Pasquim"; censorship; military regime; alternative press; press freedom.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos

GRÁFICO 1	Elenco de valores-notícia	34
GRÁFICO 2	Temas censurados	69
GRÁFICO 3	Período em que os jornais tiveram a maior parte de suas publicações sujeitas à censura prévia	72
GRÁFICO 4	Matérias escolhidas para análise	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A COMUNICAÇÃO: PRIMÓRDIOS.....	16
3	JORNALISMO.....	27
3.1	VALORES.....	33
4	JORNALISMO E DEMOCRACIA.....	37
4.1	JORNALISMO COMO REGISTRO HISTÓRICO.....	41
5	A DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	45
5.1	CENSURA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	62
6	O PASQUIM.....	74
7	CENSURANDO A CENSURA.....	79
7.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ANÁLISE DAS MATÉRIAS.....	80
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXO A - DECRETO-LEI 898/69.....	112
	ANEXO B - DECRETO-LEI 1077.....	127
	ANEXO C - MATÉRIA 1.....	131
	ANEXO D - MATÉRIA 2.....	132
	ANEXO E - MATÉRIA 2.....	133
	ANEXO F - MATÉRIA 3.....	134
	ANEXO G - MATÉRIA 3.....	135

1 INTRODUÇÃO

A comunicação figura entre os maiores fenômenos sociais na história da humanidade, desde o grunhido do homem das cavernas até os satélites que hoje fazem do mundo uma aldeia global. Assim sendo, mais que um processo, a comunicação converte-se em elemento chave para a compreensão da história das sociedades contemporâneas.

Esta pesquisa busca destacar como traços importantes e críticas contundentes podem ser percebidas na história da sociedade, a partir dos veículos de comunicação que nela foram produzidos e distribuídos. Historicamente, o jornal figura entre os principais veículos de comunicação de massa e se hoje estão amplamente difundidos, muito se deve as novas tecnologias de informação e comunicação. No entanto, é preciso atentar para o fato de que estas tecnologias podem se mostrar úteis justamente para resgatar e conservar parte de nossa história. Partindo do pressuposto de que olhar para o passado é compreender o presente e projetar um futuro melhor, o objeto de estudo desta pesquisa é o semanário *O Pasquim*.

O Pasquim foi um jornal da imprensa alternativa que teve um importante papel de oposição no contexto da ditadura militar brasileira. Sua redação foi formada por diversos intelectuais da época: cartunistas, jornalistas, escritores e artistas.

Com caráter contestador, os integrantes do *Pasquim* eram dominados pelo bom humor e pela irreverência, que podiam ser encontrados em seus textos com diversas charges, desenhos, e textos com conteúdo satírico e irônico. Esta forma de se expressar do semanário podia ser claramente interpretada como uma crítica à sociedade, que passava por um período de extrema repressão do regime militar e da censura jornalística.

Para analisar as críticas feitas pelo *Pasquim* justamente em um período histórico conturbado que foi a ditadura militar, selecionaremos quatro diferentes matérias produzidas e divulgadas no semanário. Essas matérias foram escolhidas aleatoriamente. Para a compreensão dessas críticas optamos por uma análise conteudística, em que elencamos diferentes critérios para aprofundar a visualização do contexto histórico e a crítica produzida pelos jornalistas daquela época.

Esta pesquisa está estruturada em capítulos que abordam o tema de forma dedutiva. O capítulo dois denominado de “**A Comunicação: Primórdios**” apresentará a concepção adotada para a compressão da comunicação. Para tanto utilizamos autores como Bordenave (1982), que decifra a história da comunicação passando por toda linha do tempo e, McLuhan (1977) que demonstra a relação entre o meio e a mensagem e define que os meios são as extensões do homem. O capítulo três, denominado “**Jornalismo**” apresentará a história da prática do jornalismo, ressaltando suas principais influências, seus principais objetivos e sua variedade de gêneros. Para tanto utilizamos autores como Bordenave (1982) que descreve como a imprensa foi implantada no Brasil e todo seu processo de estruturação, e Wolf (2005) que demonstrará os objetivos e os interesses do jornalismo, dando abertura à discussão sobre os valores-notícia, que serão pesquisados no subitem 3.1 denominado “**Valores**”, que contará com o embasamento teórico de Moreira (2006) e Silva (2005).

Em seguida, o capítulo quatro denominado “**Jornalismo e democracia**” apresentará a relação entre o jornalismo e a democracia, utilizando como embasamento teórico o autor Lebrun (1994) que explicará a importante ligação entre poder e potência, o autor Rosenfield (1994) que explicará a relação entre a comunicação e a democracia e, o autor Demo (1999) que demonstrará a importância da participação da população para as conquistas políticas do País. O item 4.1 - “**Jornalismo como registro histórico**” completa o sentido dos capítulos anteriores, demonstrando a importância da prática do jornalismo e da sua importância para a história do Brasil. Neste capítulo o embasamento teórico será fundamentado através da autora Mendez (2002) e do autor Silva (2007) que demonstrarão esta relação intrínseca entre o jornalismo e a história.

Após o relato desta relação virá o quinto capítulo, denominado de “**A Ditadura Militar Brasileira**”. Este capítulo apresentará a história do Brasil na época do regime militar com embasamento em diversos autores como Spindel (1981), Sodré (1984), Sader (1994) e Szterling (1996). Neste mesmo capítulo será criado um subitem denominado de “Censura nos meios de comunicação”, em que será analisada a história da censura nos meios de comunicação durante a ditadura militar brasileira. O embasamento teórico contará com o auxílio dos autores citados anteriormente, além de Soares (1989) e Chinem (1995) que irão ajudar na contextualização deste período.

O sexto capítulo - "**O Pasquim**" contará a história do semanário que será objeto de estudo desta pesquisa. Para a contextualização deste capítulo, foi utilizada a compilação histórica Pasquim (2006) e o embasamento teórico encontrado em Chinem (1995).

Por fim, o sétimo e último capítulo denominado de "**Censurando a Censura**" trará um estudo analítico das matérias, além de uma detalhada contextualização.

Sabemos, no entanto, que não é possível mudar o passado, mas também não é possível negá-lo e esquecê-lo. Se possuímos ferramentas que podem auxiliar a nossa visualização do presente, é preciso utilizá-las; o *Pasquim* é uma dessas ferramentas.

Esta pesquisa não busca esgotar o assunto, mas antes é uma contribuição para o estudo do jornalismo como registro histórico e sua importância na construção de uma sociedade se não mais justa, pelo menos mais crítica.

2 A COMUNICAÇÃO: PRIMÓRDIOS

Segundo o dicionário Aurélio (2001, p.180) a palavra comunicação é sinônimo de informação, convivência, participação, acesso, transmissão, notícia, e tantas outras palavras.

A comunicação humana envolve uma infinidade de maneiras de expressão e interação; a troca de informações passa a ser técnica, biológica e social. Falar, ouvir, ler, observar, gesticular, gritar, aplaudir, assistir, cantar, tocar e tantas outras ações refletem o significado de comunicação. Alguns estudiosos afirmam que os primeiros sons que criaram uma linguagem foram as imitações dos sons da natureza, outros afirmam que vieram das exclamações espontâneas como os sons de dor, admiração e fúria. Bordenave (1982, p.24) afirma que:

Os homens encontraram a forma de associar um determinado som ou gesto a um certo objeto ou ação. Assim nasceram os signos, isto é, qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou idéia [...] e a significação, que consiste no uso social dos signos. A atribuição de significados a determinados signos é precisamente a base da comunicação em geral e da linguagem em particular.

Juntamente com a importância dos signos, está a invenção da gramática e seus conjuntos de regras para relacionar os signos entre si. Estas regras são extremamente necessárias, pois se uma pessoa possui um repertório de signos, pode combiná-los de infinitos jeitos. Porém, se cada pessoa combinasse os signos a seu modo, a comunicação entre ela e outras pessoas seria muito difícil. Assim a gramática ajudou na construção do significado, da estrutura da sua apresentação, e com o repertório de signos e regras que os combinaram, nasceu a linguagem (BORDENAVE,1982).

A linguagem deu seus primeiros passos através dos desenhos primitivos pintados em cavernas por homens da Era Paleolítica (entre 35000 e 15000 anos antes da era cristã). Desenhos que expressavam hábitos como a caça de animais eram comuns nas paredes das cavernas, mas não eram os únicos, havia também os que demonstravam a crença em deuses e em elementos da natureza. Apesar de muitos estudos voltados a esses desenhos, não se sabe se os homens primatas tinham como propósito a expressão e comunicação, pois poderiam ser figuras

simplesmente com finalidade estética, no entanto é inegável que a expressão por meio de pinturas colaborou com a comunicação entre eles e, posteriormente, com a linguagem escrita.

Foi através dos desenhos que antes representavam ações, objetos e hábitos, que surgiu a escrita pictográfica. Os pictogramas, símbolos que representam diretamente alguma imagem gráfica e objeto representado, simplificando, o desenho de um animal significa propriamente um animal. Depois de um tempo, o homem percebeu que se restringia a dar somente um significado para os objetos e seres, deste modo começou a representar ideias, sentimentos e emoções. Este tipo de escrita recebeu o nome de ideográfica, dela nasceram nossas representações dos números e línguas como o chinês e o japonês.

A partir da união da descoberta dos pictogramas e dos ideogramas, os homens perceberam que as palavras compunham-se por fonemas de som e deste modo, os signos poderiam ser representados pelas unidades de sons, iniciando a escrita fonográfica. Combinados em diversas seqüências, os sons representam ideias que são uma retransmissão da linguagem falada, porém o homem necessitava de alguma solução para facilitar um maior alcance da linguagem escrita, sem obrigatoriamente conhecer a relação entre todos os signos gráficos, ideias e objetos, esta necessidade fez nascer as letras, e conseqüentemente, o alfabeto, onde cada letra representa um certo som. O alfabeto agregou conhecimentos, estimulou a memorização e foi fundamental para a evolução da escrita e da comunicação.

Nessa mesma perspectiva, tudo é comunicação. Ato do cotidiano como saudar familiares pela manhã, ligar o rádio para ouvir o noticiário, sinalizar ao motorista de ônibus para parar, ler reportagens do jornal impresso e assistir à novela constituem o meio ambiente social da comunicação. Bordenave (1982, p.16) fornece uma explicação sobre essas ações comunicativas.

Na hora da novela, as pessoas se “incomunicam” entre si para comunicar-se com a fantasia. A TV já foi chamada de “magia a domicílio”, por seu poder de transportar as pessoas a outros mundos onde a rotina e o cansaço cedem lugar à aventura e à emoção. A família reunida para ver a novela constitui um dos microambientes da comunicação, como o são também o papo no escritório, a festinha de aniversário, o casamento, o velório e o piquenique, o mutirão e a missa. Milhões destes microambientes formam o macroambiente social da comunicação.

É necessário lembrar que a comunicação não se resume apenas às mensagens que as pessoas trocam entre si. Além das mensagens trocadas conscientemente há as mensagens trocadas naturalmente, sem querer, que funcionam como paracomunicação e paralinguagem. Bordenave (1982, p.51) exemplifica:

O tom das palavras faladas, os movimentos do corpo, a roupa que se veste, os olhares e a maneira de estreitar a mão do interlocutor, tudo tem algum significado, tudo comunica. Quer dizer que, praticamente, é impossível não comunicar. Às vezes até o silêncio comunica, quando uma pessoa deixa de responder às perguntas ou incitações de outra, ou quando trata de ignorar a sua presença, seu silêncio é mais eloqüente que qualquer conjunto de palavras.

Nessa mesma linha teórica, o filósofo Watz (1999 apud SANTOS, 2007, p.25) afirma que: “a aparente ausência de uma resposta (o silêncio) é, já em si, uma resposta, pois os dados da pragmática são, não só, as palavras suas configurações e significados”.

Nesse sentido, pode-se destacar a metacomunicação. Usamos diariamente alguns truques para estabelecer a comunicação, como a maneira de olhar ou de desviar o olhar, que pode ser entendida por outra pessoa como interesse, indiferença ou timidez.

A metacomunicação pode ser verbal ou não verbal, isto é, feita quer com palavras, quer com gestos, olhares, tom de voz etc. As nossas conversas estão compostas por uma parte que é o que queremos dizer e por outra parte que é uma indicação de como queremos ser entendidos (BORDENAVE, 1982, p.59).

Em situações de diálogos, a própria maneira de intervir pode ser analisada conforme seu aspecto, por exemplo, se uma pessoa monopoliza uma conversa, ela está comunicando que não concede aos demais o direito de participar igualmente na conversa, já quando há interrupção de alguém para com o interlocutor, pode-se concluir que quem interrompe está extremamente interessado no assunto, ou não respeita os argumentos do outro.

No que se refere à significação, percebe-se que existe comunicação toda vez que alguém considera algo significativo. Salinas (1992, apud SANTOS, 2007) foca seus estudos nos processos comunicativos advindos de relações interpessoais, onde cria duas leis: a) a condição necessária para a comunicação é a atribuição de significado a um evento; e b) a condição necessária e suficiente é atribuir à fonte a intenção de influir.

Além disso, é importante destacar que a comunicação se desenvolve por meios de níveis: intrapessoal, interpessoal, grupal, organizacional e de massa. A comunicação intrapessoal é a comunicação que uma pessoa tem consigo mesma, o emissor e receptor são a mesma pessoa e há a possibilidade de existir ou não, um meio por onde a mensagem é transmitida. Já a interpessoal promove a troca de informações entre duas ou mais pessoas, sendo que obrigatoriamente, há um emissor e um receptor diferente. Comunicação em grupo se refere a quando três ou mais pessoas estão em comunicação, exemplificando, o debate entre um professor e sua classe. A organizacional ocorre no contexto de uma organização pública ou privada, e atua tanto no âmbito externo quanto no interno. A comunicação de massa tem a característica de chegar a uma grande quantidade de receptores ao mesmo tempo, a partir de um único emissor, essa disseminação de informações é feita através dos rádios, jornais, televisão, cinema e internet.

Os estudos em comunicação focam o aspecto processual. Salinas (1992 apud SANTOS, 2007, p. 41):

A comunicação é um processo, ou ao menos implica um processo; este processo complexo relaciona-se com o comportamento humano individual ou coletivo a capacidade simbólica variada do homem é a razão última da natureza particular de cada evento comunicativo.

Salinas relacionou o homem e seu comportamento com o processo de comunicação e podemos perceber a importância dos veículos de comunicação. Nesse sentido, é importante destacar os estudos de McLuhan, para quem os meios de comunicação eram como extensões do homem. Tudo o que o homem cria e o cerca, é mensagem e esta relação tem suas conseqüências psíquicas e sociais.

McLuhan (1996) utiliza a luz elétrica como base de sua explicação sobre o meio ser a mensagem. A linha de pensamento parte das ocasiões que necessitam desta energia, como uma partida noturna de beisebol e uma intervenção cirúrgica no cérebro, exemplos totalmente diferentes, mas que necessitam do mesmo meio para existir. Em suma, estas atividades desenvolvem o “conteúdo” da luz elétrica.

“Não percebemos a luz elétrica como meio de comunicação simplesmente porque ela não possui “conteúdo”. É o quanto basta para exemplificar como se falha no estudo dos meios e veículos.” (MCLUHAN, 1996, p.22).

Geralmente o meio é considerado como um simples canal que transmite o conteúdo comunicativo, porém este meio é o que determina o conteúdo da mensagem que deverá ser passada e refletida para o receptor. A linguagem oral assim como a linguagem escrita foi uma extensão do homem, onde a linguagem escrita se utiliza da fala para ser feita, e a fala precisa do homem para ser transmitida. Assim, os meios não são passivos, pois interagem através das mensagens com os receptores, ativando todos os cinco sentidos humanos juntamente com o senso crítico e psíquico.

As conseqüências sociais e pessoais que um meio pode trazer à sociedade são impreterivelmente reflexos das mensagens passadas pelo próprio meio. O homem após entrar em contato com a tecnologia é constantemente modificado por ela, valores, costumes, manias, formas de pensar, agir e vestir são alterações que os seres humanos sofrem durante toda sua vida, porém, apesar de se tornar escravo dessas mudanças o homem pode criar eternamente novas extensões. McLuhan (1969, p.66) afirma que “Aparentemente isto não podia ter acontecido antes da era da eletricidade, que nos forneceu os meios de consciência imediata do campo total.”

Na era da eletricidade, utilizamos as invenções e os meios de comunicação como expansões do nosso próprio ser, como exemplo o jornal, que através da linguagem escrita noticia manipuladamente acontecimentos da região, país e do mundo. A forma como chegará esta mensagem através do meio (jornal) será previamente organizada por seus editores e redatores dentro de seus interesses e possíveis influências, porém a percepção do público poderá ser diferenciada de acordo com a vivência e o conhecimento do receptor.

Complementando a análise sobre os meios como extensões do homem, McLuhan (1996) distingue os meios quentes e os frios. Como meios quentes, o autor compreende aqueles que prolongam um único sentido, podemos citar o rádio e o cinema, já o telefone e a televisão são meios frios que permitem mais participação de quem os utiliza.

Um meio quente é aquele que prolonga um único de nossos sentidos e em “alta definição”. Alta definição se refere a um estado de alta saturação de dados. Visualmente, uma fotografia se distingue pela “alta definição”. Já uma caricatura ou um desenho animado são de “baixa definição”, pois fornecem pouca informação visual, O telefone é um meio frio, ou de baixa definição, porque ao ouvido é fornecida uma magra quantidade de

informação. A fala é um meio frio de baixa definição, porque muito pouco é fornecido e muita coisa deve ser preenchida pelo ouvinte. De outro lado, os meios quentes não deixam muita coisa a ser preenchida ou completada pela audiência. Segue-se naturalmente que um meio quente, como o rádio, e um meio frio, como o telefone, têm efeitos bem diferentes sobre seus usuários (MCLUHAN, 1996, p. 37).

Assim, conforme McLuhan (1996) a concepção de meios quentes e frios é exatamente o contrário do que entendemos sobre algo ser quente ou frio. Quando pensamos na palavra “quente”, associamos a algo atrativo, que inspira nossos sentidos, já a palavra “frio” pode ser associada como algo distante, sem entusiasmo. Porém, McLuhan prova que existe a significação inversa dessas palavras, um meio quente permite menor participação do receptor, exigindo pouco esforço de captação da mensagem e um meio frio, possui maior envolvimento emocional entre o receptor e a mensagem, fazendo com que exista uma participação superior para chegar ao entendimento e conhecimento de algum fato. Meios frios como a televisão provocam empatia e participação do telespectador para com os programas exibidos, assim como um anúncio de cigarro com advertências em forma de imagens chocantes desperta sentimentos que atingem a consciência do receptor, sendo mais eficiente do que um meio quente, como o rádio que só mostraria o cigarro como produto e, por conta das características do próprio meio, não permite utilizar mais de um sentido humano. Sendo assim, meios quentes excluem a participação dos espectadores enquanto meios frios incluem, monopolizando nossa atenção.

No entanto, é importante estar ciente de que há culturas quentes e frias e que o uso de meios quentes em culturas iletradas provoca um efeito contrário ao que normalmente acontece em culturas alfabetizadas (MCLUHAN, 1996). Por exemplo, em países da América o rádio e o cinema que são meios quentes, são considerados meios que proporcionam diversão, porém, em uma cultura fria (pouco letrada), estes meios são de certo modo perturbadores, pois os receptores não possuem familiarização com estes meios e precisam de tempo para aceitar a utilização destes conteúdos em sua rotina. Contudo, esta perturbação não acontece necessariamente em culturas pouco letradas, pode-se afirmar que todas as culturas sofrem, em primeiro tempo, com inovações, mas com o tempo, se adaptam.

De tal modo, McLuhan (1996) demonstra como toda tecnologia gradativamente cria um ambiente humano totalmente novo, enfatizando a idéia de que os ambientes não são passivos, mas sim altamente ativos.

Estes ambientes ativos possuem caráter influenciável, como podemos observar com a evolução da tecnologia. No início do processo tecnológico os homens não estavam acostumados às inovações trazidas pela revolução industrial. Porém, em pouco tempo estas novidades passaram a fazer parte da rotina do homem ativo, que se adaptava constantemente à flexibilidade e às influências sociais, culturais, econômicas e políticas do meio. Desta forma, McLuhan (1996, p.11) afirma que: “As tecnologias e seus ambientes conseqüentes se sucedem com tal rapidez que um ambiente já nos prepara para o próximo.”

Durante décadas a comunicação foi compreendida apenas pela busca sobre o conhecimento e pelo melhoramento de tudo que rodeia o homem. Segundo Bordenave (1982), nas décadas de 50 e 60, desenvolveu-se o planejamento econômico, o urbanismo e o combate à poluição ambiental, mas foi somente na década de 70 que a sociedade descobriu o “homem social”, que se dividia entre ser o produto e o criador de sua sociedade e cultura.

Sendo assim, o progresso do ambiente da tecnologia juntamente com o progresso da sociedade pôde originar a comunicação de massa. Com a industrialização, o cenário social passou a ter diversas concentrações de massas, sendo a popular a de maior força e menor senso crítico. As tecnologias surgem neste contexto como formas de ampliar o alcance dos meios de comunicação de massa.

Retomando a história da tecnologia, pode-se afirmar que esta se inicia a partir do momento em que os seres humanos começaram a construir ferramentas de caça e de proteção através da junção entre a madeira, a argila, as rochas e a descobertas de recursos naturais, como o fogo. Por milhares de anos a tecnologia caminhou junto à evolução do homem, e assim foi adquirindo novas formas e valores.

Durante os séculos XV e XVI, europeus, espanhóis e portugueses exploraram os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico com o objetivo de descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras. Neste período, chamado de Era das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos, os homens entraram em contato com povos de outros continentes, estabelecendo relações comerciais e culturais. A troca de especiarias e de costumes entre os navegadores e os povos de diversos países pôde intensificar o progresso mundial, que seria alavancado séculos mais tarde.

Este progresso se formou a partir da Revolução Industrial no século XIX, que resultou em diversas mudanças tecnológicas no processo produtivo em nível econômico e social. Trabalhadores que antes faziam tudo artesanalmente e manualmente passaram a trabalhar para um patrão, transformando-se em operários de máquinas ou empregados, mudança que os fez perderem o direito de serem donos da matéria-prima, do produto final e lucro. Rendidos à industrialização não tinham mais como agir, já viviam a grande evolução tecnológica.

Em 1860, novas transformações técnicas e econômicas produziram grandes mudanças no processo de industrialização, era a Segunda Revolução Industrial acelerando o ritmo da tecnologia e impulsionando o fenômeno da globalização. A globalização ocorreu em escala global com caráter econômico, social, cultural e político, afetando todas as áreas da sociedade, principalmente o comércio internacional e a comunicação. Este fenômeno mundial estreitou a distância entre as relações dos países, as viagens já não eram impossíveis, assim como o fluxo comercial e a comunicação global.

A comunicação global possibilitou a difusão de informações entre as empresas e instituições financeiras, interligando os mercados do mundo inteiro. Neste contexto, o conceito de aldeia global criado por Marshall McLuhan se encaixa perfeitamente no processo da globalização. Em seu conceito, McLuhan afirma que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia, onde ideias e costumes são trocados com uma grande facilidade e constantemente. O potencial comunicativo da aldeia global desfragmenta a idéia de espaço das sociedades, permitindo que um acontecimento em uma região tenha como consequência a aproximação da opinião pública de outras regiões, sendo extremamente distantes ou não.

Este ciclo global que troca informações, imagens e conteúdos diariamente necessitou de novas estratégias para que o fluxo fosse mais expansivo do que já era, permitindo maiores resultados econômicos e sociais. Foi assim que nos anos 20 nasceu a aldeia global eletrônica, a partir do rádio. Na mídia eletrônica há uma maior interação dos sentidos humanos, o receptor poderá ter acesso à informação, interagir e se expressar independente do tempo e do espaço em que se encontra, fazendo com o que tenhamos a impressão de que o mundo está diminuindo.

A aldeia global eletrônica foi uma das extensões midiáticas do homem a qual McLuhan afirmou que existiria, porém não foi a única das extensões que surgiram

com o progresso da tecnologia e do homem. McLuhan acreditava que haveria uma forma de aprendizagem mais efetiva através de meios que se inter-relacionam com os sentidos do homem. Ou seja, toda maneira do homem de agir e pensar teria como fruto uma extensão, assim como a extensão influenciaria todas as ideologias do homem.

Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos. Se a projeção da consciência — já antiga aspiração dos anunciantes para produtos específicos — será ou não uma “boa coisa, e uma questão aberta as mais variadas soluções. São poucas as possibilidades de responder a essas questões relativas às extensões do homem, se não levarmos em conta todas as extensões em conjunto. Qualquer extensão — seja da pele, da mão, ou do pé — afeta todo o complexo psíquico e social (MCLUHAN, 1996, p.16).

O poder das extensões do homem em afetar o complexo psíquico e social pode ser analisado através dos próprios meios de comunicação. Diariamente os meios nos influenciam através dos noticiários informativos, dos programas de entretenimento e das publicidades. Deste modo, todos os conteúdos destes meios moldam nossa forma de pensar, agir e de ser. Por exemplo, novelas televisivas ditam moda e mudam o comportamento de diversas pessoas, já as notícias sobre política geram debates que afetam até mesmo a economia mundial. Entretanto, este poder de persuasão só foi possível a partir da universalização do acesso à informação, a chamada globalização.

Em poucos anos, a globalização impulsionou o desenvolvimento dos meios de comunicação e proporcionou um grande número de receptores destes meios.

O jornal foi o primeiro meio de comunicação de massa criado pelo homem. Sua origem pode ser constatada por meio dos documentos informativos dos navegadores do século XVI. Com forma impressa e conteúdo informativo, o jornal define sua ética através da veracidade, imparcialidade, objetividade e credibilidade das informações que são passadas em forma de notícias. A periodicidade mais comum dos jornais é diária, mas existem os semanais, quinzenais e mensais. A junção do manuscrito com o papiro resultou na impressão de jornais e, conseqüentemente, criou o público alvo. Os receptores deste meio necessitam ser alfabetizados para ter acesso à mensagem veiculada pelo jornal, a leitura é

essencial para a utilização e aproveitamento deste meio. Repleto de conteúdos e com o poder de disseminar informações e formar opiniões o jornal torna-se um representante da sociedade.

Outro meio de comunicação de massa é o rádio, que teve sua primeira transmissão no Brasil em 1922. Utilizando a linguagem oral e verbal o rádio transformou os receptores das mensagens radiofônicas em ouvintes, e em pouco tempo este meio sonoro tornou-se popular devido à praticidade de se obter informações e entretenimento através de suas qualidades principais, imediatismo, baixo custo e não exige alfabetização de seus usuários, pois seu conteúdo é auditivo, com linguagem simples. Enfatizando a idéia de “Aldeia Global” criada por McLuhan, o rádio pôde acelerar a propagação da informação, globalizando a troca de notícias, costumes e culturas sem ao menos precisar sair de casa. Depois de um tempo, livre dos fios e tomadas, o rádio passou a acompanhar os ouvintes em todos os locais e através de sua facilidade em transmitir informações com maior rapidez. É considerado o meio de comunicação de massa mais veloz. A transmissão de ondas sonoras do rádio despertou o interesse em incorporar esta descoberta com imagens em movimentos, assim surgiu a televisão, em 1927. Inicialmente com imagens em preto e branco, os primeiros aparelhos de televisão foram utilizados por pesquisadores e pela elite, somente após a segunda guerra mundial a televisão ganhou grande popularidade. Com grande poder em influenciar os receptores, este meio tornou-se persuasivo através de suas imagens prontas e suas divulgações escolhidas de acordo com o interesse do emissor. Para assistir às transmissões da televisão, não é preciso ser alfabetizado ou saber ler e escrever, como também não é preciso desenvolver grandes esforços reflexivos, já que tudo o que se possa ser pensado é disseminado através de seu poder de influenciar os receptores. Simultaneamente ao jornal e ao rádio, e antes da chegada da internet, a televisão era o meio de comunicação de massa que mais contribuía para transformar o mundo em uma aldeia global. Tornando-se acessível à grande maioria das pessoas, continua proporcionando por meio da cobertura local, regional, nacional e internacional, uma mistura de informação, entretenimento, apego afetivo e emocional ao telespectador.

Esta troca de mensagens entre o público e os meios de comunicação de massa fez com que alguns estudiosos desejassem expandir o fluxo de informações com maior rapidez, flexibilidade e principalmente, maior interação entre o receptor e

emissor. Assim uma nova mídia foi criada em 1969, a internet. Desenvolvida em meio à Guerra Fria e antes chamada de Arphanet, este meio de comunicação era usado para manter o diálogo entre as bases militares. Em seguida, o uso foi passado aos cientistas que, mais tarde, cederam a rede para universidades de diversos países que disponibilizaram essa rede para a população e, assim sucessivamente formando uma imensa teia de comunicação global.

No final da década de 90, após aproximadamente dez anos da morte do filósofo e precursor dos estudos sobre as mídias, Herbert Marshall McLuhan, a internet finalmente passou pelo processo de democratização que, anos antes, já era previsto e denominado pelo intelectual como “Aldeia Global”. O novo meio de comunicação se interconectou com o mundo inteiro, possibilitando o acesso a informações de todos os tipos, transmissão de mídias e transferência ilimitada de dados. Os obstáculos criados pelo tempo e espaço foram abolidos, o homem descobriria sua maior extensão, a relação com o ciberespaço.

A interatividade entre a mídia e o receptor já podia ser analisada a partir dos programas de rádio que colocavam os ouvintes ao vivo por telefone para participar de promoções ou comentar sobre algum assunto (MCLUHAN, 1996).

No entanto, o uso de tecnologias da informação, como os computadores, revolucionou as respostas da audiência e a forma com que o conteúdo era passado, podendo ser visto individualmente e com diversidade de formatos (sons, imagens, textos) proporcionando um ambiente dinâmico e inovador. O poder de inovar sempre esteve relacionado com os meios de comunicação, a evolução desses meios depende em grande parte do desenvolvimento da sociedade, da cultura e da situação econômica mundial.

3 JORNALISMO

Os meios de comunicação envolvem e conquistam seus espectadores através das palavras escritas e, no caso da televisão, imagens capturadas. Por trás dessas ações estão os jornalistas e editores, que produzem todo tipo de informação que será veiculada nos meios de comunicação. Essa produção é chamada de jornalismo, prática que surgiu juntamente com o progresso da comunicação e da imprensa.

Segundo Erbolato (1982) a imprensa foi oficialmente implantada no Brasil em 1808, com a chegada da família real portuguesa, diferente de outros países em que a imprensa já contribuía com a propagação das informações desde o século XVI. A demora em consolidar a imprensa no Brasil foi consequência de sete principais fatores históricos. Melo (apud ERBOLATO, 1982, p.13) os menciona:

[..] natureza feitorial da colonização, atraso das populações indígenas, predominância do analfabetismo, ausência de urbanização, precariedade da burocracia estatal, incipiência das atividades comerciais e industriais e reflexos da censura e do obscurantismo metropolitano.

Apesar de estes fatores sociais adiarem a fixação da imprensa no Brasil, sua implantação começou a se expandir dentro do país, demonstrando ao público qual era sua real função.

Albertos (apud ERBOLATO, 1982, p.17) afirma que “a função da imprensa é a de manter a sociedade em estado de diálogo, para que todos os seus membros participem da vida em comum”, ou seja, é através da imprensa que todos os acontecimentos do mundo tornam-se públicos, sustentando deste modo o diálogo entre a sociedade e o mundo.

Este diálogo é feito através dos meios de comunicação de massa, que filtram os assuntos mais pertinentes à população e constroem as notícias. O início da construção destas notícias que formam o discurso jornalístico é a partir da elaboração da pauta que, além de guiar os jornalistas através das perguntas previamente selecionadas para uma entrevista, reflete os acontecimentos sociais e atuais do cotidiano, o que facilita uma maior articulação entre a imprensa e a sociedade.

Com esta relação entre os meios de comunicação e a população, podemos pensar que o jornalismo tem papel de espelho da sociedade, ou seja, reflete através de suas publicações todos os valores, necessidades, interesses e a situação atual do mundo. Porém, este pensamento não passa de uma utopia, pois diversos fatores pessoais, sociais, ideológicos e culturais interferem na linha editorial do texto jornalístico, assim como influências diretas do próprio meio físico (empresa comunicacional). De acordo com Schudson (1988) estes fatores podem ser explicados a partir de suas ações, como por exemplo, os fatores ideológicos que influenciam as notícias através de interesses de determinados grupos e classes sociais.

No entanto, estes fatores não são os únicos responsáveis pelas notícias serem como são. De acordo com Souza (1999, p.3) existem submodalidades que também influenciam a forma como as notícias são produzidas.

essas ações não são estanques e admitem várias submodalidades, como a força conformadora da história, que se faria sentir, sobretudo, ao nível socio-cultural, ou a força conformadora da economia, quer a um nível socio-organizacional quer ao nível social mais abrangente dos mercados.

Influências sócio-culturais e principalmente econômicas agem diretamente no mercado jornalístico. Empresas de comunicação estabelecem seus fins econômicos e políticos; a partir disto, definem seu público-alvo e como as notícias serão interpretadas pelos leitores.

Nesta mesma linha de pensamento, Dolores (*apud* SOUZA, 1999, p. 3) afirma que “Os profissionais do jornalismo estabelecem os princípios do seu trabalho e os fundamentos das normas que os legitimam ante a sociedade. Os meios de comunicação convertem-se num espaço de mediação [...]”, sendo assim, os jornalistas produzem suas matérias de acordo com a cultura jornalística que já é reconhecida pela sociedade como um meio que age em nome dos direitos da população, ou seja, os meios de comunicação servem de mediadores da realidade.

Este espaço de mediação possui uma inter-relação com o público e pode ser analisado diariamente após a publicação ou transmissão das notícias. Essa análise é chamada de feedback, e consiste em definir os efeitos positivos e negativos da informação, ou seja, demonstra como foi a resposta do público para com uma notícia. Através deste retorno, o meio poderá analisar a curto prazo as necessidades

e gostos do público, podendo consolidar sua linha editorial em base do pensamento coletivo (SOUZA, 1999).

Sendo assim, pode-se observar que há um jogo de interesses entre os meios de comunicação e a sociedade, onde os jornalistas definem o potencial de cada acontecimento, distorcendo o reflexo da sociedade a seu favor e construindo a realidade social através de sua própria visão.

Esta visão social que o jornalismo tem como característica pode ser transmitida em diferentes canais de difusão como em jornais, revistas, rádios e televisão, que compõem os meios de comunicação de massa. Contudo, este trabalho tem como objetivo analisar unicamente o jornal impresso, assim será analisado o jornalismo do meio impresso como processo histórico.

O jornal impresso possui grande caráter histórico, já que foi o primeiro meio de comunicação de massa a ser criado pelo homem. O discurso impresso passou por diversas etapas até chegar à era da mobilidade e universalidade. Porém, a verdadeira busca pela informação não sofreu mudanças em seus objetivos, mas sim, em suas conseqüências.

Os objetivos do jornalismo impresso sempre foram condizentes à formação do homem social, onde a necessidade de informar completa a necessidade do jornalismo em influenciar através de suas notícias a vida coletiva e pessoal da população.

Essa necessidade social se expande e se diversifica por meio dos múltiplos assuntos da sociedade que se transformam em interesse público, mobilizando a sociedade e fortalecendo a existência do meio de comunicação. A sociedade busca no jornalismo o conhecimento dos acontecimentos como forma de se informar, deixando de lado a possibilidade de isolamento social. Porém, o objetivo do jornalismo não é puramente informar, mas também manifestar-se, fazer denúncias, questionar falhas e decisões, propor soluções, persuadir e ajudar na difusão da cultura e na orientação de conhecimentos sociais.

O jornalismo e o seu veículo principal, o jornal, tem três finalidades essenciais: 1º informar, orientar e entreter o leitor. Este, quando adquire um jornal visa: informar-se do novo, do imprevisto, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória; 2º receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, orientar-se para o futuro, para a ação; 3º entreter-se, descansar das preocupações no humor, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte (BELTRÃO, 2006, p.31).

Os jornais visam atingir o maior número de leitores, tanto homens como mulheres, jovens, adultos, idosos e, embora haja uma predominância de classe, a imprensa busca informar toda população. Deste modo, os jornalistas procuram divulgar notícias que mostram as realidades sociais de todas as vertentes do país e do mundo, assim, foram criadas as seções.

Devido à variedade de assuntos e interesses, as notícias foram divididas em diversas seções, sendo as mais comuns: economia, política, educação, esporte, cobertura policial, fatos internacionais, charges e desenhos, crônicas sociais, cartas dos leitores, editorial, notas de falecimento e suplementos e variedades.

Assim, pode-se perceber que estas editorias do jornalismo impresso valorizam sua popularidade, já que os interesses dos leitores são mais explorados por cada seção, formando diferentes opiniões públicas.

Segundo Jacques Kayser (apud ERBOLATO, p. 46, 1982) as matérias dos jornais podem ser divididas em quatro grupos “as que provocam reflexão, as que causam sensação, as que proporcionam informes e as que oferecem distração”, ou seja, as notícias possuem diversos efeitos diante a heterogeneidade da percepção social.

Seguindo a linha editorial de um meio, os jornalistas conseguem provocar estes efeitos cognitivos, afetivos e comportamentais através dos critérios de noticiabilidade, que são mais conhecidos como valor-notícia.

O valor-notícia determina o grau de importância de um acontecimento, definindo se este fato será noticioso ou não, e, segundo Wolf (2005, p.207) eles derivam de “admissões implícitas ou de considerações relativas ao seu conteúdo, a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo, o público e a concorrência”.

Sendo assim, o valor-notícia depende do acontecimento que irá se transformar em notícia, do processo de produção, da imagem que os jornalistas têm dos leitores e da relação entre os meios de comunicação de massa.

Outro fator que define o valor-notícia é a importância da notícia, que pode ser verificada através de quatro variáveis enumeradas por Wolf (2005, p.208): 1) grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos noticiáveis, 2) impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, 3) quantidade de pessoas (de

fato ou potencialmente) que o fato envolve, 4) relevância e significatividade do acontecimento.

A primeira importância, analisada através do “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no fato noticioso”, demonstra o real interesse e enfoque dos meios impressos em seu público alvo, ou seja, a classe média-alta. Entende-se que quanto mais íntimo o acontecimento for do público-alvo, maior será a probabilidade de se tornar noticioso. Já a segunda importância em que o “impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional” interfere na importância dos critérios da noticiabilidade demonstra que o acontecimento deve ser significativo dentro do contexto social e dos valores ideológicos da população.

Podemos relacionar há este valor-notícia o critério de proximidade, geograficamente e culturalmente, como Golding-Elliot (apud WOLF, 2005, p.210) afirma “a proximidade geográfica refere-se simplesmente à regra prática da precedência das notícias internas e à disposição das notícias externas conforme sua proximidade com o público.”

Analisando a terceira variável que confirma que “a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve influencia na escolha da notícia” demonstra que os jornalistas se interessam por acontecimentos que envolvam um grande número de pessoas, como por exemplo, pessoas que presenciaram um desastre, sendo vítimas ou testemunhas oculares. Este valor-notícia pode ser relacionado ao valor de afinidade cultural e da distância, pois um acontecimento concretizado nas proximidades de uma cidade ou estado terá maior valor noticioso à população local do que um acontecimento em outro país.

A “relevância e a significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação”, respectivamente a quarta e última variável citada, pode ser explicada através da curiosidade do leitor, por exemplo, ao ler fatos nunca acontecidos, raros, ou heróicos. Este valor-notícia pode ser observado também no interesse em ver notícias da vida particular de pessoas públicas, famosas (WOLF, 2005).

A partir da análise de alguns dos diversos critérios de noticiabilidade, pode-se perceber como as notícias são produzidas, comprovando seus maiores interesses em disseminar ideologias previamente ponderadas.

Wolf (2005, p.216) afirma que “a ideologia da notícia está, portanto, estreitamente ligada à natureza globalmente fragmentária da cobertura informativa”,

ou seja, o trabalho jornalístico sempre organizou seu espaço para uma maior quantidade de acontecimentos atuais que atingem o público do que acontecimentos constantes.

Nesta mesma linha teórica, pode-se perceber que este poder de julgar os fatos está intrinsecamente ligado à teoria do gatekeeper, em que notícias antes de serem publicadas passam por diversos “gates”, ou seja, portões, que no caso são os jornalistas.

Esta função dos jornalistas em serem “porteiros” das informações, ocasiona discussões entre pesquisadores e intelectuais que estudam o caráter noticioso do jornalismo. White (apud TRAQUINA, 2005, p.150) avalia:

É somente quando analisamos as razões apresentadas por Mr. Gate para a rejeição de quase nove décimos das notícias que começamos a compreender como a comunicação de notícias é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper.

Assim, podemos analisar que a construção das notícias com base nos valores-notícia é uma estratégia comercial da empresa referente ao meio de comunicação social, em que seus objetivos vão além do poder de informar.

Breed (apud WOLF, 2005, p.187) argumenta que a teoria gatekeeper limita o trabalho jornalístico através de sua seleção “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, redefine os próprios valores no nível mais pragmático do grupo redacional”.

Com isso, conclui-se que a prática do jornalismo não possui autonomia profissional, porém, possui grande poder e importância para a evolução dos meios de comunicação e, principalmente, para o desenvolvimento comunicacional, cultural, social, emocional e psicológico do ser humano.

3.1 VALORES

É preciso lembrar que os valores-notícia representam somente uma parte dos critérios existentes na noticiabilidade, porém, estes valores são essenciais na composição jornalística. Moreira recorda (2006, p.10) “como diria Nelson Traquina, eles são os “óculos” do jornalista, isto é, uma forma peculiar de ver o mundo. Sem essa “visão” singular, não há notícia”, ou seja, a notícia jornalística só pode existir através de relatos de jornalistas, e estes relatos são produzidos através de observações peculiares a estes profissionais.

Sendo assim, os valores-notícia possuem sua importância diante do julgamento dos fatos, porém, antes desse julgamento há uma necessidade dos veículos de informação em produzir notícias, sendo assim, os acontecimentos são analisados juntamente com as circunstâncias que envolvem o relato do jornalista (MOREIRA, 2006).

Segundo Moreira (2006, p.39) “os critérios de noticiabilidade são mais amplos, abrangendo também as operações práticas necessárias para a concretização do jornal”, ou seja, os critérios de noticiabilidade se ampliam diante da seleção primária dos fatos assim como no tratamento e na apuração destes fatos, nos fatores extra-organizacionais e na visão ética do jornalismo.

Deste modo, na prática noticiosa os diversos critérios de noticiabilidade atuam simultaneamente, sem possibilidade de agir isoladamente. Wolf (apud SILVA, 2005, p.96) fornece uma explicação sobre a formação dos critérios de noticiabilidade:

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a existência pública de notícia.

Assim, como afirma Mauro Wolf, estes critérios são resultantes da junção entre a cultura jornalística e os valores jornalísticos, e a partir desta união, o produto informativo começa a ser moldado e produzido.

Sendo assim, é importante ressaltar que a diferença entre valores-notícia pode ser analisada por diversos meios de comunicação, contudo, como o foco desta pesquisa é o meio impresso, ou seja, o jornal, observaremos a concepção desta diferença através da declaração de Moreira (2006, p.141) que analisou dois jornais diferentes que divergiram de seus relatos mas coincidiram na escolha dos fatos.

Nesses casos, é mais visível a diferença entre os valores-notícia – que se referem ao fato, apresentando pouca variação entre uma organização e outra – e os critérios de noticiabilidade que são mais amplos e dizem respeito ao contexto da produção da notícia dentro da empresa jornalística. Isto é, embora as qualidades que definem os fatos noticiáveis apresentem pouca divergência entre os veículos, o tratamento da notícia pode ser diferente, valorizando-se intencionalmente determinados aspectos e omitindo-se outros.

Desta forma, o tratamento da notícia se difere conforme a linha editorial dos jornais, ou seja, conforme seus interesses e concepções de valores-notícia e critérios de noticiabilidade.

A partir disto, é importante ressaltar quais são os valores-notícias que são diariamente escolhidos e usados pelos jornalistas em suas redações. Existem diversos autores que estudam e relatam alguns desses valores, como Nelson Traquina, Mauro Wolf, Mário Erbolato, Nilson Lage, Manuel Carlos Chaparro, entre outros.

Sendo assim, a pesquisadora Gislene Silva (2005, p.11) desenvolveu um quadro que elenca os valores-notícias relatados por diversos autores, como observaremos a seguir.

QUADRO 1 ELENCO DE VALORES-NOTÍCIA

Elencos de valores-notícias
Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
<p>Lippman: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoa.</p> <p>Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional) ; que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); conseqüências universais (interesse universal) ; que provoca emoção (drama) ; de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas) ; grandes somas (grande quantia de dinheiro) ; descoberta de qualquer setor (descobertas / invenções) e (assassinato (crime/violência)).</p>

<p>Galtung e Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambigüidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência, a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.</p>
<p>Golding-Elliot: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.</p>
<p>Gans: importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.</p> <p>Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e conseqüências.</p>
<p>Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.</p>
<p>Shoemaker et all: oportunidade, proximidade, importância/impacto, conseqüência, interesse, conflito / polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro.</p>
<p>Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.</p>
<p>Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/ conflito, conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editoria, oportunidade, dinheiro, expectativa / suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/ invenções, repercussão, confidências.</p>
<p>Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, conseqüências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.</p> <p>Lage: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.</p>

Fonte: Silva (2005, p.11).

Analisando estes valores-notícia podemos observar que alguns autores possuem concepções semelhantes e divergentes. Isto advém da variedade do conteúdo das notícias, que demonstram suas características a partir das estratégias utilizadas para a estruturação de seu texto.

Desta forma, a estruturação do texto só acontece após a escolha dos valores-notícia, que conseqüentemente, irão influenciar diretamente as interpretações dos leitores.

É importante ressaltar que a escolha dos valores-notícia é relativa e transitória, pois a escolha destes valores irá variar de acordo com os assuntos e de acordo com o tempo. Ou seja, o que atualmente possa ser uma escolha certa de valores-notícia, amanhã poderá não ser mais.

Sendo assim, o jornalismo caminha diariamente na linha do tempo e do pensamento, relacionando seu caráter factual com seu poder histórico.

4 JORNALISMO E DEMOCRACIA

A importância do jornalismo como registro histórico é tão evidente quanto a importância do jornalismo no regime democrático. Ambos possuem poder diante a algum fato, porém, não poderemos analisar esta importância do jornalismo no regime democrático sem antes analisar as diversas interpretações da palavra “poder”.

Segundo o dicionário da língua portuguesa Aurélio (2001, p. 577), poder é ter a faculdade, ou o direito, de: poder determinar algo, ter força, ou energia, ou calma, ou paciência, para; estar arriscado ou exposto a; ter probabilidade; ficar propenso a; ter o direito ou a razão de; direito de deliberar, agir e mandar. Já o dicionário Silveira Bueno, define poder como: ter possibilidade; dispor de força ou autoridade; conseguir; possuir força física ou moral; ter influência; potência; soberania; domínio.

A partir destas definições e analisando os fundamentos de Gérard Lebrun (1994), é possível ver a relação intrínseca entre a palavra “poder” e as palavras “potência” e “política”.

Lebrun (1994, p.11) afirma que “por um lado, potência designa uma virtualidade; por outro, uma capacidade determinada, que está em condições de exercer-se a qualquer momento”, ou seja, potência é uma qualidade referente à capacidade de exercer uma determinada função, podendo ser efetuada ou não. Sendo assim, o poder está concretamente ligado à potência em seu modo de ser exercido.

Esta ligação entre poder e potência pode ser considerada através de diversos exemplos, contudo, o exemplo que mais interessa neste trabalho é a relação entre elas e a política. Freund (apud LEBRUN, 1994, p.11) define política como “a atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular”. Ou seja, a política não é concretizada através de recomendações, mas sim, imposições feitas por meio de atos autoritários.

Estas imposições mostram que quem permanece no poder sempre será potencialmente mais autoritário do que quem não está. Porém, há duas formas de exercer o poder: a forma democrática, em que o poder deriva do povo e é

comandado por representantes, e a forma antidemocrática, em que o poder possui força total sob o povo.

A forma democrática exemplifica o governo que se desenvolve através da democracia, que apresenta como verdadeiro significado “governo do povo” e “governo da maioria” (ROSENFELD, 1994).

Desta forma, a democracia é um fenômeno político em que o poder de decisões é baseado nas vontades do povo. Sendo assim, há uma participação direta ou indireta entre os representantes e a população, ocasionando uma maior abertura para discussões sociais.

Rosenfield (1994, p. 34) define que o discurso democrático é “uma pluralidade de discursos, abertos à especificidade dos diferentes segmentos do real, à imprevisibilidade e à provisoriedade de tudo o que existe”, ou seja, tanto o governo quanto a população possuem diferentes tipos de comunicação que enfatizam a pluralidade da democracia.

Esta pluralidade da democracia pode ser vista através dos próprios atos de seus representantes e das manifestações da população, que transformam a democracia em um regime de governo articulado e “produtor de novas liberdades e direitos”, conforme Rosenfield (1994, p. 33):

O Estado democrático é, por assim dizer, um sistema político composto de múltiplas dimensões que se desenvolvem em diferentes níveis de profundidade. O seu ser é processual. Isto significa que a realidade produzida por um regime democrático constitui-se de várias formas de liberdades. A democracia engendra-se nesse cruzamento de liberdades, que assim, a concretizam.

Sendo assim, estas múltiplas dimensões que a democracia possui destacam as principais liberdades que a estruturam, como a liberdade política e a liberdade de expressão. Estas liberdades ao longo dos anos conquistaram um grande papel no processo histórico da sociedade e no fortalecimento da comunicação social.

A relação entre a comunicação e a democracia é explicada por Soares (2009, p.105) que afirma que na democracia “há liberdade de expressão, uma pluralidade de vozes, o confronto ideológico, o governo precisa renovar o discurso, responder às críticas da oposição”, ou seja, na democracia a comunicação social tem extrema relevância na participação política.

Deste modo, os meios de comunicação sempre agregaram grande valor a favor da comunicação social dentro dos fenômenos políticos. Disponibilizando a troca de informações, debates, críticas, propostas e conhecimento, os meios se estruturaram a favor da liberdade de imprensa.

Esta posição a favor da liberdade de imprensa acompanha os meios de comunicação desde os primórdios de sua existência. Karam (1997, p.16) afirma na história.

A luta pela liberdade de imprensa tem já alguns séculos e sua origem está na própria luta pela liberdade literária constrangida pela Igreja. Com o aparecimento dos primeiros jornais periódicos, no final do século XVI, a luta toma nova dimensão em escala social. Este processo chega a dois momentos marcantes: a Independência dos Estados Unidos, em 1776 (quando a liberdade de imprensa passa a ser entendida como suporte da própria liberdade social), e a Revolução Francesa, que, a partir de 1789, proclamou também a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, dispondo que a liberdade de exprimir idéias e opiniões era um dos direitos mais preciosos da humanidade.

Sendo assim, Karam (1997) assegura que a partir da Independência dos Estados Unidos a liberdade de imprensa passou a ser entendida como alicerce da liberdade social, ou seja, a imprensa possuía um grande poder em gerar discussões e deste modo fortalecia a luta pelos ideais e direitos da população.

Este vínculo entre a busca pela liberdade de imprensa e pela liberdade social pôde resultar em diversas manifestações políticas, sociais e culturais, que acompanharam a efervescência intelectual da população diante a soberania de alguns fenômenos políticos.

Buscando a concretização de seus direitos, a população passou a ter uma maior participação e efetividade política, fato que é extremamente importante dentro de uma democracia, pois como o próprio nome sugere, deve haver a participação democrática de todos os cidadãos.

Demo (1999, p.61) afirma que é de extrema importância social a participação política dos cidadãos, a fim de constituir o processo de efetivação dos direitos. Para ele, “no fundo existe uma ironia, mas que é profundamente lógica: direito é algo incondicionalmente devido; porém, só se efetiva, se conquistado”. Ou seja, as teorias que formam os direitos só irão sair do papel, se os cidadãos cobrarem a prática, formando a soberania popular.

Deste modo, a opinião pública é de grande autoridade para a efetivação da política e, de acordo com Bucy e Gregson (apud GOMES, 2005, p.59), é importante ressaltar a relevância dos valores agregados à democracia, que incentivam a participação democrática na esfera política da sociedade, e que deveriam estar presentes neste contexto.

Um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não-distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições, e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político.

Sendo assim, o processo de participação política da população cresce a partir do planejamento de interação entre a esfera política e a esfera pública. Ou seja, os governantes devem tomar medidas que favoreçam o diálogo entre o meio político e o meio público – como debates abertos -, para que o interesse e a conquista do progresso nacional sejam deliberados e compartilhados.

No entanto, a participação política e a soberania popular não são aceitas em todos os regimes de governos, como poderemos observar no próximo capítulo, em que analisaremos o regime antidemocrático que abusou da soberania e que conteve a liberdade de imprensa e a liberdade social. Neste cenário, os meios de comunicação – como expressões da cultura do homem, representam socialmente os valores de uma coletividade. Em regimes democráticos, os meios devem se pautar por valores éticos e coletivos, o que não ocorre em situações antidemocráticas.

O jornalismo – expresso nestes meios – apresenta-se como uma rica fonte histórica de um período porque passou um país ou uma sociedade como um todo.

4.1 JORNALISMO COMO REGISTRO HISTÓRICO

As notícias passadas através da imprensa são relatos que foram feitos através de um fato que o jornalista observou com seu olhar clínico. Sendo assim, os fatos reais não podem ser descritos sem influências e com neutralidade, pois o jornalista sempre estará carregado do poder de influenciar, mesmo que não seja intencionalmente.

Este poder do jornalista com as palavras tem como conseqüência a capacidade de tornar cada fato, uma história. Mendez (2002, p. 97) afirma que “O tratamento dado à palavra garante a perenidade do Jornalismo, permitindo que seu formato informativo tenha a sua particularidade, com um sentido na forma de expressar a realidade [...]”, ou seja, a publicação diária do jornal impresso juntamente com sua forma de texto contextualizada, garante a valorização do jornal impresso como meio de comunicação perpétuo e histórico.

Esta valorização está na maneira de como o texto é contextualizado com fatores sociais, culturais e históricos da humanidade, possibilitando a transição do jornal impresso como meio de comunicação factual, para um importante meio documental e histórico. Barbosa e Morel (apud SILVA, 2007, p.14) definem a capacidade do jornalismo impresso em se tornar um meio documental e agente histórico:

Na tradicional historiografia identificada como historicista, a imprensa aparecia em geral como fonte privilegiada na medida em que era vista como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Em seguida, com a renovação dos estudos históricos e a ênfase numa abordagem que privilegiava o sócio-econômico, a imprensa passou a ser relegada à condição subalterna, pois seria apenas “reflexo” superficial de idéias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica. E a subsequente renovação historiográfica, com destaque às abordagens políticas e culturais, redimensionou a importância da imprensa, que passa a ser considerada como fonte documental (na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas) e também como agente histórico que intervém nos processos e episódios, não mero “reflexo”.

Com isso compreende-se que ao longo dos anos o jornalismo impresso conseguiu se desprender da imagem de “reflexo da sociedade”, passando a ser valorizado por sua capacidade de transformar fatos em documentos.

Esta capacidade em tornar fatos do cotidiano em registros históricos é estruturada através de diversos fatores jornalísticos, como o aprofundamento de

fontes para que a pluralidade seja valorizada juntamente com as investigações do caso.

Olhando o jornalismo como um todo e de forma mais profunda, não ficando apenas na superficialidade de sua função diária, é possível afirmar que o Jornalismo impresso tem caráter eterno, pela história que conta de uma determinada sociedade e de um determinado momento da vida social (MENDEZ, 2002, p.98)

Com isso podemos observar que diariamente o jornalismo percorre o caminho da atualidade e da memória. Inicialmente, seu caráter factual prevalece seu caráter histórico, pois oferece ao leitor notícias atuais, porém, no dia seguinte estas notícias tornam-se registros históricos, valorizando ainda mais o poder do jornalismo no contexto cultural da sociedade.

Nesta mesma linha de pensamento, Silva (2007, p.16) afirma que “o jornal impresso, como veículo de comunicação, tem sua importância ressaltada não somente como fonte para se contar a história, mas também como um instrumento de preservação da memória coletiva”, ou seja, o jornal impresso é um grande instrumento socializador da memória, pois algumas matérias possuem grande valor simbólico à massa, tornando-as parte de outras lembranças históricas, culturais e vivenciais.

Contudo, não pertence ao jornalismo o encargo de construir toda história da sociedade, mas sim a área de ciências humanas que pesquisa e estuda o Homem e sua ação no tempo presente e passado, ou seja, a própria História. Nesta mesma linha de pensamento, Meditsch (1998 *apud* MENDEZ, 2005, p. 95) esclarece que o jornalismo permite a discussão de fatos do cotidiano, assim como informa, denuncia e propõe melhorias na sociedade.

O jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência; ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o Jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais.

Desta forma, o jornalismo impresso constrói sua realidade paralelamente ao modo de como a História pesquisa e relata os acontecimentos. O jornalismo centra sua atenção no presente, e se necessário, recorre superficialmente ao passado, enquanto a história tem como principal enfoque o passado.

Park (*apud* MELO, ano, p.7) explica que diferente do historiador, o jornalista “procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida que estes projetam luz sobre o real e o presente”.

Contudo, é importante lembrar que historiadores podem estudar o passado através de relatos jornalísticos e elaborações teóricas embasadas em notícias já publicadas, fato que demonstra a correlação entre o Jornalismo e a História.

Nesta mesma linha de pensamento, Barbosa (1998) reconhece que as duas áreas se interligam, mas adverte que é muito importante defini-las separadamente, pois mesmo havendo a conexão através dos registros históricos, ambas possuem objetivos diferentes.

Carregando suas análises com sua própria visão do mundo, ambos colocam a sua singularidade pessoal, a sua subjetividade ao empreender a narrativa. É preciso, pois, enxergar em ambos os textos – seja do jornalista ou o do historiador- a sua carga de textualidade. E não ter a pretensão de buscar a realidade presente na narrativa jornalística e a verdade passada no discurso do historiador. É preciso entender que tanto o jornalista como o historiador produzem construções narrativas, nas quais o elemento subjetivo e ficcional estará sempre presente (Barbosa *apud* MENDEZ, 2005, p.100).

Sendo assim, o jornalista e o historiador são essenciais para o registro histórico, tendo em vista que ambos possuem caráter permanente através da construção e reconstrução de acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos a favor da informação e conhecimento coletivo, e, analisados separadamente podemos simplificar suas funções.

No jornalismo, o imediatismo é um elemento que define simplificada a divergência de interesses entre os jornalistas e os historiadores, pois este elemento é um dos critérios essenciais para um acontecimento torna-se notícia, já para os historiadores este elemento não é tão importante quanto o pretérito dos acontecimentos. Barbosa (*apud* MENDEZ et all., 2005, p.1) explica esta relação com o tempo.

O presente parece ser o lugar do jornalista, assim como o passado parece ser o do historiador. Mas tanto o jornalista, como o historiador vivem o seu presente histórico

e impregnados dessa realidade e das visões de um mundo do momento em que vivem, construirão suas interpretações

Com base nessas interpretações, é importante ressaltar que mesmo possuindo caráter informativo, o jornalismo é uma ferramenta comunicacional comercial, ou seja, vende seu produto que é a notícia (MEDINA, 1986). Com isso, seu caráter histórico entra em confronto com sua linha editorial, pois todos os acontecimentos passam por filtros existentes em todas as redações jornalísticas, resultando em registros históricos repletos de influências e interesses.

No entanto, muitas vezes o jornalismo ultrapassa seu dever de informar e passa a atuar como “uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações” (Chaparro, 1994, p.92).

A forma do jornalismo em atuar como entidade social e cultural pôde ser percebida através de diversos registros históricos do Brasil. Um exemplo disto foi o papel do jornalismo como registro histórico no tempo da ditadura militar brasileira. Neste período, o jornalismo sofreu fortes represálias, como a censura de suas publicações. Para compreender melhor, desenvolveu-se um item especificamente para detalhar a relação existente entre ditadura e censura jornalística.

5 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Há uma grande variedade de regimes governamentais no mundo inteiro. Porém, há um regime que por onde instaurado fixa eternamente a lembrança de terror na vida dos cidadãos, o regime militar. Este regime nasceu a partir da união do poder político com o poder militar e, juntos, instauraram o poder centralizado e autoritário da ditadura.

A palavra “ditadura” é a designação dos regimes não-democráticos e antidemocráticos, sua origem pode ser encontrada no Império Romano, em que o governo nomeava um “mandatário supremo” para assumir todos os conflitos de emergência, como por exemplo, as guerras (SPINDEL, 1981).

Nesta época, o ditador que possuía o domínio do poder podia invalidar a Constituição, de forma que, em seu governo não existiam leis. Porém, não era permitida a promulgação de novas leis. Spinder (1981) analisa este ato como um caso premeditado, pois caso acontecesse algo que ameaçasse o domínio do ditador, este entregaria provisoriamente seu encargo e, após a amenização do acontecimento, o ditador afastado retornaria ao poder e teria tudo normalizado, já que não haveria a promulgação de possíveis leis que não lhe fossem favoráveis.

Retomando, na ditadura a elite do poder político foi efetivamente ligada ao poder militar e, ironicamente, o objetivo desta união de dois fortes poderes era agir em benefício da coletividade. Porém, sua busca pela preservação da ordem nacional foi tão incessante e ilimitada que transformou este objetivo em uma ironia a base de violência.

Sodré (1984, p.14) afirma que a violência “pode ser utilizada para facilitar o avanço, mas pode também ser utilizada para deter ou retardar o avanço, sempre na dependência de condições concretas”, ou seja, em caráter militar, a violência age a favor da repressão política, e contra a organização social, assegurando o vínculo entre os poderes e a permanência do regime vigente.

A existência deste vínculo entre o poder político e o poder militar é remota e universal (SODRÉ, 1984). Deste modo, podemos observar diversos países de diferentes continentes políticos que instauraram o regime militar como governo nacional. Na América Latina, países como o Uruguai, Chile, Argentina e Brasil adotaram o regime militar como forma de governo, ação que pode ser explicada pelo fato de que nestes países a elite conservadora tinha maior poder perante as outras

classes sociais, possuindo, assim, maior influência e autoridade, assumindo o poder do país e excluindo as classes populares da estruturação do meio político.

Nesta mesma linha de pensamento, o sociólogo Spindel (1981, p. 8) confirma que “o poder do ditador não emana de sua própria figura e nem é irrestrito; ele emana de uma determinada classe social e só é irrestrito dentro dos limites estabelecidos pelos interesses econômicos desta classe social”, ou seja, na ditadura militar quem possui o poder sobre as demais classes é a elite.

Outro fator proeminente que ajuda a instituir a ditadura é a desigualdade social e exclusão econômica de países pouco desenvolvidos. Entretanto, este fator pode ter exceções, como no caso do Uruguai, Chile e Argentina que, mesmo possuindo uma nação “pluralista” e “moderna” perante aos outros países do continente, passaram por regimes militares persistentes e violentos (ROUQUIE, 1984).

Sendo assim, é importante ressaltar que a soberania do poder militar atuou em diversas nações. Porém, neste trabalho iremos destacar a nação brasileira.

As intervenções militares foram recorrentes na história da república brasileira. É importante lembrar que diferente do que pode ser pensado, nem sempre os militares tiveram ações antidemocráticas. No final do século XIX, anteriormente à Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros atuaram a favor do progresso, como na abolição da escravidão e a queda da monarquia e, em outras épocas, alternavam suas posições diante a um fato político, como por exemplo, em 1945, em que o presidente do Brasil Getúlio Vargas foi deposto acusado de subversão. Porém, em 1951, o mesmo presidente retornou ao poder com o apoio dos militares (SODRÉ, 1984).

Após 1964 o poder militar estabeleceu seu caráter diante do poder político, assumindo o governo por meio de um golpe, instalando a Ditadura Militar brasileira pelos próximos vinte e um anos.

Na época, a presidência do Brasil era exercida por João Goulart que havia assumido o cargo após a inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Sua posse só foi aceita pelos militares e pelas elites conservadoras depois da imposição do regime parlamentarista, uma fórmula política que subordinava o Poder Executivo ao Legislativo. Contudo, Goulart após muito custo, conseguiu a aprovação para fazer um plebiscito, o que trouxe o País de volta ao regime presidencialista.

Entretanto, João Goulart não conseguiu aprovações de seus projetos de reformas política econômica (nacionalista) e reformas sociais (como a reforma agrária), ocasionando constantes e inúmeras mobilizações populares em todo o Brasil.

Ao mesmo tempo, a economia sofreu uma decadência, gerando conflitos de natureza classista, fato que já era temido por diversos políticos, empresários e proprietários. E foi a partir desta seqüência de mobilização popular que políticos e militares se uniram para derrubar o atual governo para o “restabelecimento da ordem social” e retomada da expansão econômica, formando um movimento golpista militar (SADER,1994) .

A disputa ao poder pode ser considerada como uma disputa em que o conservadorismo e a democracia caminham por lados opostos, de um lado o tradicionalismo da elite e dos militares, de outro, a liberdade da massa, o povo.

Em 1964 a elite e os militares organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que tinha como objetivo mobilizar a sociedade brasileira contra o governo de João Goulart, que segundo eles, instauraria um regime totalitário e comunista no País. Este movimento teve a participação de muitas famílias conservadoras, padres, militares, empresários e políticos que eram contra as reformas propostas por João Goulart.

Ali começava uma seqüência de movimentos e revoluções que culminariam ao Golpe de Estado. Enquanto isso, João Goulart caminhava contra a correnteza do conservadorismo da elite, se opondo a todos os ideais contrários ao seu plano de governo e não aceitando movimentos de resistência, para não haver em seu País uma guerra civil.

Lutando até o fim, João Goulart foi deposto no dia 31 de março de 1964, e em seu lugar Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, assume a presidência.

Com o intuito de dar uma direção política a este golpe, a junta militar composta pelo general Costa e Silva (Exército), brigadeiro Correia de Melo (Aeronáutica) e vice-almirante Rademaker (Marinha) criaram o Ato Institucional Número 1, o AI-1, que suspendia por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos opostos ao regime (João Goulart teve seus direitos cassados) e elegia indiretamente o presidente da república.

Desta forma, assegurando os interesses das classes dominantes do País, cassando os mandatos políticos e transformando o governo em um regime militar, o general Castelo Branco assume a presidência do Brasil.

É importante ressaltar que o Golpe de Estado no Brasil teve apoio – financeiro e diplomaticamente- dos Estados Unidos da América, que visavam o capitalismo, precisavam garantir sua hegemonia no continente americano e também eram contrários aos movimentos igualitários como os propostos por João Goulart (SZTERLING, 1996).

Após o golpe militar, o País passou a ser governado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco e, assim, começou a Era da Ditadura Militar, com a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, cassação dos mandatos de políticos de esquerda e seus direitos civis suspensos, eleições indiretas para governadores, proibição de greves, censura jornalística e artística e imposição de controles rigorosos de salários.

É importante lembrar que o direito de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos e praticar eleições indiretas para a presidência da república foi designado a partir do Ato Institucional Número Um (AI-1) que deu início a uma grande seqüência de atos Institucionais em que direitos extra-constitucionais serviam de mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares.

A partir destes direitos, Szterling (1996) explica que no lugar de partidos políticos que foram extintos, Castelo Branco criou o partido a favor do governo, chamado de Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o partido de “imposição e intimidação” chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Paradoxalmente ao que muitas pessoas analisam como lado positivo do primeiro governo da ditadura brasileira, a economia do país certamente foi recuperada, porém, suas melhorias não resultaram na vida da sociedade popular, mas sim na vida de grandes empresários brasileiros e em empresas multinacionais, favorecendo ainda mais as classes elitistas (SZTERLING, 1996).

Acompanhando o processo ditatorial, em março de 1967 o general Castelo Branco passou o poder ao general Arthur Costa e Silva, que na época, foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

Enquanto isso, a revolta do povo e a aversão ao regime militar se alastravam por todo o Brasil. Durante seu período governamental (de 1967 a 1969) eclodiram diversos movimentos sociais de protesto, como o movimento estudantil universitário.

Deste modo, Szterling (1996, p.8) relembra que estudantes universitários de grandes faculdades, como a USP, faziam diversas passeatas, greves e “protestavam contra a falta de liberdade democrática e contra a política educacional do novo governo, empenhada em transformar as universidades públicas e gratuitas em instituições privadas e pagas”.

Esta privatização das universidades públicas desvalorizaria o ensino educacional, transformando grandes faculdades de ensino superior em escolas técnicas voltadas para formação técnica, com alunos preparados somente para a mão-de-obra industrial. É importante lembrar que a multidão de estudantes também era composta de trabalhadores, sindicalistas, professores, jornalistas, líderes religiosos, artistas, cantores, escritores, todos lutando pelo mesmo ideal, a liberdade e os direitos humanos.

Também neste período, formaram-se grandes guerrilhas urbanas espelhadas nas guerrilhas vitoriosas da Revolução Cubana na época da Guerra Fria e, anos depois foi a vez das guerrilhas rurais¹ deflagrarem na nação brasileira (SZTERLING, 1996).

Deste modo, organizadas por grupos políticos de esquerda – que tinham o intuito de enfrentar a ditadura com ataques surpresa – as guerrilhas realizaram lutas armadas contra a ditadura, cometendo seqüestros e atos terroristas.

Formando uma grande união de revolucionários brasileiros, as guerrilhas se formaram clandestinamente por toda cidade de São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais. Szterling (1996, p.14) afirma que “em outubro de 1968, somavam 43 organizações distintas- todas com influências ideológicas, estrutura e projetos

¹ As guerrilhas rurais brasileiras tiveram início em 1972 às margens do rio Araguaia, no quilômetro 8 da Transamazônica. Os guerrilheiros, 63 pessoas do PC do B (Partido Comunista do Brasil) tinham como objetivo promover uma revolução socialista. Conhecida como “Guerrilha do Araguaia” este movimento teve forte poder revolucionário diante ao fato de que seus responsáveis ensinaram a diversos posseiros como lutar em uma guerrilha, transformando a pacata área rural em uma área de treinamento de guerrilhas. Silenciados pela censura jornalística, os meios de comunicação não puderam divulgar informações sobre esta guerrilha, sendo assim chamada de “guerra silenciosa”. Em 1974, após muitas lutas, repressões, torturas e com a morte do comandante e guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa (ex-segundo tenente) o regime militar conseguiu acabar com a Guerrilha do Araguaia.

próprios de luta política”, ou seja, os ideais revolucionários cresciam a cada momento repressivo da ditadura militar.

Estas guerrilhas e manifestações estudantis e sociais provocaram grandes medidas repressivas do governo. Munidos de gás lacrimogêneo, armas de fogo e de borracha, militares combateram com violência as manifestações sociais.

A ordem social foi reimposta a ferro e fogo, pela repressão aos líderes sindicais, estudantis, intelectuais, aos artistas, políticos, partidos e organizações, catalogados como subversivos. O Congresso foi amputado de deputados e senadores que tiveram seus mandatos cassados, o mesmo acontecendo com governadores e prefeitos (SADER, 1994, p.18).

Com isso, pode-se observar que a repressão não possuía limites. Abuso do poder, violência, exílios, torturas e até mesmo mortes tomaram conta do contexto brasileiro desta época.

Exemplo nacionalmente reconhecido desta era repressiva foi a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto que, no dia 28 de março de 1968, foi assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante a organização de uma passeata contra a demolição do restaurante estudantil chamado de Calabouço. Com um tiro a queima roupa no peito, Edson ainda foi levado com vida para o Hospital Souza Aguiar, mas não resistiu aos ferimentos. Neste mesmo dia, estudantes e amigos de Edson, temendo que a polícia militar desaparecesse com o corpo do estudante, o carregaram até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, local em que seu corpo foi velado por milhares de pessoas, marcando para sempre a história estudantil brasileira.

A partir deste episódio, em 26 de junho do mesmo ano, a principal entidade estudantil do País, a União Nacional dos Estudantes (UNE) comandou no Rio de Janeiro a importante e expressiva “Passeata dos Cem Mil²”, em que diversos estudantes, intelectuais, jornalistas, artistas e trabalhadores marcharam em busca pela democracia (SZTERLING, 1996).

² A Passeata dos Cem Mil foi a única manifestação da época que não sofreu repressões dos militares, já que o comando militar havia previamente permitido a manifestação. Esta permissão só foi dada aos manifestantes, pois o governo queria melhorar sua imagem perante à população, já que anteriormente à Passeata dos Cem Mil ocorreu uma passeata social que ficou conhecida como “Sexta-feira Sangrenta”, devido a grande repressão militar que ocasionou centenas de feridos, mortes e prisões de manifestantes.

Com faixas críticas que diziam “Abaixo a Ditadura. O Povo no Poder”, a população conquistou a atenção de toda sociedade, tomando uma dimensão extremamente relevante na história das manifestações sociais de massa no Brasil.

Após a Passeata dos Cem Mil, o então presidente Costa e Silva marcou um encontro com os principais representantes estudantis e, após uma reunião fechada, não aceitou nenhuma reivindicação – como a libertação de estudantes presos - resultando em mais conflitos entre a população, os militares e a elite conservadora.

Contudo, foi após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 14 de dezembro de 1968, que a ditadura brasileira deu início à forte seqüência de ações autoritárias e repressivas. O AI-5 concedeu poderes absolutos ao presidente da república – como poder de intervir em estados e municípios sem respeitar as limitações constitucionais, poder de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro, poder de cassar mandatos de políticos e fechamento do Congresso Nacional, poder de suspender o direito de habeas corpus em casos de crimes políticos e crimes contra a segurança nacional - transformando seu ato institucional em suprema forma de represália no Brasil (SODRE, 1984).

Duas das principais determinações do AI-5 brasileiro foram a proibição das manifestações populares de caráter político e a imposição da censura prévia nos meios artísticos (livros, cinema, peças de teatro e músicas) e nos meios de comunicação (rádio, jornais, revistas, TV).

Szterling (1996) afirma que “O AI-5 consumou o golpe de 1964, levando ao extremo a repressão política e policial”, desta forma, é possível analisar a importância deste quinto decreto - e suas medidas de exceções - para a história do Brasil no período ditatorial.

A partir de 1969, surgiram novas desavenças entre o governo e a oposição. No dia 24 de janeiro Carlos Lamarca, capitão do Exército Brasileiro, abandonou seu cargo e fugiu do quartel de Quitaúna (SP) – acompanhado de três colegas de trabalho (um sargento, um cabo e um soldado) - rumo à vida de guerrilheiro (Szterling, 1996).

Com ideais socialistas e militantes, Lamarca tornou-se um dos principais líderes da oposição armada, com participações em assaltos a bancos, assassinatos e conspirações contra o regime.

Inconformado com o tratamento dado aos presos capturados pelo regime militar – humilhação, agressão física, torturas e choques elétricos -, Carlos Lamarca

revoltava-se cada vez mais contra o regime militar. Em um depoimento transcrito por Sztterling (1996, p.24) sobre a relação dos militantes e a tortura militar, Lamarca afirma que “a gente só abre o bico na hora de engolir cianureto”, ou seja, os militantes só revelariam suas conspirações contra o regime caso fossem forçados a tomar o composto químico cianureto, altamente tóxico.

Enquanto Lamarca escondia-se da polícia em apartamentos clandestinos, um grupo de militantes do MR-8³ seqüestra o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, a fim de conseguir em troca de sua liberdade, a libertação de quinze prisioneiros políticos.

Sztterling (1996, p. 22) transcreve o depoimento de um dos membros do MR-8, que supõe “se seqüestrarmos este representante de todo poderoso império norte-americano, estaremos sem dúvida golpeando todos os setores ligados à ditadura”, ou seja, este seqüestro foi planejado com o intuito de atingir o regime militar brasileiro e a embaixada estrangeira, pois ao se informarem sobre o seqüestro, a embaixada pressionaria os militares a terem uma ação para a libertação do embaixador Charles Burke Elbrick.

E realmente foi o que aconteceu. Sem alternativas, militares aceitaram a exigência feita pelos seqüestradores, e libertaram quinze presos políticos.

Porém, alguns componentes responsáveis pelo seqüestro foram assassinados, e outros foram presos, torturados, e exilados (SZTERLING, 1996).

Diante a essa seqüência de ações da oposição, a Junta Militar e a Força Armada do País se uniram para acelerar a escolha do próximo presidente, que por mais uma vez, foi escolhido através de uma eleição indireta.

Em outubro de 1970, o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente da república, instalando por quatro anos o período mais extremista da história ditatorial brasileira, conhecido como “os anos de chumbo”.

Enquanto Médici passava por seu primeiro mês comandando a ditadura militar brasileira, Carlos Lamarca - líder da oposição armada – liderava a organização de luta armada VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), que era extremamente esquerdista e contra o regime de Médici. Juntos, Lamarca e a VPR

³ O MR-8 antes era conhecido como DI-RJ (Dissidência do Rio de Janeiro) organização política que atuava em diversas ações do movimento estudantil e das lutas armadas. Em 1969 sua organização foi desarticulada pelo regime e, logo em seguida, seus sobreviventes se uniram a integrantes da DI-GB (Dissidência Comunista da Guanabara) formando o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Com caráter socialista, este movimento criou seu nome em homenagem à data de morte de Ernesto “Che” Guevara, importante líder socialista da Revolução Cubana.

conseguiram propagar os ensinamentos de uma guerrilha para camponeses do País, a começar pelo vale do Ribeira - SP- (SZTERLING, 1996).

Instalados, formaram duas bases de treinamento guerrilheiro, que contavam com treinos de tiros e palestras socialistas. Participavam destes treinamentos onze homens e três mulheres, sendo que uma delas era Iara Yavelberg⁴ (SZTERLING, 1996).

Contudo, em 1970 – alguns meses após a instalação- as bases de treinamento e seus guerrilheiros foram descobertos pela polícia, que no dia seguinte, já estava à procura dos combatentes. Desta forma, Lamarca ordenou que seus companheiros se dividissem e fugissem para a capital paulista e, os outros, ficaram encarregados de vigiar as bases de treinamento (SZTERLING, 1996).

Porém, a vigília não surtiu efeito e os guerrilheiros espões foram capturados pela polícia, enquanto Lamarca, Iara e outros combatentes fugiram pela floresta. Durante semanas os guerrilheiros enfrentaram barreiras militares, que em combate, perderam vários soldados e tiveram o tenente Paulo Mendes Júnior seqüestrado pelo grupo e, mais tarde, morto em nome da justiça.

Szterling (1996, p.27) descreve que “os cinco fugitivos restantes ainda permaneceram por três semanas escondidos na mata, com patrulhas passando a apenas 50 metros de distância e helicópteros sobrevoando-lhes a cabeça”, Carlos Lamarca e Iara Yavelberg estavam entre esses fugitivos.

No entanto, vivendo no limite da fome, do cansaço e tomados pela coragem típica de guerrilheiros, capturaram uma viatura do Exército e fugiram para São Paulo. Dias depois, já no Rio de Janeiro, os guerrilheiros seqüestraram o embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, exigindo que em troca de sua liberdade libertassem quarenta presos políticos (SZTERLING, 1996).

Neste momento, os guerrilheiros precisavam decidir entre fugir do País ou se render a oposição. Contudo, a decisão de fuga para o exterior seria uma demonstração de covardia para com as lutas armadas e seus ideais de revolução.

Desta forma, Carlos Lamarca e Iara Yavelberg decidiram continuar no País, lutando até a morte contra a ditadura brasileira. Em 1971 a morte de Iara Yavelberg foi considerada como suicídio, porém, trinta anos mais tarde a verdade foi

⁴ Iara Yavelberg era psicóloga e professora e, antes de entrar no treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, participava de grandes manifestações estudantis, impondo seu caráter militante contra a ditadura brasileira. Após entrar no treinamento de guerrilheiros, Iara tornou-se guerrilheira de extrema-esquerda e companheira de Carlos Lamarca, por quem se apaixonou.

desmascarada, Lara foi assassinada com um tiro no peito por militares. Um mês depois da morte de Lara, Lamarca foi assassinado por militares após ser capturado em seu esconderijo no interior da Bahia.

Era o fim do MR-8 e suas guerrilhas. Aos poucos, revolucionários de todo Brasil eram silenciados pela forte perseguição policial e pela propaganda política⁵, que escondia todas as formas de repressão e associavam patriotismo ao apoio do regime militar.

Com a ajuda da propaganda política, o regime militar deu início ao processo de conquista da população brasileira, contudo, outro fator foi extremamente importante e favorável a esta conquista, o crescimento econômico (SZTERLING, 1996).

No início dos anos 70 o governo de Médici passou a divulgar por todos os cantos do País que seu plano econômico havia dado certo, o chamado “milagre econômico” da era ditatorial.

Com divulgações que afirmavam que a inflação estava controlada, o governo novamente se aliou a publicidade, produzindo o slogan “ninguém segura este país”, enfatizando o progresso do Brasil através do crescimento econômico.

Deste modo, apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) o País investia na exploração de recursos minerais (petróleo), construía usinas hidrelétricas e nucleares, expandia as rodovias⁶ e crescia dentro do capitalismo.

Enquanto isso, parte da população era impulsionada pelo consumismo excessivo. Szterling (1996, p.29) afirma que “a classe média parecia muito bem, comprava carros, eletrodomésticos e aparelhos de som, financiava a casa própria e abria cadernetas de poupança para garantir o futuro”, demonstrando que os privilégios da melhoria econômica eram inúmeros e favoráveis a qualidade de vida.

Porém, a realidade social das classes baixas demonstrava outro lado deste “milagre econômico”. De acordo com diversos pesquisadores e economistas a economia do país estava cada vez mais classicista.

⁵ Nesta época formou-se a campanha publicitária de apoio ao regime militar, com o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, conhecido nacionalmente no período governamental do presidente Emílio Garrastazu Médici. Este slogan será analisado posteriormente, através de uma publicação do jornal “O Pasquim”.

⁶ A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi projetada e inaugurada durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Considerada a terceira mais longa rodovia do Brasil, a Transamazônica era chamada de “obra faraônica” devido sua extensão gigantesca, cortando sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

Desta forma, Sodré (1984, p.105) revela que por trás deste cenário econômico existia “uma estrutura econômica e financeira que se fundava na concentração da renda, na espoliação e na redução do salário, empobrecendo consideravelmente o povo e baixando o seu nível de vida”, ou seja, o crescimento econômico só era favorável à classe média alta, que tinha acesso a salários cada vez maiores.

Sendo assim, é possível analisar que apesar da concentração de renda estar sempre presente na história econômica brasileira, no período ditatorial esta situação teve seu ponto alto, como explica Chiavenato (2001, p.85).

Em 1960, os 20% mais pobres detinham 3,9% da renda nacional; em 1970, sua renda coletiva caiu para 3,4% e, em 1980, para 2,8%. Enquanto isso, os 10% mais ricos passaram de 39,5%, em 1960, para 46,7% em 1970 e 37,9% em 1980.

Esta grande desigualdade econômica passou a afetar o padrão de vida de muitos brasileiros, pois enquanto a chamada classe média alta - e elite consumidora – recebia de dez a vinte salários mínimos, aproveitando todas as regalias que esta condição salarial proporcionava, as classes baixas ganhavam no máximo dois salários mínimos, sendo impossibilitada de possuir certos bens – até mesmo os referentes à qualidade de vida, como a saúde – e serviços (CHIAVENATO, 2001).

Apesar dos investimentos estrangeiros e da exportação de recursos minerais e bens de produção, aos poucos o “milagre econômico” foi desmascarado através da alta dívida externa.

Chiavenato (2001, p.88) afirma que “em quinze anos os governos militares elevaram a dívida externa brasileira em quinze vezes: de 3 bilhões de dólares ela passou para 45, um recorde mundial”, desta forma, conclui-se que apesar dos lados positivos - a inflação parcialmente moderada, os investimentos estrangeiros, a criação e modernização de empresas estatais - o milagre econômico não passou de mais uma repressão feita pelo regime militar, em que os brasileiros eram reprimidos de possuir igualdade social.

Com o fim do milagre econômico e em plena situação de insatisfação popular, em março de 1974, o general Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência do Brasil.

Durante o governo de Médici, Ernesto Geisel era presidente da empresa estatal Petrobras⁷, enquanto seu irmão Orlando Geisel era ministro do Exército brasileiro. Desta forma, o poder de influência de ambos os irmãos facilitou a escolha de Geisel à presidência da república.

Governando o País no período de 1974 a 1979, Geisel deu início ao lento processo de transição e abertura política no Brasil, sofrendo grandes resistências dos militares que tinham posições contrárias a essa flexibilidade.

Deste modo, Szterling (1996, p.35) afirma que “as crescentes dificuldades econômicas deixaram o novo governo numa posição política mais frágil e levaram a sociedade civil perder o medo”, ou seja, com um regime menos repressivo a população voltou a lutar por seus direitos através de grandes manifestações, contudo, esta liberdade teve suas conseqüências.

Diversos militares não aceitavam a flexibilidade que o regime de Geisel estava proporcionando a sociedade, desta forma, atos de extremo autoritarismo voltaram à cena do regime militar brasileiro, como a morte do jornalista⁸ Vladimir Herzog.

Nascido na Iugoslávia, mas naturalizado brasileiro, Vlado Herzog passou a assinar seu nome como “Vladimir”, pois considerava seu nome muito exótico para o País. Apesar de não ser formado em jornalismo – mas sim em filosofia - Vladimir tornou-se jornalista de grandes meios de comunicação, como o jornal O Estado de São Paulo, a emissora internacional BBC de Londres e a TV Cultura.

Desta forma, Vladimir sempre lutou pela liberdade de imprensa e, sobretudo, pela liberdade de expressão. Politicamente engajado, Herzog era integrante do Partido Comunista Brasileiro – partido político de esquerda – e participava de diversos movimentos de resistência contra a ditadura militar.

No dia 24 de outubro de 1975, Herzog foi convocado a prestar depoimento sobre sua participação no Partido Comunista Brasileiro, grande opositor do regime militar. Nesta época, Vladimir trabalhava como diretor de jornalismo da TV Cultura, e

⁷ É importante lembrar que o fim do milagre econômico, em 1973, coincidiu com a crise do petróleo, em que os países importadores descobriram que o recurso não era renovável, desta forma, diminuíram suas produções e triplicaram o valor do barril. No entanto, o Brasil utilizou esta situação a seu favor, consolidando seu crescimento e aumentando suas reservas internacionais.

⁸ Além de jornalista, Vladimir Herzog era filósofo, professor e dramaturgo.

aceitou comparecer na sede do DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) em São Paulo.

No dia seguinte ao seu comparecimento, Vladimir foi encontrado morto nas dependências da sede com uma cinta de pano em volta de seu pescoço, simbolizando um possível enforcamento. Em nota oficial divulgada pelo DOI-CODI o jornalista havia cometido suicídio na cela em que estava preso.

Contudo, esta afirmação não foi aceita por grande parte da população brasileira, que acreditava que Herzog havia sido cruelmente torturado e em seguida, assassinado por servidores do DOI-CODI.

Na época, foram divulgadas fotos que mostravam o jornalista preso por uma cinta⁹ amarrada em uma janela e em seu pescoço, porém, assim como o fato em si, as fotos geraram grande repercussão contrária.

Enfatizando esta posição contrária ao possível suicídio de Herzog, Gaspari (*apud* JORDAO, 2004, p.177) afirma que “os macacões do DOI não tinham cinto. Herzog teria se enforcado amarrando o nó na primeira barra da grade, a 1,63 cm do piso, e ficara sem espaço para que seu corpo pendesse”, mas na foto Vladimir está com os pés no chão e as pernas curvadas, o que dificilmente aconteceria em um ato suicida.

Desta forma, as controvérsias geraram aos familiares de Herzog e à imprensa brasileira o sentimento inconsolável de repúdio ao regime militar, provocando uma reação em cadeia de inconformidade e descontentamento da população para com as repressões da ditadura brasileira. Szterling (1996, p.35) expõe as entidades que não aceitaram o possível suicídio de Herzog.

A Federação Nacional dos Jornalistas, o Sindicato dos Atores de São Paulo, a Frente Nacional de Trabalho, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outras entidades civis e religiosas, recusaram-se a aceitar o laudo médico expedido pelos militares.

Na época ditatorial a maioria dos funerais de presos políticos eram breves e confidenciais, porém, seguindo a linha do funeral do estudante Edson Luís de Lima Souto, o funeral de Vladimir Herzog reuniu diversos espectadores. Gaspari (2004, p.183) descreve o sepultamento do jornalista.

⁹ Segundo comandantes do DOI-CODI a cinta fazia parte do vestuário obrigatório dos presos políticos (GASPARI, 2004).

Na manhã de segunda-feira, duas gerações estavam mobilizadas pela morte de Herzog. Na primeira vinham os trezentos automóveis que seguiram o cortejo fúnebre até o cemitério israelita. Na segunda, os estudantes da USP. Uma testava o próprio medo. A outra testava o medo alheio.

Desta forma, Gaspari (2004) descreve o cortejo fúnebre como uma situação em que familiares, amigos, jornalistas e sindicalistas enfrentaram o próprio medo de serem repreendidos por militares à vigília ao demonstrarem tristeza e inconformismo com a morte de Herzog e, os inúmeros estudantes, testavam o medo dos próprios militares através da massificação e união de militantes esquerdistas a favor da justiça.

No cemitério, familiares, amigos e diversos jornalistas – incluindo quatro que estavam presos no DOI-CODI e foram soltos para comparecer ao sepultamento do amigo - prestavam sua última homenagem a Herzog.

Em um momento de comoção, o jornalista Audálio Dantas recitou o trecho do poema Navio Negreiro, de Castro Alves que dizia “Senhor Deus dos desgraçados, dizei-me vós, senhor Deus, se é mentira, se é verdade, tanto horror perante os céus”, fazendo uma alusão ao caos instaurado no regime militar (GASPARI, 2004).

Contudo, foi no culto ecumênico em memória do jornalista que o País mostrou a verdadeira repercussão da morte de Vladimir Herzog.

Apesar das 385 barreiras policiais espalhadas pela cidade que tentavam impedir o acesso à Catedral da Sé, cerca de oito mil pessoas caminharam em silêncio até o local. Gasparini (2004, p.199) descreve claramente este momento.

Na praça da Sé, naquela tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo que procurava na anarquia um pretexto para a própria reafirmação.

Neste cenário repressor e impune o regime militar passou a ser intensamente enfrentado pela população, que exigia mudanças sociais, econômicas, culturais e principalmente, políticas.

Geisel pressionado pela fúria da população e pelos vazamentos de informações secretas – como as torturas e as mortes cometidas na sede do DOI-

CODI – demite o comandante do II Exército, general Ednardo D´Ávila Melo, responsável pela morte de Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho¹⁰.

Em 1978 greves e manifestações sindicais (principalmente as greves do ABC Paulista) se espalharam por todo Brasil exigindo a “anistia geral, ampla e irrestrita”¹¹ e, mais uma vez, o regime agiu com repressão. Uma nova lei anti-greve foi decretada, seguindo o decreto sancionado pelo presidente Castello Branco, em 1964 (SZTERLING, 1996).

Contudo, no ano seguinte Geisel encerra seu mandato revogando o AI-5 e restaurando o habeas corpus, abrindo caminho para a possível anistia dentro do governo do seu sucessor, João Baptista Figueiredo.

João Baptista Figueiredo foi o último militar a governar a presidência do Brasil, no período de 1979 a 1985. Figueiredo acelerou o processo de liberalização política e promulgou a Lei da Anistia no dia 28 de agosto de 1979.

A Lei da Anistia estabeleceu que todos os cidadãos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais - ou que estavam associados a esses crimes, e que tiveram seus direitos políticos suspensos- estavam livres de todas as acusações. Depois desta decisão, muitos líderes políticos, artistas, escritores, jornalistas, militantes sindicais e estudantis que estavam exilados em outros países voltaram ao Brasil.

No entanto, a Lei de Anistia possuiu grandes fatores negativos e desiguais, como por exemplo, seu alcance restrito. Os cidadãos condenados por praticar assaltos, seqüestros e atentados pessoais não eram beneficiados pela anistia, entretanto os militares que praticaram torturas, assassinatos e desapareceram com inúmeros brasileiros receberam os benefícios da lei.

Outro fator negativo era a dificuldade de reintegração social e trabalhista dos brasileiros que permaneceram exilados por anos e tiveram seus direitos políticos cassados. Comprovando este fator negativo, o historiador e militar Nelson Werneck Sodré – que teve seu direito político cassado por dez anos, foi impedido de lecionar e de escrever artigos para a imprensa – explica este fator negativo e controverso da anistia.

¹⁰ Manoel Fiel Filho era integrante do Partido Comunista Brasileiro e foi morto após sofrer diversas torturas nas dependências do DOI-CODI. Primeiramente sua morte foi anunciada pelo governo como suicídio, assemelhando-se com a história do jornalista Vladimir Herzog.

¹¹ Dizeres da bandeira exposta pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) nas manifestações políticas da época

Ela visava os indivíduos, mas não as instituições. Estas permaneciam intactas, com a legislação de exceção em pleno vigor e a proibição aos beneficiários de retomarem a atividade anterior às punições. Assim, os militares voltavam a receber os vencimentos, mas não voltavam aos postos e à atividade. E os funcionários, idem. E os professores, idem. A anistia concedida, ao contrário das raízes históricas do instituto, não esquecia e não perdoava (SODRÉ, 1984, p.124).

Assim, pode-se analisar o caráter discriminatório da anistia, que não era favorável à massa brasileira, muito menos aos diversos militantes que lutaram por um Brasil mais democrático, mas sim, aos próprios ditadores e adeptos do repressivo regime militar.

Desta forma, a anistia foi mais uma medida silenciadora e “contra- revolução” adotada pelo regime militar, com o intuito de conter as manifestações de oposição e abafar a crise política, econômica e social do Brasil. Mais uma vez o regime militar proporcionava à sociedade a mais pura fórmula da injustiça social, em que inúmeras vítimas do autoritarismo e das violentas repressões jamais chegariam a ter dentro do período ditatorial o reconhecimento – e a justiça - pelos absurdos cometidos contra os seus próprios direitos humanos.

Os últimos anos do regime militar foram marcados por constantes manifestações políticas e sociais.

Em 1983 surgiu o movimento “Diretas Já”, que mobilizou toda a população em defesa de eleições diretas para a escolha do próximo presidente do Brasil. O movimento teve seu lançamento no programa televisivo Canal Livre na TV Bandeirantes, pelo senador Teotônio Vilela.

Em pouco tempo, manifestantes de diversos Estados adotaram a causa do movimento e marchavam pelas ruas com bandeiras que diziam “Diretas Já”, “Por eleições livres e diretas para Presidente” e “Contra o arrocho e o desemprego”. As bandeiras com escritos contra a crise econômica do País eram carregadas por sindicalistas que lutavam contra a inflação e a desigualdade econômica e social do Brasil.

Contudo, o general João Figueiredo considerou o movimento como subvertedor ao regime militar e, mais uma vez, as autoridades entraram em combate repressivo com os manifestantes e seus inúmeros comícios a favor das “Diretas Já”.

No ano seguinte, em 16 de abril de 1984 mais de 1,5 milhão de manifestantes se unem no centro da capital – Vale do Anhangabaú - a fim de apoiar o movimento Diretas Já, formando a maior manifestação política ocorrida no Brasil.

Porém, o Congresso Nacional rejeitou a Emenda Dante de Oliveira – nome por qual era chamada a emenda a favor da reinstalação das eleições diretas para presidente da república, formulada pelo deputado federal Dante de Oliveira – frustrando uma grande e considerável parte da sociedade brasileira.

É importante ressaltar que apesar da Emenda Dante de Oliveira ter sido rejeitada, a manifestação “Diretas Já” foi de extrema importância para a redemocratização do País e para o fim da ditadura militar, pois sem alternativas diante à interminável pressão social e política, o governo resolveu eleger um candidato do Partido Social Democrático (PSD), enfrentando a resistência de militares radicais que não aceitavam o fim da ditadura e que praticavam atos terroristas contra bancas de jornal, editoras e entidades da sociedade civil.

Deste modo, o sucessor de João Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral¹² que nomeou em 1985, Tancredo de Almeida Neves a presidente do Brasil.

Porém, Tancredo de Almeida Neves faleceu na véspera de sua posse a presidência, após ter adoecido avassaladoramente. Assim, seu vice José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney assume a presidência do Brasil, prometendo honrar o nome de Tancredo e seus ideais de conciliação nacional e a tão esperada democracia.

Após vinte e um anos de regime militar, o Brasil começa a dar seus primeiros passos dentro da democracia, deixando para trás duas décadas de repressão, violência, autoritarismo, abuso de poder, torturas, desaparecimentos e censura.

O tempo e o progresso puderam trazer um novo Brasil para os cidadãos que sofreram com o terror e o silêncio do regime militar, porém, as lembranças e as mazelas ficaram marcadas na história brasileira e, mais do que isso, na memória coletiva da sociedade.

Neste trabalho a censura nos meios de comunicação – em especial nos jornais- irá ter maior enfoque de pesquisa e estudo.

¹² Formado pela câmara dos deputados e pelo senado federal

5.1 CENSURA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação sofreram grandes represálias durante todo período ditatorial; a “voz” da sociedade já não era mais a mesma, o poder de informar, debater, cobrar e argumentar dos jornalistas, seus textos e imagens não possuíam mais a liberdade de imprensa.

Com alguns períodos mais intensos que outros, a censura militar começou sua atuação desde o primeiro ano de regime militar no Brasil. Diversos jornalistas sofreram repressões em suas redações jornalísticas, ocasionando o fechamento de importantes jornais da época como o *Correio da Manhã*.

Jornais de esquerda e jornais pró-João Goulart, como *Politika*, *Folha da Semana*, *O Semanário* e outros, foram invadidos e suas oficinas destruídas. Jornais respeitáveis, mas favoráveis a Goulart, como a *Última Hora*, uma das principais cadeias jornalísticas do País, foram igualmente invadidos e destroçados. O *Correio da Manhã*, que se opôs radicalmente a Goulart, mas denunciou com veemência os excessos da ditadura foi sistematicamente perseguido: a sua sede foi atacada a bomba, invadida e interditada, uma edição foi sumariamente confiscada e sua proprietária, Niomar Bittencourt, presa por mais de dois meses (SOARES, 1989, s/p).

Sendo assim, o regime militar brasileiro praticou ilimitadamente a censura, abolindo a liberdade de imprensa e até mesmo a liberdade de expressão de todos os cidadãos.

No dia 9 de fevereiro de 1967 o Congresso Nacional decretou a Lei nº 5.250, que consistia na regulação da liberdade de manifestação, do pensamento e de informação, ou seja, esta lei deu início ao controle sobre a liberdade de imprensa e, a partir desta data, a história do jornalismo na época ditatorial foi marcada para sempre através da censura.

Confirmando esta situação, Smith (2000, p.10) afirma que “sob o regime-militar de 1964-85, em especial no período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura à imprensa no Brasil assumiu diversas formas, todas ilegais, disfarçadas e negadas”. Ou seja, as proibições da censura para com a imprensa eram feitas por diversos tipos de censuras, sendo secretas ou abertas.

Primeiramente, os meios artísticos e os meios de comunicação sofreram o poder da “autocensura”, em que jornalistas amedrontados e inseguros por conta da possibilidade de serem presos, ou pela possibilidade de fechamento do meio comunicacional e pela perda de parceiros comerciais que financiavam a produção dos meios - censuravam suas próprias publicações, formando uma relação de cumplicidade com a censura militar (SOARES, 1989).

A partir desta autocensura, Soares (1989, s/p) afirma que os jornalistas “livravam-se da incômoda presença dos censores residentes e da onerosa prática de submeter todo o material publicado à censura prévia”, ou seja, ao permitir o controle de informações, jornalistas poderiam seguir sua rotina sem a presença de censores residentes, que eram presenças constantes em redações de jornais na época da ditadura militar.

Casos de autocensura eram facilmente encontrados em grandes meios de comunicação de massa, como a TV Globo, que possuía um grupo interno para autocensurar sua redação. Segundo Soares (1989), o meio contratou até mesmo um “ex-diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal” para facilitar a produção dos programas e principalmente para eliminar a possibilidade de algum programa (sobretudo novelas) ser repreendido após muito trabalho e gastos com a produção.

Em contra partida, os meios que não aderiam à autocensura sofriam repressões secretas- perseguição de jornalistas-, e até mesmo atentados à bomba em grandes jornais como O Estado de São Paulo, em 20 de abril de 1968 (CHINEM, 1995).

Já os meios artísticos (teatro, música, livros, arte) e seus artistas (atrizes, cantores, escritores, cartunistas) sofriam a mesma repressão em suas produções culturais. Porém, nenhum deles planejava negociações com os censores¹³, mas sim,

¹³ Os censores representavam apenas a parte humana do mecanismo da repressão que, por sua vez, era respaldado pelos órgãos que legitimavam as práticas da Ditadura. Neste contexto de lutas, manifestações, prisões, torturas, exílios, desaparecimentos, mortes e censura a favor da cegueira social, o regime militar instaurou departamentos de repressão como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) entrarem em ação. O DOPS foi criado em 1924, a fim de controlar e reprimir movimentos sociais e políticos contrários ao regime, porém seu período de grande atuação foi ao lado, do DOI-CODI, que servia como serviço de inteligência do Exército e centro de defesa interna, ou seja, este órgão era responsável por prender, interrogar e torturar aqueles que fossem contrários ao regime. Juntos, foram responsáveis por grandes repressões brutais e por inúmeros desaparecimentos de cidadãos brasileiros. Separados, o DOPS acumulava relatórios extensos e bárbaros sobre suas vigias, perseguições e torturas a manifestantes sociais, intelectuais e políticos. Já o DOI-CODI, na noite de 24 de outubro de 1975.

participavam de manifestações e enfrentavam através de seus trabalhos e senso crítico, a censura e a polícia militar.

Desta mesma forma, cantores renomados da música popular brasileira lutavam contra a ditadura militar, como: Elis Regina, Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Milton Nascimento e tantos outros cantores.

As canções mais conhecidas que foram censuradas na época ditatorial por conter protestos, questionamentos, metáforas e ironias em suas letras, foram “Apesar de Você”, de Chico Buarque; “O Bêbado e o Equilibrista”, de Elis Regina; “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil; “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré; e “É Proibido Proibir”, de Caetano Veloso.

Em 1968, membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiram o teatro Ruth Escobar, em São Paulo e, em um ato de violência em defesa do regime militar, depredaram todo cenário e agrediram o elenco. Neste dia, um grupo de teatro apresentava a peça “Roda Viva” – que possuía em seu enredo influências contra o contexto ditatorial - escrita por Chico Buarque.

Por sua vez, escritores tinham seus livros confiscados, vetados à publicação ou inteiramente rabiscados por restrições dos censores, e em muitos casos, um grande volume de livros era queimado.

De acordo com Reimão (2001, apud STEPHANOU, p.214) no ano de 1966 o Jornal do Brasil publicou um editorial que reclamava “da falta de critérios de apreensões de livros que estavam transformando estas ações em peças modelares de ignorância”, ou seja, os militares repreendiam toda produção cultural, independente de serem violáveis a “moral e bom costume” do regime militar ou não, causando uma reação em cadeia de falta de cultura e educação.

Caminhando contra esta corrente soberana e repreensiva, o editor e dono da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, publicou por três anos consecutivos, um livro por dia¹⁴, ação que resultou em sua prisão e inúmeros processos movidos pelo governo do regime militar (REIMÃO, [2006?]).

Desta forma, pode-se analisar que a censura militar se estendia por todas as manifestações culturais e artísticas da sociedade. Porém, esta extensão não enfraquecia os atos de resistência da população, que continuaram no decorrer da história ditatorial, como poderemos ver a seguir.

¹⁴ Dias úteis.

Seguindo o processo ditatorial, em 1969, o militar e até então governador Costa e Silva foi substituído provisoriamente, após ficar doente, por uma junta militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Ministro do Exército), Augusto Rademaker (Ministro da Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Ministro da Aeronáutica). Nesta época, dois grupos de esquerda seqüestraram no Rio de Janeiro o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick com o intuito de resgatar determinados presos políticos. Sem ação repressiva e respondendo ao jogo de interesses, a junta militar consente o pedido de libertação dos presos políticos e consegue em troca a libertação do embaixador (SZTERLING, 1996).

Porém, no mesmo mês, o Estado autoritário decretou a Lei¹⁵ de Segurança Nacional, que consistia em uma forma autoritária do governo em proteger o Estado contra pessoas subversivas, como os revolucionários e manifestantes. Caso atuassem contra o Estado, estas pessoas seriam exiladas e sofreriam até mesmo penas de morte.

Desta forma, é possível analisar que esta lei autoritária influenciou o processo da censura jornalística no Brasil e atingiu diretamente a liberdade de imprensa. Marconi (1980, p.67) fornece um exemplo que demonstra a relação entre a censura e a imprensa.

Em caso de propaganda subversiva, se o responsável fosse diretor de periódico, além das penalidades sobre o autor, o juiz poderia suspender a circulação por 30 dias e o ministro da Justiça, igualmente, decretar a suspensão e o cancelamento do registro (MARCONI, 1980, p.67).

Para fomentar a situação social brasileira, em 1969 há mais uma eleição indireta, e assim, o terceiro militar a assumir a presidência do Brasil é escolhido, o general Emílio Garrastazu Médici. Governando no período de 1969 a 1974, Médici, em seu mandato presidencial, ficou conhecido pelo alto poder de repressão policial-militar e obscuridade com inúmeras leis de exceção, exílios, prisões, torturas, desaparecimentos de cidadãos e censura a base de atentados a bomba, apreensão de publicações antes de serem distribuídas e prisões de jornalistas.

Em 1970 a ditadura ganhava mais uma norma a seu favor: a lei que decretava e estabelecia a censura prévia¹⁶ no Brasil. Apesar de já ser executada caso algum

¹⁵ A íntegra desta Lei está disponível no final desta pesquisa.

¹⁶ A íntegra desta Lei está disponível no final desta pesquisa.

meio não consentisse com a autocensura, a censura prévia teve seu período decretado após esta lei entrar em vigor (SOARES, 1989).

A censura prévia determinava que tudo que fosse produzido por um meio de comunicação deveria ser analisado antecipadamente à divulgação. Este trabalho era feito por um censor ou pela própria polícia, a fim de impedir a divulgação de notícias subversivas à sociedade.

Conduzida pela Polícia Federal em Brasília, a censura prévia era comandada por militares que, por sua vez, recebiam ordens do Ministério da Justiça. Apesar da execução da censura ser feita completamente pela Polícia Federal e seus censores, existia uma grande união entre os militares, as Forças Armadas e os órgãos de segurança, o que facilitava e enriquecia as formas de repressão da censura prévia (SMITH, 2000).

No início, o cumprimento da censura prévia era feito por um “assessor especial” indicado para contribuir diretamente nesta tarefa. Por um grande período, quem se estabilizou neste cargo – primeiramente em Brasília, com a ajuda de assistentes e funcionários espalhados por São Paulo e Rio de Janeiro - foi um antigo oficial da polícia, Hélio Romão (SMITH, 2000).

Outra forma de censura prévia era o uso de “bilhetinhos”, que consistia em uma série de ordens militares feitas em pequenos lembretes e entregues nas redações dos jornais, a fim de censurar o conteúdo jornalístico de forma secreta e direta, ocultando todas as ações autoritárias do regime.

Segundo Smith (2000) os bilhetinhos podiam ser muito específicos, como também muito gerais. Mas, todos eram explícitos.

Um exemplo de “bilhetinho” específico pode ser analisado através de um lembrete mandado por militares para a grande imprensa. Neste lembrete, em 1971, os militares “aconselhavam” a imprensa a não divulgar nenhuma informação sobre o general Albuquerque Lima, que era conhecido por suas posições nacionalistas e populistas que infringiam a disciplina e a ideologia militar. Smith (2000, p.156) transcreve na íntegra este bilhetinho:

URGENTÍSSIMO. Por ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação por qualquer meio de comunicação, imprensa, rádio e televisão, de entrevistas, petições, cartas ou quaisquer outros meios de declaração do general Albuquerque Lima ou a ele referentes.

Deste modo, é extremamente visível o modo autoritário e repressivo em que os militares agiam até mesmo em ações confidenciais. No caso da censura através de “bilhetinhos”, o senso de responsabilidade de editores chefes das redações deveria ser ainda maior do que no caso da censura prévia, pois as repreensões escritas vinham de forma massiva e interpessoal. Ou seja, o censor não estaria ali presente, desta forma, a atenção deveria ser redobrada.

Para não haver possíveis interpretações erradas ao ler um bilhetinho, jornalistas também recebiam ligações telefônicas de militares, que enfatizavam as proibições de forma meticulosa (SMITH, 2000). Outra forma de censura também utilizada através do meio telefônico foi a escuta telefônica.

Diferente da censura aos meios de comunicação, a censura telefônica não possuía o objetivo de omitir ou distorcer informações, servia como um instrumento de investigação e conhecimento do Estado.

Desta forma, Soares (1989, s/p) afirma que a prática “não se tratava de impedir que certas informações chegassem aos brasileiros, mas de obter dos brasileiros informações que eles não queriam dar”, desvendando informações secretas para que o Estado e os militares estivessem a par de todas as possíveis ações, manifestações e conspirações contra o regime.

Em Brasília, o sistema de escuta telefônica era assegurado por agentes do alto nível da Segurança Nacional, que grampeavam por precaução – e desconfiança - até mesmo telefones de autoridades civis e militares. Soares (1989, s/p) explica esta relação de desconfiança e espionagem.

Havia um número grande de telefones grampeados e gravados, de pessoas e instituições de menor importância. O seu número elevado impedia que elas fossem ouvidas em detalhe por pessoal qualificado. Eram, portanto, ouvidas por pessoal pouco qualificado e de pouco discernimento, treinados para marcar as gravações que contivessem determinados nomes de pessoas-chave, ou temas-chave.

No caso, as pessoas-chaves eram políticos influentes, jornalistas, líderes de oposição e guerrilheiros. Os temas-chave, no entanto, tinham como principais as conversas sobre o comunismo, as conversas que expressavam possível formação de guerrilhas e as que debatiam sobre a eleição presidencial.

Após este trabalho de escuta, as principais informações sonoras eram passadas aos militares, capitães e majores, que ouviam tudo novamente fazendo

uma nova seleção. Em seguida, os casos suspeitos eram mandados ao militar que estava sob o poder do regime (SOARES, 1989).

Conforme o tempo foi passando, mais censores eram treinados para praticar a censura prévia como forma de honrar a “moral e bons costumes” da nação. No entanto, pode-se observar que seu objetivo era ocultar, ou até mesmo distorcer todas as informações que denunciariam ou criticariam as ações do governo militar.

No início da manhã lá estavam eles, prontos para adentrarem as redações com suas listas de ordens comandadas pela Polícia Federal. Rígidos e sistemáticos, os censores analisavam todo conteúdo dos jornais impressos da época. Manchetes, imagens, legendas, entrevistas, reportagens, charges, anúncios, editorial, artigos, obituários, publicidade, editorias de Economia, Política, Cultura, Esporte, Internacional e principalmente notícias nacionais eram analisadas milimetricamente pelos censores e, caso algum trecho fosse considerado inaceitável, era riscado imediatamente com caneta vermelha – tendo possibilidade de receber anotações ou até mesmo frases reformuladas entre colchetes -, marcadores de tinta preta e caso fossem carimbados, os textos recebiam carimbos com os dizeres: “vetado”, “com cortes”, ou, “liberado” (SMITH, 2000).

Analisando este trabalho intenso dos censores, Smith (2000, p.100) afirma que: “A minúcia de algumas das proibições leva a crer que os censores por vezes estavam peneirando o texto com cuidado à procura de certos nomes ou somas”, ou seja, a seleção do que seria ou não censurado era trabalhosa e resultava em uma enorme quantidade de materiais cortados ou proibidos. Esta seleção possuía enfoque em nomes ligados diretamente e indiretamente ao governo e ações contrárias ao Estado e seu regime, como veremos a seguir.

QUADRO 2 TEMAS CENSURADOS

1. Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões;
2. Campanha pela revogação dos Atos Institucionais, nomeadamente do AI-5;
3. Contestação ao regime vigente – difere da oposição, que é legal;
4. Notícias sensacionalistas que prejudicam a imagem do Brasil e as tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo país;
5. Campanha de descrédito da política habitacional, do mercado de capitais e de outros assuntos de vital importância para o governo;
6. Notícia de assaltos a estabelecimentos de crédito comerciais, acompanhadas de relato detalhado e instrutivo;
7. Referências à tensão entre a Igreja católica e o Estado e à agitação nos meios sindicais e estudantis;
8. Publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista;
9. Críticas contundentes aos governadores estaduais, procurando demonstrar o desacerto da escolha pelo governo federal;
10. Exaltação da imoralidade, com notícias sobre homossexuais, prostituição e tóxicos.

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Chinem (1995, p.14).

Desta forma, é possível perceber que os assuntos que não podiam ser abordados pela imprensa tinham como conteúdo temas que corrompiam os ideais, as regras morais e éticas do regime militar. Era proibido expressar qualquer tipo de insatisfação, assim como críticas e denúncias eram inaceitáveis. Assim sendo, o poder e direito do jornalismo em informar foi retirado pela censura e, em seu lugar, veio o dever de omitir.

Este dever em omitir era interminável, como se pode analisar através do ciclo de produção: após terem passado pelos censores, as publicações retornavam aos jornalistas, que agiam de diferentes formas para reestruturar os textos com cortes ou

proibidos. Alguns jornalistas faziam o uso de textos que não foram vetados. Outros usavam textos parcialmente vetados com lacunas entre cada conteúdo - demonstrando que ali algo havia sido censurado - resultando em inúmeras informações essenciais perdidas.

É importante lembrar que, após ser reestruturado, o texto passaria novamente pelos censores, formando um ciclo vicioso da censura, onde a liberdade de imprensa era constantemente silenciada.

Deste modo, alguns textos não aparentavam que teriam sofrido algum tipo de censura, mas existiam jornalistas que tentavam demonstrar ao público; a censura era também imposta através de estratégias à base de textos atípicos e metáforas.

Um exemplo de uma estratégia à base de textos atípicos foi o uso de poesias brasileiras – obras de Machado de Assis, Manuel Bandeira e Gonçalves Dias – nos lugares das matérias censuradas, no jornal O Estado de São Paulo.

Porém, a reação do público não foi satisfatória, demonstrando que esta estratégia com o uso de poesias não seria certa para o público entender que naquele local alguma matéria havia sido vetada. Empenhados em desvendar a realidade para a população, tentaram outros subterfúgios como a publicação de receitas gastronômicas ineficazes, mas que novamente não obtiveram efeito.

Todavia, em sua última estratégia o jornal O Estado de São Paulo conseguiu surtir efeito crítico à população através da sistematizada publicação do poema clássico “Os Lusíadas”, de Luiz Vaz de Camões. Toda vez que alguma matéria - ou até mesmo manchete - era censurada, os jornalistas as substituíam por trechos deste poema, criando finalmente, a percepção de “algo estar errado” aos seus leitores.

No entanto, Smith (2000, p.118) ressalta que “o Estado de São Paulo podia usar os versos de Camões dessa maneira não apenas por causa da própria engenhosidade e empenho, mas porque não lhe trazia conseqüências”, ou seja, o jornal agiu de maneira persistente e com certa audácia. Por outro lado, os censores vencidos pelo cansaço ou por algum acordo secreto entre eles próprios e os jornalistas, facilitaram a divulgação.

O mesmo autor afirma que esta facilidade não foi dada igualmente a outros jornais, como o jornal da igreja católica O São Paulo, que foi vetado de publicar a oração Pai Nosso, e o jornal Opinião, com o texto da Declaração Universal dos

Direitos do Homem. Chinem (1995, p 32) explica o que aconteceu com o jornal religioso *São Paulo* que sofreu com a censura prévia.

Quando uma orientação do bispo aos seus fiéis é censurada por uma autoridade exterior à Igreja, trata-se de um atentado ao exercício de uma atividade religiosa. A Constituição garantia a todos direito à liberdade de culto, de expressão, de reunião e de manifestação. Mas era só no papel.

Desta forma, a censura repreendia todos os meios expressivos e comunicacionais, independentemente se eram comerciais, religiosos ou ideológicos.

Ainda sem a mesma facilidade, jornais como “O Pasquim” criado em 1969, “Opinião” criado em 1972, e “Movimento”, criado em 1975, revolucionaram a batalha entre o meio impresso e a censura. Chamados de imprensa alternativa- nica, independente, de leitor, *underground*- estes jornais se opunham contra o regime militar e suas restrições.

Com caráter irreverente e tomado pela coragem, a imprensa alternativa colocava em discussão decisões dos ditadores, assim como questionava, denunciava e satirizava cada instante repressivo do governo militar.

Em contrapartida, o regime respondia a contradição da imprensa alternativa com explosões à bombas em bancas de jornais que vendiam as publicações proibidas.

Muitos leitores de jornais da imprensa alternativa tentavam se conservar no anonimato, pois muitas vezes a polícia buscava listas de assinantes de jornais considerados subversivos e, caso algum leitor fosse à banca em busca de algum destes jornais, a possibilidade de sofrer agressões e interrogatórios seria imensa, diante do fato de sempre existir “olheiros” do regime.

Contudo, há pesquisadores que afirmam que a imprensa alternativa não era uma imprensa de massa, mas sim, uma imprensa elitizada que tinha suas publicações favoráveis a um público mais intelectual, que pudesse interpretar seus textos e charges com maior facilidade, conhecimento e senso crítico (SMITH, 2000).

Nesta mesma linha de pensamento, Smith (2000, p.60) afirma que: “enquanto a grande imprensa alcançava a elite conservadora, a imprensa alternativa alcançava a elite opositora”. Ou seja, a imprensa alternativa foi de grande importância e expressividade na época ditatorial, porém, a massa continuava alienada a todos os assuntos, sem ter direito a consumir o mínimo de informação pública.

Em contra partida a este ponto de vista, e com base em seus estudos feitos sobre a imprensa alternativa e seu jornalismo de “oposição e inovação”, o autor Chinem (1995) afirma que a partir de um período do uso de metáforas nas publicações jornalísticas, a imprensa alternativa se destacou, pois nenhum outro meio disponibilizava “a crítica e a informação independentes”.

Sendo assim, a eficácia cultural através das críticas, da criatividade e do engajamento político contestador feito pela imprensa alternativa, é de grande importância para a história do jornalismo contra a censura ditatorial.

Smith (2000, p. 97) destaca os sete principais jornais que tiveram a maior parte de suas publicações censuradas, como podemos ver assim.

QUADRO 3

PERÍODO EM QUE JORNAIS TIVERAM A MAIOR PARTE DE SUAS PUBLICAÇÕES SUJEITAS À CENSURA PRÉVIA

<i>Pasquim</i> : novembro de 1970 a 1975
<i>O Estado de S. Paulo</i> : setembro de 1972 a janeiro de 1975
<i>O São Paulo</i> : junho de 1973 a junho de 1978
<i>Opinião</i> : janeiro de 1973 a abril de 1977
<i>Veja</i> : 1974 a junho de 1976
<i>Movimento</i> : abril de 1975 a junho de 1978
<i>Tribuna da imprensa</i> : vez por outra entre 1968 e 1978

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Smith (2000, p.97).

Desta forma, pode-se analisar que os censores não possuíam total enfoque nos jornais de massa, intercalando sua censura entre jornais da imprensa alternativa, um jornal religioso e uma revista semanal.

Assim, conclui-se que tanto os meios de massa como os alternativos, ambos com suas próprias formas de expressão, contribuíram com o profundo conteúdo do registro histórico brasileiro. Nesta pesquisa, destacaremos a atuação do jornal “O

Pasquim” e analisaremos o conteúdo de três matérias veiculadas no período de 1969 a 1971, como abordaremos no próximo capítulo.

6 O PASQUIM

Como vimos anteriormente, a imprensa alternativa teve grande influência e poder na época da ditadura militar brasileira. Com uma combinação de senso crítico, humor, cultura, sarcasmo, entretenimento e ironia, nasceu o jornal *O Pasquim*, objeto de estudo desta pesquisa.

O Pasquim deu seus primeiros passos em setembro de 1968, no dia em que seu grande ídolo, o cronista Sérgio Porto, faleceu. A devoção do *Pasquim* para com o sarcasmo crítico e irônico pode ser caracterizada através da devoção de seus escritores para com o trabalho do cronista Sérgio Porto, que era responsável pelo tablóide semanal de humor conhecido como *Carapuça*, onde escrevia e assinava seus textos criticamente ácidos com o pseudônimo “Stanislaw Ponte Preta”.

Inconformado com a morte do cronista e com o fim do semanário “*Carapuça*”, o jornalista Tarso de Castro se uniu ao cartunista Sérgio Gomes Jaguaribe – conhecido nacionalmente como Jaguar – ao jornalista Sérgio Cabral, ao cartunista Claudius Ceccon e ao artista gráfico Carlos Prospéri e, juntos, formaram um novo semanário de humor e da oposição, *O Pasquim*.

O semanário também foi produzido por diversos jornalistas como Paulo Francis e Ivan Lessa¹⁷, cartunistas como Henfil e Zivaldo, desenhistas como Millôr Fernandes (que mais tarde foi o diretor do jornal), cantores como Chico Buarque de Hollanda (exilado em Roma) e diversos intelectuais da época.

A escolha do nome do semanário foi complexa, segundo Jaguar (2006) durante longas semanas os responsáveis se reuniram na casa do publicitário Carlos Magaldi, na presença do artista gráfico Carlos Prospéri, com a finalidade de inventar um nome que fosse chamativo e que seguisse a linha satírica dos nomes dos jornais da imprensa alternativa.

Após muitas listas de nomes descartados, Jaguar lembrou-se do jornal *Tribuna da Imprensa*, que era chamado de “lanterninha da imprensa” por ter um número menor de tiragens do que os grandes jornais e que após ter conhecimento sobre o nome que estavam chamando o jornal, adotaram a lanterna como símbolo, crescendo em cima do julgamento e emudecendo a crítica desdenhosa (PASQUIM, 2006).

¹⁷ Que escrevia também com o pseudônimo de Edélio Tavares.

Desta forma, Jaguar (2006, p.7) pensou em um nome que tivesse semelhança com a situação vivida pela Tribuna da Imprensa “Vão nos chamar de pasquim (jornal difamador, folheto injurioso), terão de inventar outros nomes para nos xingar” de fato, não era pessimismo pensar que iriam ser chamados desta forma, afinal, eram parte da oposição escancarada.

Assim, após supor esta alternativa, todos os companheiros resolveram aceitar o nome *O Pasquim*, já que estavam cansados de pensar em diversos nomes em diversas reuniões (JAGUAR, 2006).

Realmente, se procurada no dicionário a palavra Pasquim terá como significado todas as definições que Jaguar citou, no entanto também terá a definição que talvez mais caiba ao *O Pasquim*, sátira.

A sátira estava presente na personalidade de todos os responsáveis e colaboradores do *Pasquim*¹⁸, como também nas entrelinhas – ou escancaradamente- de todos os textos publicados.

Criativo, libertino e contestador o jornal *Pasquim* revolucionou a forma de demonstrar indignação política para com o regime militar. Diferentemente do que se é pensado, o *Pasquim* não foi um jornal político, porém, através de diversas charges, crônicas, entrevistas, matérias sobre futebol, teatro, cinema, arte, música e cultura, a equipe do jornal mantinha em todas as publicações o senso crítico e a coragem de contestar por sátiras, metáforas e ironias o contexto repressivo e ditatorial que o Brasil vivia.

Desta forma, sem formalidade alguma e sem se prender à única finalidade de informar, o *Pasquim* adotou o jornalismo livre e independente.

Sem estarem sujeitos à manipulação e à prestação de serviço para com uma empresa comercial, os responsáveis e colaboradores seguiam a linha editorial da irreverência.

Neste jornal toda forma de expressão e reflexão era válida, até mesmo divagações confusas entravam na lista de publicações criativas que incentivavam a capacidade de interpretação dos leitores.

A linguagem do *Pasquim* era como seu caráter, livre. Desta maneira, os textos eram escritos coloquialmente e repletos de gírias e expressões criadas pelos

¹⁸ Depois de um tempo e sem explicações, o jornal extinguiu de seu nome original o artigo definido “O”, deixando somente *Pasquim* como seu nome.

escritores do jornal, principalmente pelo jornalista Luiz Carlos Maciel, um de seus fundadores.

Inovando, os escritores do *Pasquim* ficaram nacionalmente conhecidos pelo humor e criatividade das palavras criadas.

Confirmando esta inovação, Sérgio Augusto (2006, p.8) afirma que Luiz Carlos Maciel “inventou (ou pelo menos popularizou) expressões condenadas à imortalidade como *barato*, *curtir*, *sarro* que, ao lado de outras gírias - ressuscitadas (*balaco*, *balacobaco*), ou eufemísticas (*duca*, *paca*, *mifu*, *sifu*)”, trazendo ao jornal uma maior repercussão e uma maior legião de leitores e fãs.

Outros neologismos inventados pelo *Pasquim* que “caíram na boca do povo” foram os conhecidos “putsgrila” e “sacumé”, que respectivamente ainda são falados em situações de inconformismo e situações explicativas.

Além de serem irreverentes, os escritores, cartunistas, jornalistas e colaboradores do *Pasquim* também eram “do - contra”. Esse adjetivo pode ser explicado através da forma como os organizadores escolheram o formato do jornal (PASQUIM, 2006).

Desta forma, Jaguar (2006, p.8) explica como foi esta decisão “Fizemos uma pesquisa entre os colegas de jornal e a maioria opinou que o leitor brasileiro não gosta do formato. *Então vai ser tablóide*, decidimos”, ou seja, a irreverência dos escritores estava diretamente ligada ao anseio em ser diferente dos jornais impressos e seus leitores conservadores.

Com a decisão de ter seu formato estilo tablóide, os organizadores decidiram qual seria o símbolo do jornal. Criado por Jaguar e pelo jornalista Ivan Lessa, o símbolo foi aproveitado de uma criação de um personagem de uma história em quadrinhos, chamada *Chopnics*, que foi inventada por eles mesmos.

O personagem da história em quadrinhos e símbolo do *Pasquim* era um ratinho chamado Sig, que teve seu nome originado da analogia com o fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Esta analogia foi feita após Jaguar definir Sig como um ratinho neurótico, que se intrometia e comentava em tudo o que era publicado no jornal (COSTA, s/p).

A primeira edição do jornal *Pasquim* teve seu lançamento no dia 26 de junho de 1969, com tiragem de 10 mil exemplares e no auge do decreto AI-5 e da censura ditatorial.

Em poucos dias a primeira edição já estava esgotada em todas as bancas de jornal, demonstrando que o semanário estava apenas no começo de seu sucesso. Quatro meses depois do lançamento, o *Pasquim* comemorava a tiragem de 100 mil exemplares (CHINEM, 1995).

De acordo com o jornalista e um dos escritores do jornal, Sérgio Augusto (2006), cerca de 70% de leitores do *Pasquim* tinha entre 18 e 30 anos, fato que demonstrava o quanto a linguagem do jornal era livre e inovadora, atendendo a preferência dos estudantes, artistas, escritores e intelectuais da época.

Mesmo com uma censora dentro de sua redação- que depois foi substituída por censores – o jornal *Pasquim* driblou a censura diversas vezes através do humor – e até mesmo da lábria de seus organizadores -, contextualizado a cultura do País e criticando a política ditatorial de uma forma inigualável.

No entanto, o jornal sofreu dois atentados a bomba em 1970 e muitos de seus responsáveis e organizadores foram presos e até mesmo exilados por conta da censura e da repressão do regime militar.

A prisão dos redatores e organizadores do *Pasquim* foi marcante para o período ditatorial e para o jornalismo, Chinem (1995, p.48) afirma que “foi a primeira vez que toda uma redação de jornal foi presa em nosso país”, ou seja, os meios de comunicação de massa e até mesmo a imprensa alternativa nunca tinham passado por uma situação semelhante, contudo, a censura abafou a situação e a maioria da população não teve conhecimento sobre o caso.

Mesmo com a ausência de dois meses dos redatores e organizadores, o *Pasquim* continuou a ser publicado com a ajuda de Millôr, Henfil e da jornalista Martha Alencar, que produziam textos, desenhos, charges e críticas em nome dos colegas presos (CHINEM, 1995).

Com tantas formas de repressão, o semanário passou a intensificar suas publicações em oposição ao regime, desta forma Chinem (1995, p. 51) afirma que “a partir do número 300, nas bancas na semana de 29 de março a 4 de abril de 1975, o *Pasquim* passou a estampar a sua filosofia: Imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”, frase que foi vetada pela censura durante três anos mas sem explicações, foi finalmente permitida.

Ao longo dos anos o *Pasquim* teve o auge de seu sucesso com um grande número de vendas e de colaboradores, como também teve problemas financeiros e problemas pessoais entre seus responsáveis e organizadores.

Com sua redação totalmente reformulada e chefiada por Jaguar, *Pasquim*, o jornal “do- contra” que era contra a ditadura e principalmente contra o mau humor, teve sua última publicação no dia 11 de novembro de 1991, encerrando sua história na imprensa alternativa brasileira.

Apesar de algumas tentativas de ressurreição, o *Pasquim* consolidou sua história por vinte e dois anos, servindo como registro histórico da época do regime militar e sendo fonte de diversas pesquisas, artigos, publicações e documentário (*O Pasquim- A Subversão do Humor*, lançado em 2004).

O jornal *Pasquim* utilizou diferentes estratégias para fazer uma crítica inteligente ao militarismo e à ditadura. A pesquisa que segue busca demonstrar como essas estratégias eram utilizadas pelo veículo em questão.

7 CENSURANDO A CENSURA

Objeto de estudo

O objeto de estudo da presente pesquisa é semanário *O Pasquim*, que contabilizou 1072 edições ao decorrer de sua trajetória de vinte e dois anos.

Coleta de Dados

Para a análise prevista nesta pesquisa, selecionaram-se três matérias veiculadas no período de 1969 a 1971.

QUADRO 4
MATÉRIAS ESCOLHIDAS PARA ANÁLISE

Título	Ano	Número	Mês
Matéria 1: Independência ,é? Vocês me matam de rir	1969	Nº 1	Junho
Matéria 2: Aprenda a ler nas entrelinhas	1970	Nº 46	Maio
Matéria 3: Many Festo	1971	Nº 94	Abril

Fonte: elaborado pela autora

7.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ANÁLISE DAS MATÉRIAS

A seguir, apresenta-se uma análise das matérias selecionadas, tendo por parâmetro a definição de critérios de análise:

- 1) **Contexto:** a realidade social e política da época serão contextualizadas a fim de entender o contexto histórico que a matéria se encontrava.
- 2) **Tema:** será definido o assunto principal do texto.
- 3) **Gênero jornalístico:** será definido o estilo do conteúdo da matéria (ou seja, opinativo ou informativo).
- 4) **Crítica de fundo:** as matérias serão analisadas profundamente, ressaltando suas intenções e suas diversas interpretações.

Matéria 1: “Independência, é? Vocês me matam de rir”

Contextualização

Esta matéria foi publicada na primeira edição do semanário *O Pasquim*, em junho de 1969. Nesta época o Brasil era governado pelo general Arthur da Costa e Silva que enfrentava junto ao seu regime militar uma seqüência de manifestações opositoras, como a Passeata dos Cem Mil e as guerrilhas armadas.

No entanto, o que marcou este período ditatorial foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) - em 14 de dezembro de 1968 - que concedeu poderes absolutos ao general Costa e Silva, assim como decretou a proibição de manifestações populares de caráter político e impôs a censura prévia nos meios artísticos e nos meios de comunicação.

Durante o regime militar surgiram diversos jornais alternativos, ou seja, jornais que não pertenciam à grande mídia, mas sim à mídia alternativa e independente. Com ideologias opositoras e informações carregadas de senso crítico, os jornais alternativos sobreviviam através da coragem em enfrentar o regime militar e da lealdade de seu público alvo (estudantes, intelectuais e artistas). Exemplos de

jornais alternativos da época são: *Pif-Paf*, que teve quatro meses de vida, e foi dirigido por Millôr Fernandes; *Opinião*, que durou cinco anos e *Movimento*, que durou seis anos.

Com a censura instaurada, todos os meios artísticos e os meios de comunicação passavam pela revisão dos censores, que decidiam se todas as matérias produzidas poderiam ser divulgadas ou não (as matérias poderiam ser parcialmente cortadas ou simplesmente vetadas). Nesta época foi comum a prisão ou o exílio de jornalistas considerados pelo governo como subversivos, assim como a decadência de jornais que passaram por problemas financeiros relacionados à censura.

E foi neste contexto que *O Pasquim* teve sua origem, mantendo sua posição contrária ao regime militar no auge da censura e da repressão ditatorial, que extinguíam a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.

Tema

Liberdade de imprensa

Gênero jornalístico

Opinativo

Crítica de fundo

A partir do título desta matéria *“Independência, é? Vocês me matam de rir”*, verifica-se que o autor Millôr Fernandes tece uma pergunta seguida de um comentário sarcástico ao próprio jornal *Pasquim*, duvidando do poder de independência financeira do semanário e do poder em ter liberdade de imprensa - e de expressão- em um momento tomado pela censura ditatorial.

Logo em seguida, no subtítulo da matéria *“O Millôr acha que ele é o inventor da liberdade de imprensa (Cláudio Mello e Souza num momento de rara maledicência)”*, o autor cita um comentário feito pelo jornalista Cláudio Mello e Souza, que ironiza a capacidade de Millôr como jornalista contestador e subestima todas as publicações “revolucionárias” que foram contra a correnteza da censura ditatorial. Millôr descreve que esse comentário foi feito *“num momento de rara maledicência”*, ou seja, um comentário consideravelmente maldoso, feito com a pura

intenção de falar mal de Millôr. É importante ressaltar a forma como Millôr escreveu o subtítulo com uma linguagem coloquial, porém rebuscada, como se pode perceber no uso da palavra “num” e “maledicência”.

Já no início do corpo de texto Millôr escreve: “*Meu caro Jaguar, você me garante que O Pasquim vai ser independente. Tá bem, Jaguar. O Claudius, o Tarso, o Prospéri e o Sérgio Cabral também acreditam nisso? Tá bem, Claudius, Tarso, Prospéri e Sérgio. Podem começar a contagem regressiva*”. Neste trecho Millôr demonstra sua posição contrária para com a idéia de independência e liberdade do grupo responsável pelo Pasquim. No trecho “*Podem começar a contagem regressiva*”, Millôr se refere assumidamente pessimista ao tempo de vida do semanário que, em sua opinião, não irá resistir às dificuldades de manter um jornal de imprensa alternativa em pleno regime militar autoritário e repressivo.

Em seguida, Millôr escreve “Independente, com larga experiência no setor, falo de cadeia (perdão, cadeia)”. Neste trecho pode-se analisar o trocadilho proposital do autor, feito para traçar uma analogia com as prisões de jornalistas, desenhistas, cartunistas, artistas e pessoas que eram consideradas subversivas ao governo na época da ditadura brasileira (é importante ressaltar que o autor já havia sido perseguido e preso pela polícia militar, mais um motivo que enfatiza o trocadilho). Millôr afirma que tem larga experiência no setor independente, pois como ele mesmo exemplifica no decorrer do texto, que tentou e conseguiu publicar diversas matérias consideradas impróprias pela censura e, mais do que isso, Millôr assumiu a direção do jornal alternativo e opositor *Pif-Paf*, que teve pouco tempo de vida devido à forte repressão da censura com as matérias publicadas, agravando os problemas financeiros do jornal e resultando em seu fechamento.

É possível analisar que o autor do texto, Millôr Fernandes, utiliza diversos eufemismos, metáforas, ironias e sarcasmo para dar um toque satírico ao seu texto, ação que também é de grande eficácia para driblar a censura ditatorial.

Desta forma, podemos analisar o trecho que Millôr conta sua rápida experiência na revista Papagaio “Quando a revista já ia nascendo foi massacrado nas mãos dos parteiros de O Cruzeiro, a quem ela ameaçava com seu psitacismo”, neste trecho o autor utiliza o eufemismo “massacrada nas mãos dos parteiros” para explicar que a revista não foi lançada devido aos responsáveis pela revista concorrente, O Cruzeiro. De acordo com Millôr, a revista Papagaio ameaçava a revista O Cruzeiro com seu psitacismo, que segundo o dicionário Aurélio, significa

uma perturbação psíquica que consiste em repetir as palavras sem ter em mente as idéias por elas representadas, ou seja, o autor faz uma sátira à revista O Cruzeiro, insinuando que mesmo que a revista chamada Papagaio tenha as mesmas ações que a ave (repetindo as palavras) ela ameaçava a revista O Cruzeiro por ser uma concorrente.

Já em outro trecho, o autor utiliza a estratégia da metáfora ao falar do fim da revista Voga, que publicou cinco números antes de ter seu encerramento: “Morreu de tiro pelas costas, dados por dois ou três asseclas de Leão Godin de Oliveira, coronel do interior pernambucano, promovido por Chateaubriand a diretor dos Diários Associados”.

Esta parte “morreu de tiro pelas costas, dados por dois ou três asseclas” mostra a metáfora usada pelo autor, que pode ser explicada deste modo: quem morre de tiro pelas costas provavelmente morre inesperadamente, e o ato de matar com um tiro nas costas demonstra covardia. Então, a revista teve seu fim após dois ou três homens adeptos (asseclas) à posição do coronel Leão Godin de Oliveira fecharem sua redação.

Esta estratégia metafórica pode ser analisada através de outro trecho que fala sobre o fim de um jornal chamado Comício, em que o autor diz que o jornal morreu de “leucemia administrativa”, ou seja, o jornal teve seu fim após passar por uma rápida e evolutiva crise em seu gerenciamento.

É possível analisar que o autor Millôr Fernandes descrevia dramaticamente as diversas histórias de jornais e revistas que tiveram sua trajetória interrompida por problemas políticos ou financeiros, desta forma, é perceptível a vontade do autor em preparar os colegas do *Pasquim* para o pior, tendo o pessimismo como fiel escudeiro.

O tom dramático pode ser mais uma vez percebido no trecho “batemos um verdadeiro recorde: o jornal passou da glória à sepultura em apenas cinco dias” que conta a decadência da Nova Fase da Tribuna da Imprensa dirigida pelo jornalista Paulo Francis – que estava entre os responsáveis do *Pasquim* – e pelo poeta e crítico literário Mário Faustino. Neste trecho é compreensível a forma teatral que o autor descreve o fim do jornal, pois o jornal durou apenas cinco dias, fato que pode ser considerado de extremo azar, possibilitando ao leitor até um toque de humor com a teatralidade da situação incomum.

Em 1963, um ano antes do início da ditadura militar, ironicamente Millôr Fernandes foi expulso da revista O Cruzeiro, onde trabalhou por vinte e cinco anos. Nesta matéria Millôr conta que foi expulso por “motivos religiosos”. Porém, não especifica qual é este motivo religioso, o que possivelmente foi omitido e decidido pelo autor para não haver mais desavenças com Assis Chateaubriand. O “motivo religioso” foi a publicação de Millôr chamada de “A Verdadeira História do Paraíso”, que foi considerada como uma ofensa à igreja católica.

Se nesta época que ainda não era governada por um ditador a situação da liberdade de imprensa estava deste jeito, Millôr acreditou que após o País entrar no período ditatorial tudo seria ainda mais difícil, inclusive, a sobrevivência da imprensa alternativa.

Deste modo, podemos analisar o trecho que o autor explica como foi o fim da revista Pif-Paf, que não passou de oito edições devido à censura e crise financeira: *“A revista recebeu dois ou três anúncios, mas assim que saiu foi chamada às falas pelo banco – é claro que não esperavam aquelas fotomontagens do banqueiro, pressionada pelo Senhor Chefe de Polícia; é evidente que não gostavam daquelas fotomontagens do governador- e, por mim, fechada”*, desta forma, é possível perceber a ironia do autor no modo como ele trata o regime militar através de suas publicações contestadoras.

No texto Millôr chega a apostar com o cartunista Jaguar que o *Pasquim* “está cortejando o cano”, ou seja, ele utiliza deste excêntrico eufemismo para dizer que o jornal está provocando os militares que irão levá-los “em cana” (ou seja, prendê-los). Millôr ironiza e tece uma crítica rápida e direta à situação da censura desigual nos meios de comunicação e nos meios artísticos no trecho “eu te ofereço 50 casos de cerceamentos meus em teatro cinema, tevê e jornalismo para cada um caso só que tenha havido contra, por exemplo, O Globo”. O autor ironiza a situação favorável aos meios que eram protegidos pelas grandes empresas e pelos militares, como o jornal *O Globo*, que não sofria censura em suas publicações, e se sofria, era uma em 50 se comparado aos materiais artísticos e jornalísticos produzidos por Millôr.

Incansável, o autor faz novamente uma ironia ácida e pessimista para o pessoal do *Pasquim*, contando mais uma de suas histórias com a censura: *“Morou? Foi despejado? Então deixa eu esclarecer; este primeiro número tem um anúncio da Shell. Pois ainda há bem pouco tempo a revista Shell me pediu um artigo e não publicou porque escrevi a história de um elefante que brigava com um tigre. E olha*

que o elefante ganhava, pombas! Honra seja feita, não publicou mas pagou. Só a Shell dá ao seu escritor o máximo”.

Neste trecho é possível observar que o autor já estava preparando seus colegas do *Pasquim* para um possível despejo, pois já na primeira edição do jornal a empresa de energia Shell fazia anúncios, e como Millôr teve uma experiência repressiva com esta mesma empresa – em que a empresa não publicou seu artigo já que a história era demasiadamente sarcástica onde um elefante que brigava com um tigre (em analogia ao posto Tiger) – ele resolveu aconselhar os colegas que o semanário poderia chegar ao fim, mas que felizmente a anunciante arcaria com o custo da publicação vetada (ironizando o ato que a Shell praticou com ele mesmo).

Logo em seguida, o autor utiliza a expressão errata “mais melhor”, certamente para satirizar os colegas de trabalho e sua escolha de adotar no semanário a linguagem falada, independentemente se estiver incorreta.

Nos últimos parágrafos do texto o autor tece diversas críticas contra o regime militar vigente, como podemos observar através do trecho *“Fazendo o Pasquim vocês vão ter que enfrentar: a) O establishment em geral, que, nunca tendo olhado com bons olhos a nossa atividade, agora, positivamente, não vê nela a menor graça”*. Isto é, o autor se referia à elite social, econômica e política que constantemente exerce domínio na sociedade, considerando como subversivos todos os cidadãos que atentassem contra a moral e aos bons costumes.

Já em outro trecho, o autor tece uma crítica contra a publicidade brasileira, alegando que nela não existe nenhum patriotismo, mas sim uma internacionalidade desnecessária: *“As agências de publicidade que adoram o humor, desde que, naturalmente, ele seja estrangeiro, lá longe, feito pelo Mad publicado na Play-Boy ou filmado por Jacques Tati (“Que mordacidade!” “Que mendacidade!” “Que crítica social!” “Que sempiternos pífaros!”)”*.

É importante esclarecer que Mad é uma revista de humor norte-americana, que trazia sátiras da cultura popular americana, bem semelhante ao *Pasquim*. Já a Play-Boy (escrita corretamente como Playboy) é uma revista também norte-americana, porém, esta revista é de entretenimento erótico e é direcionada ao público masculino.

Quando o autor cita Jacques Tati e em seguida exclama *“Que mordacidade!” “Que mendacidade!” “Que crítica social!” “Que sempiternos pífaros!”*, ele está ironizando o trabalho do ator e diretor francês Jacques Tati e, ao mesmo tempo, está

criticando a postura de alguns críticos nacionais que transbordam elogios às produções do diretor. A explicação da ironia pode ser analisada através da própria crítica, pois possivelmente Millôr se irrita com a posição exagerada dos críticos brasileiros – que exaltam a cultura norte-americana para se auto-afirmarem clássicos e cultos -, e não propriamente com o Jacques Tati (a irritação para com o diretor só seria a consequência, enquanto a causa é a irritação com os críticos efusivos).

A exclamação “Que sempiternos pífaros!” é um enigma, pois esta expressão não existe e foi criada pelo próprio autor para este contexto. Sendo assim, é importante esclarecer que a palavra “sempiternos” é o plural de sempiterno e, segundo o dicionário Aurélio é um adjetivo que significa algo que não tem princípio e não há de ter fim, algo eterno, contínuo, antiqüíssimo. Já a palavra “pífaros” é o plural de pífaros, nome dado a uma flauta pequena, transversal e aguda, originária da Europa medieval e freqüentemente usada em bandas militares.

Assim, é possível refletir que esta exclamação feita por Millôr possui um grande nível de senso crítico e até mesmo de sarcasmo, pois o autor pode ter usado a palavra “sempiternos” para chamar os críticos nacionais de antiquados ou até mesmo afirmar que esta euforia pela cultura norte-americana será eterna. Já a palavra “pífaros” pode ter sido utilizada pelo autor para metaforizar a sensação de ouvir a euforia dos críticos como um som agudo, que provoca uma sensação possivelmente dolorosa ao ser ouvido (metaforizando seu mal estar em ouvir as exclamações desnecessárias dos críticos nacionais apaixonados pela cultura norte-americana).

O autor continua tecendo crítica no trecho “c) A Igreja, que depois de uma guinada de 360 graus, é extremamente liberal em tudo que seja dito por ela mesma”, que pode ser entendido inicialmente como uma crítica pessoal a Igreja Católica, que já contestou no passado uma publicação do autor, afirmando que Millôr teria tentado contra os valores e a moral da religião. É importante ressaltar que a Igreja Católica era a favor do conservadorismo e aliada ao regime militar, sendo assim, temia pela desordem social da população.

Contudo, havia um grupo eclesialístico de esquerda dentro da Igreja católica que era favorável à oposição, apoiando as manifestações sociais e políticas. Deste modo, podemos observar a desconfiança do autor para com a Igreja, insinuando que suas posições liberais só são vistas em seus sermões.

Finalizando sua lista que enumera o que o semanário *Pasquim* enfrentará ao longo de sua vida produtiva, o autor tece uma crítica (mascarada de conselho) no trecho “d) A Família, as Classes Sociais, As Pessoas de Importância, Os Quadrados, Os TFM, Os Avant-Chatos que se fantasiavam de Avant-Garde, etcetera.”

Esta crítica pode ser explicada pela intenção do autor em citar (e inventar) denominações para os militares do regime ditatorial. É possível observar que nesta última enumeração o autor tece uma mistura de crítica, ironia e sarcasmo, pois quando ele cita “A Família”, ironiza a imagem que o governo insiste em passar para a população, de uma organização que preza pela moral e pelos bons costumes, ou seja, uma “Família” conservadora.

Já ao citar “as Classes Sociais” o autor novamente ironiza a situação da realidade social brasileira da época, em que as classes sociais se resumiam à classe alta (elite) e à classe média alta – que também era considerada opulenta – ou seja, as classes dos militares. Da mesma forma, o autor cita “As Pessoas de Importância” que na época, eram as pessoas da elite e os militares.

Já ao citar “Os Quadrados” o autor satiriza os militares utilizando esta expressão que era uma gíria da época, que significava que a pessoa era extremamente conservadora e tradicional, careta.

Millôr também cita “Os TFM” que significa treinamento físico militar, ou seja, mais uma vez ele estava utilizando de uma estratégia para ser associada aos militares do regime militar.

Ainda na última enumeração, analisando o último trecho “Os Avant-Chatos que se fantasiavam de Avant-Garde, etcetera” podemos observar que o autor faz uma ironia – e sátira - seguida de um trocadilho, pois “Os Avant-Chatos” tem semelhança com a palavra “avantajados”, desta forma, o autor novamente estava se referindo com ironia aos militares, como também pode ser analisada como um trocadilho com a palavra “Avant-Garde” que segundo o dicionário Aurélio, significa “militar elemento que precede uma força terrestre ou naval para garantir-lhe segurança”, ou seja, o autor se refere aos militares como “chatos” que se idealizam de vanguardas, poderosos e imprescindíveis à segurança nacional.

Finalizando seu texto, Millôr tece mais uma reflexão pessimista aos integrantes do *Pasquim* que tentam ir contra a corrente que reprime a liberdade de imprensa “Não estou desanimando vocês não, mas uma coisa eu digo: se esta revista for mesmo independente não dura três meses”. Podemos analisar esta frase

como um ditame pessimista e que não se tornou realidade, pois o *Pasquim* “durou” vinte e dois anos.

Contudo, logo em seguida o autor afirma: “Se durar três meses não é independente. Longa vida a esta revista!”, ou seja, o autor conclui que se o semanário passar do tempo previsto por ele mesmo, não será um semanário independente, pois estará com algum tipo de apoio, financeiro, de alguma entidade ou até mesmo em consenso com alguns censores. Desta forma, é possível observar através do trecho “Longa vida a esta revista!” que o autor é a favor desta última suposição, desejando que a revista tivesse um longo período de vida, para visivelmente, o autor poder aproveitar deste meio para se opor ao regime militar.

Millôr arremata sua matéria com um post-scriptum de extrema relevância: “Não se esqueça daquilo que eu te disse: nós, os humoristas, temos bastante importância para ser presos e nenhuma para ser soltos”.

Ou seja, o autor esclarece aos colegas de trabalho e até mesmo para o próprio leitor que os humoristas são alvos concretos do regime militar, da repressão, da censura e das perseguições e prisões ditatoriais, devido ao conteúdo de suas publicações (consideradas subversivas e certamente dotadas de um alto nível de senso crítico que influencia o posicionamento contrário ao regime). E logicamente, o autor afirma que os humoristas não têm nenhuma seriedade e relevância para serem soltos, pois uma vez soltos, irão novamente lutar a favor da liberdade de imprensa e principalmente pela liberdade de expressão.

Matéria 2: “Aprenda a ler nas entrelinhas”**Contextualização**

Esta matéria foi publicada na edição número 46 do semanário *O Pasquim*, em maio de 1970.

Nesta época o regime militar era governado pela Junta Militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Ministro do Exército), Augusto Rademaker (Ministro da Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Ministro da Aeronáutica) que substituíram provisoriamente o militar Costa e Silva.

O País passava por um momento de transição, em que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa passaram a ficar mais utópicas após o decreto da Lei de Segurança Nacional, que consistia em uma forma autoritária do governo em proteger o Estado contra pessoas subversivas, como os revolucionários e manifestantes. Caso atuassem contra o Estado, estas pessoas seriam exiladas e sofreriam até mesmo penas de morte.

Nesta matéria o autor Ziraldo tece uma crítica satírica e crítica para a situação em que se encontravam os leitores brasileiros, a cegueira interpretativa formada sob a censura e a repressão do regime militar.

Desta forma, a contextualização social e política de cada quadro de matérias – que na verdade são conteúdos satíricos, mas serão chamados de matérias- serão descritas separadamente no tópico Crítica de fundo, a fim de disponibilizar um melhor entendimento do contexto único de cada quadro.

Tema

Interpretando as entrelinhas

Gênero jornalístico

Opinativo/ Entretenimento

Crítica de fundo

No início desta matéria já é perceptível o intuito do autor em ensinar seus leitores a “ler” os sentidos implícitos de um texto. As chamadas entrelinhas podem ser visivelmente lidas nos textos desta matéria, no entanto o autor faz um jogo de percepção com o leitor.

Em algumas matérias as entrelinhas estão no meio do corpo de texto, já em outras estão no início, sendo possível observar em todas as situações uma diferença de tamanho entre as frases, fato que proporciona ao leitor uma leitura imediata (já que é normal o leitor ler as frases em destaque ao fixar os olhos no texto) e após observar as entrelinhas, ler o texto novamente, chegando à conclusão que se lida juntamente ao texto, as entrelinhas darão outro sentido ao texto.

É importante destacar que o autor Ziraldo deixa uma dúvida aos leitores ao indagar neste trecho “Só que fica no ar uma dúvida: não haverá entrelinhas nestas entrelinhas?” se haveria outras deduções e interpretações não explícitas.

Ao longo das seguintes análises será demonstrado como mesmo havendo a existência das “entrelinhas” no texto, há metáforas, sátiras, ironias e senso crítico implícitos à matéria.

No primeiro quadro é possível analisar o texto no primeiro olhar como um texto satírico, que diz *“Zagalo está de caso com Paulo César”*. Ao ler este texto o leitor pode interpretar que o ex-jogador e técnico da seleção brasileira na época, Zagallo – escrito corretamente desta forma – estava tendo alguma relação amorosa com o jogador Paulo César – escrito corretamente desta forma.

No entanto, caso o leitor ler a frase inteira juntamente com a entrelinha em tamanho menor *“Zagalo está de caso pensado: só acredita na seleção com Paulo Cesar”*, e se tiver conhecimento do contexto atual do futebol brasileiro, entenderia que esta frase pode ser uma brincadeira com a situação que ocorreu na copa do mundo de 1970, quando Zagalo tentou insistentemente encaixar nos titulares o jogador Paulo César, que na época era reserva do time da seleção brasileira.

No segundo quadro é possível analisar o texto no primeiro olhar como um texto satírico, que diz *“Inacreditável! Flávio Cavalcanti pensa!”*. Ao ler este texto, o leitor pode perceber que a frase zomba do jornalista e apresentador de televisão Flávio Cavalcanti, ao formar uma frase que soa como uma novidade o fato desta pessoa pensar.

Já no segundo olhar, o texto com as entrelinhas se transforma em *“Inacreditável! Esteja certo de que Flávio Cavalcanti é muito mais inteligente do que você pensa”*, desta forma, pode-se analisar que o texto mudou totalmente seu caráter, saindo de uma sátira para um texto crítico e possivelmente enigmático para quem não estiver a par do contexto da frase.

Deste modo, a dúvida indagada por Ziraldo no começo da matéria pode ser respondida mais uma vez através deste segundo texto, pois mesmo nas entrelinhas explícitas, há novas entrelinhas implícitas.

No caso, as entrelinhas explícitas e contextualizadas mostram que os leitores devem estar cientes da inteligência do jornalista Flávio Cavalcanti e, mais do que isso, acreditarem que ele é mais inteligente do que se imagina.

As entrelinhas implícitas e contextualizadas mostram que o jornal *Pasquim* se surpreendeu com a inteligência e com a posição do apresentador Flávio Cavalcanti, que tinha um programa televisivo na TV Tupi chamado Programa Flávio Cavalcanti que foi censurado pela ditadura militar após o apresentador proteger a atriz Leila Diniz – que tinha concedido uma entrevista ao *Pasquim* – contra a repressão do governo.

No terceiro quadro é possível analisar no primeiro olhar a frase *“Somos contra o governo”* que explicitamente mostra a posição do jornal *Pasquim* para com o regime militar vigente nesta época.

Porém, ao ler a frase juntamente com as entrelinhas ela se transforma em *“Somos contra todos aqueles que dizem que somos contra o governo”*, desta forma a frase muda sua construção, demonstrando que o *Pasquim* é contra as pessoas que os consideram opositores, ou seja, contra os próprios governantes e as pessoas que aceitam os ideais da ditadura, pois são eles que classificam o jornal como subversivo.

No quarto quadro podemos observar primeiramente a frase em negrito *“Amaral Netto é patriota”*. Nesta frase podemos analisar que o autor do texto se referia ao político e jornalista Amaral Netto – escrito corretamente desta forma- que na década de 70 tinha um programa televisivo chamado *“Amaral Netto, o Repórter”*, onde fazia diversas reportagens que exploravam os costumes, as culturas e as paisagens de todo território brasileiro.

Porém, Amaral Netto fez grandes reportagens que destacavam as obras feitas no regime militar demonstrando seu favoritismo ao regime militar, desta forma,

o autor da frase – Ziraldo- construiu a frase com ironia, pois ser patriota é sentir amor e devoção ao seu país e seus símbolos, e a seu ver, o regime militar não honrava a nação, mas sim desorganizava e repreendia, desta forma, quem o apoiava também estava sendo repressivo.

A frase lida juntamente à entrelinha inicial se transforma em “*Quem não vê os programas de Amaral Neto é patriota*”. Deste modo, a frase pode ser analisada como uma frase crítica, que demonstra como o autor e possivelmente todos os integrantes do *Pasquim* não eram favoráveis a qualquer ação que glorifique o regime militar. Além disso, podemos analisar que esta versão possui um grande valor de persuasão, pois o autor demonstra aos leitores que ser patriota é ter atitudes contrárias ao regime militar, como não assistir ao programa televisivo de Amaral Netto que transmite posições favoráveis à ditadura, desta forma, o leitor que refletir sobre esta frase terá uma posição crítica contra a linha editorial do programa e seu apresentador.

No quinto quadro é possível observar a frase em negrito “Topo Gigio é Gilete”. Nesta frase podemos considerar seu conteúdo como humorístico (e mal-intencionado) e satírico.

O Topo Gigio era um personagem de um programa infantil criado na Itália em 1958, que teve seu reconhecimento e sucesso no Brasil em 1969, no programa “Mister Show”, comandando pelo humorista brasileiro Agildo Ribeiro.

Na época, Agildo Ribeiro interagiu com o personagem Topo Gigio, um ratinho falante que dava orientações educacionais às crianças, e que se demonstrava muito carinhoso ao pedir um “beijinho de boa-noite” do apresentador. Com o intuito de satirizar esta relação entre o apresentador Agildo Ribeiro e o ratinho Topo Gigio, os integrantes do *Pasquim* passaram a publicar em seu jornal, charges e textos que afirmavam que o ratinho era “bicha” (nesta época o *Pasquim* popularizou esta palavra pejorativa, que significa homossexual masculino) gerando uma grande repercussão nacional.

A fim de terminar com a brincadeira de “mau gosto” do *Pasquim* a TV Globo, emissora responsável pelo programa em que Agildo Ribeiro e o personagem Topo Gigio se apresentavam, decidiu integrar ao grupo de apresentadores a atriz Regina Duarte.

Porém, como é possível ser observado nesta frase, o *Pasquim* não sossegou seu humor ácido e impertinente, satirizando mais uma vez a situação, afirmando que

o personagem Topo Gigio agora era gilete, ou seja, “cortava para os dois lados” (a palavra gilete era usada para referir a pessoas bissexuais).

É importante ressaltar que no contexto da frase lida sem as entrelinhas, a palavra gilete tem seu significado original, ou seja, aparelho de barbear.

Diferentemente, no contexto da frase lida com as entrelinhas “Topo Gigio é patrocinado pela Gilete” a palavra gilete surge como significado da marca comercial de aparelhos barbeadores, a Gillette (escrita corretamente desta forma). Nesta frase podemos ver a mesma estratégia humorística e satírica usada pelo autor anteriormente – sem as entrelinhas- pois, nesta frase o autor escreve que o personagem Topo Gigio é patrocinado pela marca Gillette, ou seja, recebe apoio financeiro da marca, desta forma o humor mais uma vez está subentendido por trás da frase explícita.

No sexto quadro podemos ler a frase em negrito “Yustrich é um louco”, que pode ser explicada através da personalidade do jogador de futebol brasileiro, Dorival Knipel, mais conhecido como Yustrich.

Yustrich jogou como goleiro em diversos times nacionais e depois se tornou técnico – por uma única partida- da seleção brasileira e de outros times brasileiros. Conhecido nacionalmente por sua personalidade geniosa, Yustrich era extremamente explosivo, disciplinador e dono de diversas discussões, encrencas e brigas formadas em estádios e nas concentrações dos times.

Desta forma, o autor do texto se atreve a dizer que o jogador e técnico é louco, por todas as histórias que o envolvem e pela sua personalidade agressiva.

Contudo, ao ler as entrelinhas o leitor se depara com a afirmação “Quem tem coragem de falar mal do Yustrich é um louco”, ou seja, o autor volta atrás do atrevimento e afirma que quem tem coragem de falar mal do jogador, é louco. Esta frase foi construída com a estratégia do humor e da ironia, pois ao mesmo tempo em que o autor volta atrás do que disse, ele se nomeia corajoso e louco por ter chamado publicamente Yustrich de louco.

No sétimo quadro podemos observar a frase em negrito “No fundo Gustavo Corção é Cristão”. Nesta frase, o autor ironiza a posição religiosa do engenheiro e jornalista, Gustavo Corção, que se converteu ao catolicismo, porém era reconhecido por sua posição anticomunista, ou seja, engajou-se contra a oposição a favor do moralismo exacerbado. O autor ironiza a possibilidade de existir algo humano e

espiritual no jornalista que prezava pelos tempos de repressão, lutas, mortes e sofrimento.

Já ao observar a frase por completa, juntamente com as entrelinhas, pode-se ler: “No fundo até o próprio Gustavo Corção sabe que ele verdadeiramente não é cristão”.

Nesta frase, o autor se posiciona visivelmente contra os ideais do jornalista Gustavo Corção, afirmando que até mesmo o próprio jornalista sabe que ele não é verdadeiramente cristão. Podemos analisar esta frase como uma frase com um amplo senso crítico e opositor. O jornalista escrevia seus pensamentos religiosos e moralistas para diversos jornais, estabelecendo uma relação partidária ao regime militar e uma relação intensa com a opinião pública conservadora. É possível ver que esta frase delatora tem o intuito de conscientizar o leitor intelectual à verdadeira realidade, onde pessoas conservadoras apelavam- e se apoiavam- à religião para disseminar suas idéias contrastantes.

No oitavo quadro, é possível observar a frase em negrito “Somente a televisão salvará o Brasil”. Nesta frase pode-se analisar que o autor construiu este texto com base na ironia, pois na verdade o autor pensa o contrário daquilo que escreveu. Ou seja, neste texto pode-se perceber a distância intencional do autor entre aquilo que é dito e aquilo que é pensado e acreditado pelo *Pasquim*.

Quando o autor escreve que somente a televisão salvará o Brasil, ele está ironizando sua verdadeira posição para com o assunto, pois sua verdadeira posição está nas entrelinhas explícita em caixa baixa pelo autor: “Somente a televisão desligada salvará o Brasil”.

Desta forma, a frase lida juntamente à entrelinha explícita é a fiel posição do autor Ziraldo e do *Pasquim*, que eram contrários ao uso da televisão pelo fato de que este meio de comunicação tem caráter sensacionalista, manipulando as idéias dos telespectadores, diminuindo o senso crítico da população e aumentando o senso comum.

Na época muitos intelectuais eram contrários à televisão alegando que o uso deste meio de comunicação retardava o processo de aprendizagem dos cidadãos, desta forma, o *Pasquim* mantinha sua posição crítica contra a TV, reivindicando que ela fosse desligada e que os meios artísticos (teatro, cinema, livros, música) fossem mais bem explorados, formando assim, cidadãos intelectuais e ativos (muitas vezes a televisão transformava o telespectador em um cidadão passivo, que se

conformava com a situação atual do País e acreditava somente no que a televisão transmitia, ou seja, acreditavam em todas as ideologias manipuladas e possivelmente conservadoras).

No nono e último quadro, podemos observar a frase escrita em negrito e em caixa alta “Nelson Rodrigues é uma glória nacional”.

Nesta frase podemos analisar que o uso estratégico da ironia estava novamente presente, pois todo grupo do *Pasquim* consideravam o jornalista Nelson Rodrigues uma farsa e não uma glória nacional.

A relação de Nelson Rodrigues com os integrantes do *Pasquim* era resumida como a clássica desavença entre os grupos da intelectualidade, de um lado estava Nelson Rodrigues com sua posição política favorável ao regime militar e de outro, os integrantes do *Pasquim* de extrema esquerda.

As desavenças entre os integrantes do *Pasquim* e Nelson Rodrigues eram feitas entre crônicas e sátiras caracterizadas pelo alto uso da ironia.

Enquanto o *Pasquim* chamava ironicamente o jornalista de glória nacional, Nelson escrevia crônicas sobre a quantidade de jornalistas socialistas contrários ao regime militar – esta acusação de Nelson Rodrigues era benéfica para o regime militar, que aproveitava as informações dadas pelo jornalista e perseguiram os integrantes esquerdistas – formando assim uma constante intriga entre as duas partes intelectuais.

Observando a frase inteira, juntamente com sua entrelinha podemos ler: “Nelson Rodrigues é o retrato perfeito do que a gente chama de uma glória nacional” neste caso, as entrelinhas explícitas no texto são usadas apenas para aumentar a ironia da frase, assim como confirmar ainda mais este deboche ao jornalista Nelson Rodrigues.

Conclui-se que esta matéria possui grande poder reflexivo, estimulando o leitor a valorizar sua percepção em pensar sobre os sentidos explícitos e implícitos do texto, construindo assim seu senso crítico e intelectual.

Matéria 3 – “Many Festo”

Contextualização

Em 1971 o Brasil era governado pelo general Emílio Garrastazu Médici, conhecido por instalar por quatro anos o período mais repressivo da ditadura militar brasileira, os chamados “anos de chumbo”.

Nesta época, o país passava por uma ressaca pós grandes guerrilhas, manifestos políticos e sociais. No início dos anos 70 o país também passava pelo período do “milagre econômico” que na verdade foi uma estratégia publicitária do regime militar em incentivar a imagem nacional, porém, as melhorias econômicas trouxeram o alto nível da dívida externa e principalmente, a desigualdade social e econômica do país.

Enquanto isso, os meios de comunicação e os meios artísticos sofriam com a permanência da censura, que repreendia todas as publicações consideradas subversivas, ou seja, que atentavam contra a “moral e os bons costumes”.

A censura ditatorial se caracterizava através de diversos modos, como a censura - prévia, os bilhetinhos e as escutas telefônicas. No semanário *Pasquim* a censura – prévia e seus censores perseguiram os jornalistas, escritores, cartunistas, artistas e intelectuais que escreviam para o jornal. A censura vetada inúmeras publicações do *Pasquim*, que por sua vez, lutava cada vez mais pela liberdade de imprensa e pela liberdade de expressão.

Diversos integrantes do *Pasquim* foram presos após participarem de manifestações contrárias ao regime ou por publicarem algo impróprio aos ideais do regime. Quando os integrantes ou colaboradores do jornal não eram presos, eram exilados, mas mesmo em outro país, os integrantes e colaboradores davam um jeito de mandar matérias para o jornal, manifestando seu descontentamento através de diversas estratégias.

As estratégias utilizadas pelo *Pasquim* para driblar a censura podem ser explicadas através de diversas sátiras, ironias, eufemismos e analogias contidas em seus textos, como veremos a seguir.

Tema

Censura

Gênero jornalístico

Opinativo

Crítica de fundo

Nesta matéria Millôr Fernandes escreve em forma de um manifesto, uma crítica sobre a censura ditatorial vigente na época.

O título desta matéria será analisado após a análise completa do texto, pois seu contexto e razão pelo qual foi escolhido por Millôr pode ser observado através da análise de cada trecho desta matéria.

Desta forma, começaremos a análise a partir do primeiro parágrafo da matéria.

Primeiro trecho: “O espantelho da censura ronda a Grécia. Um exército de tesouras, lápis vermelhos e carimbos destruidores invadiu Portugal.”

Neste trecho podemos observar que o autor começa seu texto tecendo uma crítica aos censores, se referindo a eles metaforicamente como um espantelho. Na criatividade e senso crítico do autor, os censores possuem metaforicamente a mesma função do espantelho: assombrar as pessoas (aves, no caso do espantelho de verdade).

O autor cita o país Grécia como uma vítima da censura, alegando que “o espantelho da censura ronda a Grécia”. Esta linha de pensamento do autor pode ser explicada pelo contexto social que a Grécia passou, em 1970 nos anos de chumbo do país – repletos de repressão, violência política e censura – podendo assim tecer uma crítica indireta ao que também acontecia no Brasil.

Segundo trecho: “Um exército de tesouras, lápis vermelhos e carimbos destruidores invadiu Portugal”. Podemos observar que o autor está claramente se referindo à censura aos meios de comunicação e aos meios artísticos, pois nesta época a censura prévia já estava instaurada em todas as redações dos jornais da época, assim como em todos os meios de comunicação.

Quando o autor diz “um exército de tesouras, lápis vermelhos e carimbos destruidores” ele tece uma personificação alusiva aos censores ditatoriais, que todos

os dias “marchavam” até as redações dos jornais com seus objetos de censura. As tesouras citadas pelo autor são mais uma metáfora, pois na verdade os censores não levavam às redações tesouras, mas tinham o mesmo poder que este objeto tem: cortar. O ato de cortar dos censores não era feito com tesouras, mas sim com os lápis vermelho e com os carimbos citados, separando a continuidade dos textos, retirando alguns trechos ou eles por completo.

Os lápis vermelhos serviam para o censor riscar parte de alguma publicação considerada subversiva, ou para fazer anotações e reformulações das frases. Já os carimbos serviam para os censores assinalarem as matérias com os dizeres: “vetado”, “com cortes” e – dificilmente- “liberado”. O autor cita Portugal neste trecho, pois este país também passou por um regime militar em seu processo político.

Terceiro trecho: “Quadrados em branco, revisões prévias e palavras descaracterizadas estão corroendo a Espanha”. Neste trecho o autor faz referência novamente à censura e seus censores, que deixava o espaço das matérias (quadrados) dos jornais em branco, após vetar todo texto. As “revisões prévias” se referem à censura prévia decretada em 1970 pelos militares. Esta forma de censura determinava que tudo que fosse produzido por um meio de comunicação deveria ser analisado antecipadamente à sua divulgação, desta forma, os censores iam até as redações e revisavam todas as matérias a fim de estipular o que era ou não permitido.

Já a parte que diz: “palavras descaracterizadas estão correndo a Espanha” o autor delineia uma crítica às palavras que eram censuradas e logo em seguida eram substituídas por outras totalmente diferentes, anulando o sentido e a veracidade da frase publicada. A parte que dá ação a essas palavras descaracterizadas - “estão correndo a Espanha”- pode novamente ser interpretada pelo fato de que este país foi mais um dos países que passou por um regime militar e, possivelmente, a censura.

Quarto trecho: “Reunidos, porém, na Colina dos Direitos Inalienáveis, as forças revolucionárias de Nanquim, Parker, Faber e Ecoline resistem bravamente, até a última vírgula contra a invasão da divisão de giletes e wilkinsons e conseguem fazer recuar, com seus gravadores Ha-kais, o bando surdo-mudo de uma divisão castradora””. Neste trecho podemos observar que o autor se refere a união dos escritores, jornalistas e artistas que lutam pelos direitos intransferíveis do ser humano, como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Millôr descreve

essa união como “as forças revolucionárias de Nanquim, Parker, Faber e Ecoline resistem bravamente, até a última vírgula contra a invasão da divisão de giletes e wilkinsons”, ou seja, os jornalistas que mesmo com o regime militar instaurado e com a invasão dos censores em seus meios, lutavam pelo direito de expressão e continuaram a registrar com canetas a tinta preta (nanquim) e com canetas da marca Parker, Faber Castell e Ecoline suas críticas contra o regime militar.

Quando o autor escreve este trecho “e conseguem fazer recuar, com seus gravadores Ha-kais, o bando surdo-mudo de uma divisão castradora” ele se refere aos jornalistas que continuam lutando pelo direito de informar, produzindo entrevistas (gravadores Ha-kais) e grandes matérias que colocam na defensiva os censores e os militares dominados pelo poder de privar (“divisão castradora”) a população.

O quinto trecho traz: “Rolos de filmes experimentais rolam bravamente contra comandos revisores, armados de raspadores letais e decididos a tudo pela conquista da Remontagem.” Neste trecho o autor se refere à luta pelo direito de expressão dos meios artísticos, no caso, o cinema, que continua a ser produzido por diversos brasileiros que afrontam os censores, a fim de não permitir que sua produção seja cortada e remontada (os censores cortavam diversas cenas consideradas subversivas e ao remontar toda seqüência do filme, ele perdia seu valor e sua história real). A expressão “raspadores letais” faz analogia aos instrumentos de corte de filmes dos censores.

Sexto trecho: “O campo de batalha, em toda parte, está juncado de nus decepados, seios cobertos, intenções destruídas, palavras truncadas e idéias natimortas”. Neste trecho podemos observar a crítica que o autor tece sob a censura, se referindo aos artistas, produtores, jornalistas e escritores como “campo de batalha” onde lutam contra a censura de suas imagens, textos e encenações. O autor afirma que a censura se alastra, cortando as cenas e fotografias que exibem pessoas nuas, cobrindo os seios que estão a mostra e destruindo em nome da “moral e dos bons costumes” a intenção dessas formas artísticas. É possível perceber que no trecho “palavras truncadas e idéias natimortas” o autor continua tecendo sua crítica sob a censura, que privavam as partes essenciais de um texto, tornando-o incompleto e condenando as idéias principais do autor, que segundo ele, já nascem mortas nas mãos dos censores.

Sétimo trecho: “Na Praça Vermelha, uma edição clandestina é assassinada a patadas pela cavalaria bípede. Os Bascos são barbaramente encurralados numa reserva de provérbios conservadores”. Neste trecho o autor tece uma crítica as formas repressivas do regime militar e de seus censores.

A “Praça Vermelha” que o autor se refere é uma praça famosa em Moscou, na Rússia. Esta praça foi palco de grandes acontecimentos históricos como os desfiles de militares soviéticos durante o processo histórico da União Soviética. A parte “uma edição clandestina é assassinada a patadas pela cavalaria bípede” o autor tece uma crítica ácida contra os censores e os militares, se referindo a eles como uma multidão de cavalos (pessoa agressiva) que eliminam a edição clandestina, ou seja, a imprensa alternativa. A chamada “cavalaria bípede” serve como eufemismo, pois claramente pode-se perceber que o autor se refere aos militares e censores (que são bípedes, ou seja, andam com sobre dois pés).

Já na parte “Os Bascos são barbaramente encurralados numa reserva de provérbios conservadores” o autor tece uma crítica a favor dos manifestantes e guerrilheiros que analogicamente são chamados de Bascos – grupo étnico que habita parte da Espanha e da França, conhecidos pelos seus ideais nacionalistas - que sofreram perseguições atrozés seguidas de tortura e prisão, conduzidas pelo regime militar, que prezavam pela ordem social e política, baseada em seus ideais conservadores.

Oitavo trecho: “Na Disneylândia, o Pato Donald é frito na própria banha por personagens de All Capp, que o dedoduram como o mais antigo e incansável protestador das histórias em quadrinhos”. Neste trecho o autor faz uma analogia à situação que os jornalistas, escritores e artistas passavam na ditadura militar, onde censores e até mesmo jornalistas que apoiavam o regime, delatavam suas posições contrárias ao regime.

O autor usufrui do exemplo do personagem de história em quadrinhos, Pato Donald (que no caso seria os jornalistas, escritores e artistas) que era contra o nazismo em suas histórias em quadrinhos na época da Segunda Guerra Mundial, e assim, era incriminado por personagens de All Capp – cartunista criador de personagens em quadrinhos como a Família Buscapé - que denunciavam as críticas feitas pelo Pato Donald.

É importante ressaltar o estilo da linguagem do *Pasquim* que prezava pela linguagem falada, ou seja, a escrita coloquial e liberta de correções. Podemos pegar

como exemplo a palavra utilizada neste oitavo trecho: “dedoduram”, que ao invés de “deduraram” – forma correta- é escrita de uma forma inovadora e criativa, que mistura a palavra dedo-duro com a ação de dedurar.

Nono trecho: “Tubos de tinta acrílica são lançados contra os arquivos de textos apreendidos e os campos de concentração de piadas aleatórias à moral sofrem ataques de nossas forças, protegidas com escudos de papel de imprensa”. Neste trecho o autor tece novamente uma crítica à censura jornalística e artística ao citar os tubos de tinta acrílica que tinham grande poder de fixação por isso eram usados para marcar permanentemente as publicações censuradas.

Quando o autor escreve “campos de concentração de piadas aleatórias à moral” ele se refere a eles próprios, ou seja, os humoristas, cartunistas, jornalistas e escritores do *Pasquim* que teciam críticas satíricas ao regime e sua veneração pela moral e pelo tradicionalismo. Quando ele completa esta frase, dizendo que eles “sofrem ataques de nossas forças, protegidas com escudos de papel de imprensa” o autor ironiza o contexto nacional tecendo uma inversão de idéias, ou seja, quando o autor diz “nossas forças” ele se refere às forças militares brasileiras, que culpam os jornalistas, artistas e escritores como subversivos e assim exercem a censura, mas diferente desta idéia, o autor tece a lógica de que os militares se escondem atrás da imprensa.

Décimo trecho: “A SIP, não tendo tomado posição definida, é bombardeada de ambos os lados. Nomes conhecidos enfrentam, com papel-carbono, xeroxes e cópias fotostáticas, guarnições anônimas encapuçadas, decididas a não deixar folha sobre folha...”. Neste trecho o autor se refere à situação imparcial em que a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) se encontrava no período ditatorial, pois não definiam se sua posição era contrária ao regime ou favorável ao regime, desta forma, a SIP recebia críticas e protestos de ambos os lados.

Quando o autor escreve “Nomes conhecidos enfrentam, com papel-carbono, xeroxes e cópias fotostáticas, guarnições anônimas encapuçadas, decididas a não deixar folha sobre folha...” ele se refere aos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que eram sigilosos

Décimo primeiro trecho: “Mas vamos resistir que a História é nossa. O enredo está aí para ficar. Personagens, não esmorecei. Fradim, Sigmund, Oto, o Cachorro, Pciu, o mais cachorro, nós estamos aqui, na estacada”. Neste trecho o autor encoraja seus colegas de trabalho – e os personagens dos desenhos feitos pelos

cartunistas- que lutam contra a censura e a ditadura militar, afirmando que eles estão na “estacada”, ou seja, estão formando uma barreira com estacas para fechar a passagem dos censores e para proteger seus trabalhos.

Décimo segundo trecho: “Tarzan, nós defenderemos atua nudez até nossa última camisa. Lothar, cada um é o que bem entender, e ninguém tem nada com tua vida íntima com Mandrake. Batman e Robin, tendes direito à vossa felicidade”. Neste trecho é perceptível o sentido satírico e eufemístico que o autor tece em seu texto, pois ao fundo deste trecho há a luta pela liberdade artística (referida no texto como a nudez de Tarzan, que demonstra como os revolucionários lutavam contra o conservadorismo puritano), há a luta pela liberdade sexual (referida no texto satiricamente como a relação entre os personagens de quadrinhos Lothar e Mandrake e Batman e Robin, que na verdade ambos são amigos, mas na época havia uma malícia e humor sob essas histórias).

Décimo terceiro trecho: “Contra as borrachas Pingüim nós oporemos nossas Multiplic automáticas. Já vem chegando aí as nossas heróicas hostes de elite, compostas das gloriosas tintas indeléveis”. Neste trecho o autor afirma que irão lutar contra as borrachas Pingüim (ou seja, contra a censura que apaga parte de suas publicações) de uma forma que a resistência será o uso das copiadoras automáticas (Multiplic) que não deixarão de imprimir seus semanários. O autor também afirma que o exército contra a censura está chegando, munidos de tintas inapagáveis que irão deixar permanentemente a liberdade de imprensa e de expressão estampada na história do País.

Décimo quarto trecho: “Diletantes de todos os países, contamos também com vocês. Mediocres da criação, esta é a hora de vocês se revelarem os gênios da atrapalhação”. Neste trecho o autor encoraja as pessoas que se ocupam dos meios artísticos e dos meios de comunicação por puro gosto e não por obrigação (diletantes). O autor ironiza, afirmando que este é o momento para os “mediocres da criação”, ou seja, artistas, escritores e jornalistas bons e ruins se descobrirem dentro das estratégias das publicações contra a censura. As sátiras, as charges e as músicas subliminares são exemplos destas estratégias adotadas por artistas e escritores da época, a fim de atrapalhar o trabalho da censura.

Décimo quinto trecho “À prancheta, camaradas! Nada tendes a perder senão os vossos pincéis. Máquinas Olivetti do mundo, uni-vos! Nada tendes a perder senão os vossos teclados”. Neste trecho ao autor finaliza sua matéria incentivando

os artistas a pegarem suas pranchetas (prancha destinada a fixar o papel em que pinta) e produzir seus trabalhos, alegando que a única coisa que eles podem perder são os “vossos pincéis”, ou seja, seus instrumentos de trabalho.

Ao dizer “Máquinas Olivetti do mundo, uni-vos! Nada tendes a perder senão os vossos teclados” o autor incentiva os escritores, jornalistas e intelectuais da época a continuarem a registrar em suas Máquinas de Escrever (Olivetti é uma marca) suas observações, posições e conhecimento, alegando que a única coisa que eles podem perder são os “vossos teclados”, ou seja, as teclas de letras da máquina de escrever (que podem deixar de ser digitadas com a presença de um censor).

Sendo assim, nesta matéria observamos a posição contrária do autor e conseqüentemente do *Pasquim* à censura ditatorial.

Desta forma, podemos analisar o título da matéria “Many Festo” como um título que resume todo texto do autor, ou seja, o autor utiliza a palavra de origem inglesa “many”, que significa segundo o dicionário Michelis: adj. Muitos; muitas; numerosos; multidão; grande número, para se referir a quantidade de pessoas que lutam contra o regime militar e a favor da liberdade de imprensa e de expressão. Como também, ao introduzir a palavra “many” à palavra inventada “festo” o autor faz um jogo de palavras e traça uma linha tênue entre os dois sentidos, pois a palavra many tem seu significado próprio e a palavra “manifesto” significa segundo o dicionário Aurélio, uma declaração escrita pela qual um governante, um chefe de partido, um grupo de personalidade etc, dá conta de sua conduta no passado e define os objetivos que têm em vista no futuro. Ou seja, através do título da matéria o autor define o tema de seu texto, que declara a realidade da censura e propõe uma resistência à essa realidade, definindo seus objetivos pro futuro, ou seja, a liberdade de expressão e de imprensa.

O autor também utiliza este título fazendo uma analogia as grandes manifestações políticas e sociais da época, que denunciavam as ações repressivas do regime militar e que reivindicava seus direitos humanos e civis.

Podemos observar que ao lado desta matéria há ainda os dizeres: “Viva o humor! Abaixo o mau humor! Por uma dentadura melhor num mundo mais alegre! Aos garnizés, tudo. Aos urubus, nem a carniça. Canjica para todo mundo!”.

Estes dizeres apóiam o caráter cômico do *Pasquim*, apoiando o uso do humor nas redações jornalísticas, assim como fazem um trocadilho com a situação,

trocando a palavra ditadura por “dentadura”, valorizando seu sentido humorístico e crítico.

No trecho que diz “Aos garnizés, tudo. Aos urubus, nem a carniça” o autor demonstra seu favoritismo à oposição que no caso são os chamados garnizés (que possivelmente são denominados deste modo, pois fazem muito barulho, ou seja, protestam). Já os urubus são os militares, que são denominados deste jeito por perseguirem toda população contrária ao regime, ou seja, a carniça, que é denominada deste modo para fazer uma alusão aos revolucionários torturados, presos ou mortos, que mesmo sofrendo uma grande pressão física e psicológica, continuavam com sua posição contrária ao regime.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estas análises, conclui-se que é de extrema importância olhar para o passado e enxergar as práticas jornalísticas. O jornalismo como registro histórico valoriza e auxilia a estruturação de pesquisas que buscam observar e relatar características adotadas pelo jornalismo da época.

Sendo assim, esta pesquisa embasou-se nos diversos registros históricos sobre a ditadura militar brasileira, dando ênfase à análise de três matérias retiradas de uma compilação histórica do semanário *O Pasquim*. Sem estes registros, nossa pesquisa não teria fundamentos e todas as estratégias utilizadas pelo semanário com o intuito de driblar a censura ditatorial seriam esquecidas com o passar do tempo.

A análise destas matérias pôde demonstrar o alto nível de criticidade e de reflexão que o conteúdo jornalístico do *Pasquim* ofereceu aos seus leitores na época de sua publicação. Seu conteúdo satírico, irônico e crítico na maioria das vezes necessitavam de um conhecimento contextualizado do assunto para que houvesse uma melhor interpretação do texto e uma reflexão que transcendesse o senso comum.

Do mesmo modo, foi observado que esta mesma necessidade de contextualização dos assuntos é exigida para o entendimento das chamadas “entrelinhas”, ou seja, o fundo crítico e não explícito do texto. Com isso, é perceptível que o leitor intelectual do *Pasquim* não utilizava método de dedução para supostamente entender o conteúdo textual das matérias, mas sim compreendia com o auxílio de sua bagagem cultural, política e social, ou seja, seu senso crítico.

É importante ressaltar que este semanário não foi um meio de comunicação de massa, mas sim um meio da imprensa alternativa. Desta forma, seu público alvo era, ironicamente, a elite. O regime militar e a sua busca incessante pelos valores do conservadorismo eram influenciados, comandados e enaltecidos por pessoas da elite, ou seja, mesmo que o jornal *O Pasquim* fosse um meio de comunicação de oposição ao regime militar, seus leitores eram da mesma classe social dos ditadores e de seus admiradores. Diversos registros históricos indicam que a forma jornalística praticada pelo *Pasquim* atraía boa parte da intelectualidade brasileira, ou seja, grandes pensadores, escritores, jornalistas e artistas se interessavam pela linguagem do semanário. Desta forma, fica claro que infelizmente a massa da

população não estava preparada para compreender e a buscar o conteúdo deste jornal.

Assim sendo, observa-se a extrema carência de senso crítico da população brasileira, que durante o regime militar se alienava ainda mais do contexto cultural do País (sendo por motivos causados pela censura ou pela alta desigualdade social, política, econômica e cultural).

Após refletir sobre a história do jornal *O Pasquim* e analisar os conteúdos destas três matérias, é possível concluir que, mesmo com seu caráter restrito e contestador, o semanário teve um importante papel para a história do País e para a história do jornalismo impresso, como formador de leitores intelectualizados com ideais revolucionários.

O semanário não se resumiu aos assuntos políticos e ao jornalismo convencional, que tinha como enfoque informar a população. *O Pasquim* revolucionou o jornalismo como meio de entretenimento, usufruindo de sua linguagem livre e de todas as formas de expressão e cultura do País.

Todas as estratégias utilizadas pelo *Pasquim* são dificilmente encontradas em jornais atuais. Atualmente a modernidade tira proveito da denominação “humor inteligente”, que se refletida após estas análises, não passa de um humor banal, que não usufrui da capacidade de fascinar seus leitores através dos eufemismos bem elaborados, das ironias impensáveis, do sarcasmo irreverente e das críticas incisivas, como era usufruído pelo humor do *Pasquim*.

É possível traçar uma linha tênue entre o humor deste semanário com a criatividade repleta de estratégias e de valores de seus integrantes. Nesta linha, os pontos principais se interceptam no obstáculo da censura ditatorial. Porém, continuam buscando incansavelmente sua liberdade de opinião e de expressão. E foi assim que *O Pasquim* sobreviveu a este momento histórico e repressivo do Brasil, com sua irreverência e com o seu poder libertário da informação alternativa: o entretenimento.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Sérgio. JAGUARIBE, Sérgio. **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

BELTRÃO, J. L. **Jornalismo**: teoria e prática. Editora da UniFAI, Adamantina, 2006.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 set. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10898.htm. Acesso em: 1 nov. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**: buscas, práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHIAVENATO, J. J. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COMUNICAÇÃO. In: Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ERBOLATO, Mario. **Deontologia da Comunicação Social**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ERBOLATO, Mario. **Jornalismo Especializado**: emissão de textos no jornalismo impresso. São Paulo: Atlas, 1981.

FERNANDES, Millôr. Independência, é? Vocês me matam de rir. In: **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. p.17.

FERNANDES, Millôr. Many Festo. In: **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. p. 194-195.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**, São Paulo: Cia da Letras, 2004.

GOMES. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Gepicc.ufba.br**,2005. Disponível em: < <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf>.> Acesso em: 23 set 2011.

HÁ 40 anos. **Migalhas**, 2010. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=100782 Acesso em: 15 nov 2011.

JAGUARIBE, Sérgio. O pingente que deu certo. In: **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. p.9-13.

JAGUARIBE, Sérgio. Toda a verdade (va lá, meia) sobre o começo do Pasquim. In: **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. p. 7-8.

KARAM, F. J. C. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LEBRUN, Gérard. **O que é o Poder**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira**. São Paulo: Global, 1980.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

MENDEZ, Rosemary B. Jornalismo como processo histórico. **Revista Idade Mídia**, v.1, n.1, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto a venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 6 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MOREIRA, Fabiane. **Os valores notícia no jornalismo impresso**: análise das “características substantivas” das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. 2006. 157 f. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado (Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 set 2011.

PINTO, Ziraldo. Aprenda a ler nas entrelinhas. In: **O Pasquim**: Antologia: Volume I: 1969-1971. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. p. 108-109.

PODER. In: Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

REIMÃO. Fases do Ciclo Militar e censura a livros: Brasil, 1964-1978. **Usp.br**, [200?]. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROUQUIE, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa - Omega, 1984.

SADER, Emir. **A Transição no Brasil: da ditadura à democracia?**. 6 ed. São Paulo: Atual, 1990.

SANTOS, Vanessa Matos dos. **O processo de comunicação em ambiente virtual**. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Bauru, 2007.

SILVA. Valores-notícia: atributos do acontecimento. **Galaxy.intercom.org.br**, 2005. Disponível em <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17409/1/R0797>>. Acesso em: 15 nov 2011.

SMITH, A. M. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES. Censura durante o regime autoritário. **Anpocs.org.br**, [19--?]. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm> Acesso em: 20 nov 2011.

SODRÉ, N. W. **Vida e Morte na Ditadura**: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA. As notícias e seus efeitos. **Bocc.ubi.pt**, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>> Acesso em: 10 out 2011.

SPINDEL, Arlando. **O que são ditaduras**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. **Comunicação, Mídia e Tecnologia**. São Paulo: Thomson, 2004.

SZTERLING, Silvia. **1968-1974: A Guerra Silenciosa**. São Paulo: Ática, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.

ANEXO A - DECRETO-LEI 898/69

Decreto-lei 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CAPÍTULO I

Da Aplicação da Lei de Segurança Nacional

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Este Decreto-lei se aplica, sem prejuízo de convenções, tratados e regras, de direito internacional, aos crimes cometidos, no todo ou em parte, em território nacional, ou que nêle, embora parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado.

Art. 5º Ficam sujeitos ao presente decreto-lei, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.

Art. 6º Aplica-se êste Decreto-lei ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, ressalvadas as disposições de convenções, tratados e regras de direito internacional.

Art. 7º Na aplicação dêste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, levará inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

CAPÍTULO II

Dos Crimes e das Penas

Art. 8º Entrar em entendimento ou negociação com govêrno estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hospitalidade contra o Brasil.

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos.

Parágrafo único. Se os atos de hostilidade fôrem desencadeados:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo e morte, em grau máximo.

Art. 9º Tentar, com ou sem auxilio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dêle, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil:

Pena: Reclusão, de 20 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da tentativa, resultar morte:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 10. Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual fôr o motivo ou pretexto:

Pena: Reclusão, de 10 a 20 anos.

Parágrafo único. Verificando-se a invasão.

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo, em morte, em grau máximo.

Art. 11. Comprometer a Segurança Nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Fôrças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações:

Pena: Reclusão, de 8 a 30 anos.

§ 1º Se, em decorrência da sabotagem, verificar-se paralisação de qualquer serviço, serão aplicadas as seguintes penas:

a) se a paralisação não ultrapassar de um dia:

Pena: Reclusão, de 8 a 12 anos;

b) se a paralisação ultrapassar de um (1) e não ultrapassar cinco (5) dias:

Pena: Reclusão, de 10 a 15 anos;

c) se a paralisação ultrapassar de cinco (5) e não ultrapassar de trinta (30) dias:

Pena: Reclusão, de 12 a 24 anos se a paralisação ultrapassar de trinta (30) dias.

Pena: prisão perpétua.

§ 2º Verificando-se lesão corporal em decorrência da sabotagem, as penas cominadas nas alíneas a, b e c do parágrafo anterior, serão acrescidas de um terço até o dobro, proporcionalmente à gravidade da lesão causada.

§ 3º Verificando-se morte, em decorrência da sabotagem:

Pena: Morte.

Art. 12. Concertarem-se mais de 2 (duas) pessoas para a prática de qualquer dos crimes previstos nos artigos anteriores:

Pena: Reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 13. Redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição:

Pena: Reclusão, de 4 a 8 anos.

Parágrafo único. Se a propaganda de que trata o artigo, utilizando o material ou fundos de proveniência estrangeira, é feita a fim de submeter o Brasil a outro país:

Pena: Reclusão, de 8 a 12 anos.

Art. 14. Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional:

Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.

Art. 15. Promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva;

Pena: reclusão de 10 anos, em grau mínimo, e prisão perpétua, em grau máximo.

§ 1º Obter ou procurar obter, para o fim de espionagem, notícia de fatos ou coisas que, no interesse do Estado, devam permanecer secretas, desde que o fato não constitua delito mais grave:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos.

§ 2º Destruir, falsificar, subtrair, fornecer comunicar a potência estrangeira, organização subversiva, ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificados como sigilosos por interessarem à Segurança Nacional:

Pena: reclusão de 12 a 24 anos.

§ 3º Entrar em relação com governo estrangeiro, organização subversiva ou seus agentes, para o fim de comunicar qualquer outro segredo concernente à Segurança Nacional:

Pena: reclusão de 5 a 10 anos.

§ 4º Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravuras ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares; desenvolver atividades aerofotográficas, em qualquer parte do território nacional, sem autorização de autoridade competente:

Pena: reclusão de 5 a 10 anos.

§ 5º Dar asilo ou proteção a espiões, sabendo que o sejam:

Pena: reclusão de 12 a 24 anos.

§ 6º Facilitar o funcionário público, culposamente, o conhecimento de segredo concernente à Segurança Nacional:

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil:

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dôbro, na hipótese do parágrafo anterior:

§ 3º As penas serão aplicadas em dôbro, em caso de reincidência.

Art. 17. Falsificar, suprimir, tornar irreconhecível, subtrair ou desviar de seu destino ou uso normal algum meio de prova relativo a fato de importância para o interesse nacional:

Pena: reclusão, de 3 a 8 anos.

Art. 18. Violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de Chefe, ou representante de Nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional:

Pena: reclusão, de 6 a 12 anos.

Art. 19. Violar neutralidade assumida pelo Brasil em face de países beligerantes:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr simplesmente culposo:

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Art. 20. Destruir ou ultrajar bandeira, emblemas ou escudo de Nação, amíga, quando expostos em lugar público:

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Art. 21. Ofender publicamente, por palavras ou escrito, Chefe de Governo de Nação estrangeira:

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 22. Exercer violência de qualquer natureza, contra Chefe de Governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo território brasileiro:

Pena: prisão perpétua.

Parágrafo único. Se da violência resultar lesão corporal ou morte:

Pena: morte.

Art. 23. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo:

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

Art. 24. Promover insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 25. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva:

Pena: reclusão, de 5 a 15 anos.

Parágrafo único. Se, em virtude deles, a guerra sobrevém:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 26. Impedir ou tentar impedir, por meio de violência ou ameaça de violência, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados:

Pena: reclusão, de 4 a 10 anos.

Art. 27. Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação:

Pena: reclusão, de 10 a 24 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 28. Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 29. Impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado ou executados mediante concessão, autorização ou permissão:

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 30. Tentar desmembrar parte do território nacional, para constituir país independente:

Pena: reclusão, de 6 a 12 anos.

Art. 31. Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurrectos ou rebeldes:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos.

Parágrafo único. Se o segredo revelado causar prejuízo às operações militares ou aos planos aludidos:

Pena: reclusão, de 12 anos até a prisão perpétua.

Art. 32. Matar, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade ou estrangeiro que se encontrar no Brasil, a convite do Governo Brasileiro, a serviço de seu país ou em missão de estudo:

Pena: morte.

Art. 33. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade:

Pena: reclusão, de 8 a 15 anos.

§ 1º Se da violência resultar lesões corporais:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

§ 2º Se da violência resultar morte:

Pena: prisão perpétua em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 34. Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr cometido por meio de imprensa, radio ou televisão, a pena é aumentada de metade.

Art. 35. Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: reclusão de 8 a 24 anos.

Art. 36. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal:

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Parágrafo único. Se o crime fôr cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão a pena é aumentada de metade, além da multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país, se a responsabilidade couber a diretor ou responsável por tais órgãos da imprensa, escrita e falada.

Art. 37. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra estrangeiro que se encontre no Brasil, a serviço de seu país, em missão de estudo ou a convite do Govêrno brasileiro:

Pena: reclusão, de 8 a 15 anos.

§ 1º Se da violência resultar lesão corporal:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

§ 2º Se da violência resultar morte:

Pena: morte.

Art. 38. Promover greve lock-out, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos Podêres da República:

Pena: reclusão, de 4 a 10 anos.

Art. 39. Incitar:

I - A guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - A desobediência coletiva às leis;

III - A animosidade entre as Fôrças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV - A luta pela violência entre as classes sociais;

V - A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais;

VI - Ao ódio ou à discriminação racial:

Pena: reclusão, de 10 a 20 anos.

§ 1º Se os crimes previstos nos itens I a IV forem praticados por meio de imprensa, rádio difusão ou televisão:

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos.

§ 2º Ressalvados os crimes de que tratam os itens V e VI, se, do incitamento, decorrer morte:

Pena: morte.

§ 3º Se a responsabilidade pela incitação couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena, privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente à época do delito.

Art. 40. Cessarem funcionários públicos coletivamente, no tôdo, ou em parte, os serviços a seu cargo:

Pena: detenção de 8 meses a 1 ano.

Parágrafo único. Incorrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar aos atos de cessação ou paralisação de serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo.

Art. 41. Perturbar, mediante o emprêgo de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruados, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais, realizadas no Brasil:

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

§ 1º Se, da ação resultar lesões corporais:

Pena: reclusão, de 4 e 12 anos.

§ 2º Se resultar morte:

Pena: morte.

§ 3º Aplica-se à tentativa a mesma pena, reduzida de um ou dois terços.

Art. 42. Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa:

Pena: reclusão, de 3 a 8 anos.

Art. 43. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso:

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

Art. 44. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público:

Pena: detenção, de 2 a 4 anos.

Art. 45. Fazer propaganda subversiva:

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - Realizando greve proibida;

V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Art. 46. Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente:

Pena: reclusão, de 5 a 10 anos.

Art. 47. Incitar à prática de qualquer dos crimes previsto neste Capítulo, ou fazer-lhes a apologia ou a de seus autores se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

§ 1º A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia fôr feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

§ 2º Se a responsabilidade pelo crime couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade, à época do delito.

Art. 48. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente prêsa, em decorrência da prática de crimes previsto nesta Lei.

Pena: reclusão, de 8 a 12 anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com violência.

Pena: reclusão, de 12 a 24 anos.

Art. 49. São circunstâncias agravantes., quando não elementares do crime:

I - Ser o agente militar ou funcionário público, a êste se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista;

II - Ter sido o crime praticado com a ajuda de qualquer espécie ou sob qualquer título, prestada por Estado ou organização internacional ou estrangeiro;

III - Ter no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigido atividade dos demais agentes.

IV - Ter sido o agente, em época anterior ao delito, atingido por sanção aplicada de acordo com os Atos Institucionais.

Art. 50. Para o efeito de cálculo da pena aplicável à tentativa, a pena de morte ou de prisão perpétua equipara-se à de reclusão por 30 anos.

Parágrafo único. Quando a tentativa não constitui por si só crime, é punida com a pena cominada a êste, reduzido de um a dois terços.

Art. 51. Quando ao crime fôr cominada pena de prisão perpétua, poderá o Conselho ou Tribunal substituí-la pela de reclusão por 30 anos.

Art. 52. Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos neste Decreto-lei:

a) pela morte do autor;

b) pela prescrição da pena.

Parágrafo único. Verifica-se a prescrição:

I - Em o dobro da pena máxima privativa de liberdade, cominada ao crime, até o limite máximo de 30 anos, e desde que não se trate de prisão perpétua;

II - Em 40 anos, na hipótese da pena de prisão perpétua ou de morte.

Art. 53. Se a responsabilidade pela propaganda subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o juiz poderá, ao receber a denúncia, impor a suspensão da circulação dêste até trinta dias, sem prejuízo de outras combinações previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de estação de radiodifusão ou televisão, a suspensão será imposta, nas mesmas condições, pelo Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 54. Nos crimes definidos nos arts. 16, e seus parágrafos, 34 e seu parágrafo único, 36 e seu parágrafo único, 39 e seus parágrafos, 45 e seu parágrafo único e 47 e seus parágrafos, o Ministro de Estado da Justiça, sem prejuízo da ação penal prevista neste Decreto-lei, poderá determinar a apreensão de jornal, periódico, livro ou qualquer outros impresso, a suspensão de sua impressão, circulação, distribuição ou venda, no território brasileiro, e, se tratar de, radiodifusão ou de televisão, representar ao Ministro de Estado das Comunicações, para a suspensão de seu funcionamento.

Parágrafo único. No caso de reincidência, praticada pelo mesmo jornal, periódico, livro ou qualquer outro impresso ou pela mesma empresa ou por periódico de empresas diferentes, mas que tenham o mesmo diretor ou responsável, ainda, o Ministro de Estado da Justiça poderá determinar ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente o cancelamento do registro respectivo e, em se tratando de radiodifusão ou de televisão, representar ao Ministro de Estado das Comunicações para a cassação da respectiva concessão ou permissão, e ulterior cancelamento do registro.

Art. 55. A responsabilidade penal pela propaganda, subversiva independe da civil e não exclui as decorrentes de outros crimes, na forma dêste Decreto-lei ou de outras Lei.

CAPÍTULO III

Do Processo e Julgamento

Art. 56. Ficam sujeitos ao fôro militar tanto os militares como os civis, na forma do art. 122, parágrafos 1º e 2º da Constituição, com a redação dada pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste Decreto-lei, assim como os perpetrados contra as Instituições Militares.

Parágrafo único. Instituições Militares são as Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, estruturadas em Ministérios, bem assim os altos órgãos militares de administração, planejamento e comando.

Art. 57. O fôro especial estabelecido neste Decreto-lei prevalecerá sobre qualquer outro ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 58. Aplica-se, quanto ao processo e julgamento, o Código da Justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e dêste Decreto-lei.

Art. 59. Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser prêso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Êste prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1º O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares.

§ 2º Se entender necessário, o Encarregado solicitará dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observadas as disposições do art. 149 do Código da Justiça Militar.

Art. 60. Em qualquer fase do processo, aplicam-se as disposições relativas à prisão preventiva previstas no Código da Justiça Militar.

Art. 61. Poderão ser instaurados, individual ou coletivamente, os processos contra os infratores de qualquer dos dispositivos dêste Decreto-lei.

Art. 62. Recebida a denúncia, o Auditor mandará citar o denunciado para se ver processar e julgar.

Parágrafo único. A citação será por edital e com prazo de quinze dias, para os denunciados que não forem encontrados, e de vinte dias, para os que se tenham ausentado voluntariamente do país, estejam ou não em lugar sabido.

Art. 63. O acusado que não comparecer aos atos processuais para os quais foi devidamente citado ou notificado, será considerado revel.

Art. 64. A ausência de qualquer dos acusados não impedirá a realização dos atos do processo e do julgamento, nem obrigará seu adiamento.

Parágrafo único. Se a ausência fôr do advogado constituído, o acusado será assistido por defensor designado, na hora, pelo Presidente do Conselho.

Art. 65. A denúncia deverá arrolar até três testemunhas, e, no caso de mais de um denunciado, poderá ser ouvida mais uma acêrca da responsabilidade daquele a respeito do qual não houverem depôsto as testemunhas inquiridas.

Art. 66. A defesa, no curso do sumário, poderá indicar duas testemunhas para cada acusado, as quais deverão ser apresentadas, independentemente de intimação, no dia e hora fixados para a inquirição.

Parágrafo único. As testemunhas de defesa que deixarem de comparecer à audiência marcada, sem motivo de fôrça maior comprovado pelo Conselho, não mais serão ouvidas, entendendo-se como desistência o seu não comparecimento.

Art. 67. Preterem a todos os serviços forenses locais as precatórias expedidas pelo Auditor e deverão ser cumpridas no prazo máximo de quinze dias, da data do seu recebimento, e devolvidas pelo meio mais rápido e seguro.

Art. 68. O exame de sanidade mental requerido pela defesa, de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido ao Conselho até a data marcada para o julgamento. Neste caso, aquêles acusados serão julgados oportunamente.

Art. 69. Quando o estado de saúde do acusado não permitir sua permanência na sessão do julgamento, esta prosseguirá com a presença do seu defensor.

Parágrafo único. Se o defensor se recusar a permanecer na sessão, a defesa passará a ser feita por advogado, designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 70. A acusação e a defesa terão respectivamente uma hora para a sustentação oral, por ocasião do julgamento, podendo o procurador e o defensor replicar e treplicar, por tempo não excedente a trinta minutos.

Parágrafo único. Se forem dois ou mais réus e diversos os defensores, cada um deles terá por sua vez e pela metade, os prazos acima estabelecidos.

Art. 71. Quando a sessão de julgamento não puder ser concluída, por motivos justificados e dentro do próprio trimestre, o Conselho Permanente de Justiça terá sua jurisdição prorrogada no respectivo processo.

Art. 72. O Conselho de Justiça poderá:

a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público, em alegações escritas e a defesa tenha tido oportunidade de examiná-la;

b) proferir sentença condenatória por fato articulado na denúncia, não obstante haver o Ministério Público opinado pela absolvição, bem como reconhecer circunstância agravante não argüida, mas referida, na narração do fato criminoso, na denúncia.

Art. 73. Ao Ministério Público cabe recorrer obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar:

a) do despacho do Auditor que rejeitar, no todo ou em parte, a denúncia;

b) da sentença absolutória.

Art. 74. O condenado à pena de reclusão por mais de dois anos fica sujeito, acessoriamente à suspensão de direitos políticos, por dois a dez anos.

Art. 75. Não é admissível a suspensão condicional da pena dos crimes previstos neste decreto-lei.

Art. 76. A pena privativa de liberdade será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, sem rigor penitenciário, a critério do juiz, tendo em vista a natureza do crime e a periculosidade do agente.

Art. 77. O livramento condicional dar-se-á nos termos da legislação penal militar.

Art. 78. São inafiançáveis os crime, previstos neste decreto-lei.

Art. 79. O Ministro da Justiça, sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influência contrárias à Segurança Nacional, tal como definidos nos artigos 2º e 3º e seus parágrafos deste decreto-lei.

CAPÍTULO IV

Do processo dos crimes punidos com as penas de morte e de prisão perpétua

Art. 80. Os autos do Inquérito, do flagrante, ou documentos relativos ao crime serão remetidos à Auditoria, pela autoridade militar competente.

Art. 81. O prazo para a conclusão do inquérito é de trinta dias, podendo, por motivo excepcional, ser prorrogado por mais quinze dias.

Art. 82. Recebidos os autos do inquérito, do flagrante, ou documentos, o Auditor dará vista imediata ao Procurador que, dentro em cinco dias, oferecerá a denúncia, contendo:

- a) o nome do acusado e sua qualificação;
- b) a exposição sucinta dos fatos;
- c) a classificação do crime;
- d) a indicação de duas a oito testemunhas.

Art. 83. Será dispensado o rol de testemunhas, se a denúncia se fundar em prova documental.

Art. 84. Serão nomeados pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar os membros dos Conselhos de Justiça competentes para o julgamento dos crimes punidos com as penas de prisão perpétua e de morte.

Parágrafo único. A nomeação dos Juízes do Conselho constará dos autos do processo, por certidão.

Art. 85. Recebida a denúncia, mandará o Auditor citar o acusado e intimar as testemunhas, nomeando-lhe defensor, se aquele não o tiver, e lhe abrirá vista dos autos em cartório, pelo prazo de dez dias, podendo, dentro dêste, oferecer defesa escrita, juntar documentos e arrolar testemunhas, até o máximo de oito.

Art. 86. Se o Procurador não oferecer denúncia, ou se esta fôr rejeitada, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal Militar, que a seu respeito decidirá de forma definitiva.

Art. 87. Quando, na denúncia, figurarem diversos acusados, poderão ser processados e julgados em grupos, se assim o aconselhar o interêsse da Justiça, contados os prazos em dôbro.

Art. 88. O oferecimento da denúncia, citação do acusado, intimação de testemunhas, nomeação de defensor, instrução criminal, julgamento e lavratura da sentença, rege-se no que lhes fôr aplicável, pelas normas estabelecidas para os processos da competência do Auditor e dos Conselhos de Justiça.

Art. 89. A instrução criminal será presidida pelo Oficial-Juiz que funcionar no Conselho, observada a precedência hierárquica, cabendo ao Auditor relatar os processos para o julgamento.

Art. 90. O acusado preso será requisitado, para se ver processar e, se ausente, será processado e julgado à revelia.

Art. 91. A defesa terá vista dos autos em cartório, para alegações escritas.

Parágrafo único. Nas alegações finais, o Procurador indicará as circunstâncias agravantes expressamente previstas na lei penal e todos os fatos e circunstâncias que devam influir na fixação da pena.

Art. 92. O acusado poderá dispensar a assistência de advogado, se estiver em condições de fazer sua defesa.

Art. 93. As questões preliminares e os incidentes, que forem suscitados, serão resolvidos, conforme o caso, pelo Auditor ou pelo Conselho de Justiça.

Art. 94. A falta do extrato da fé de Ofício ou dos assentamentos do acusado poderá ser suprida por outros meios informativos.

Art. 95. Os órgãos da Justiça Militar, tanto em primeira como em segunda instância, poderão alterar a classificação do crime, sem todavia inovar a acusação.

Parágrafo único. Havendo impossibilidade de alterar a classificação do crime, o processo será anulado, devendo ser oferecida nova denúncia.

Art. 96. Encerrada a prova de defesa, a Auditor procederá ao julgamento em outra audiência, dentro em vinte dias, na qual, o Procurador e o Defensor terão, respectivamente, uma hora, para produzir, oralmente, suas alegações, podendo replicar e treplicar por tempo não excedente a trinta minutos.

§ 1º É dispensado o comparecimento do acusado à audiência de julgamento, se, assim, o desejar.

§ 2º Após os debates orais, o Conselho deliberará em sessão secreta e o Auditor lavrará a sentença e a lerá, em sessão pública, dela mandando intimar no mesmo dia, o Procurador e o réu, ou seu defensor, se ausentes.

Art. 97. Das sentenças de primeira instância caberá recurso de apelação, com efeito suspensivo, para o Superior Tribunal Militar.

§ 1º A apelação será interposta de Ofício e, no prazo de dez dias, contados da intimação da sentença, pelo acusado ou, se rever, por seu defensor, ou, ainda, pelo Procurador.

§ 2º Não caberá recurso de decisões sobre questões incidentes, que poderão, entretanto, ser renovadas na apelação.

Art. 98. As razões do recurso serão apresentadas, com a petição, em cartório e, conclusos os autos ao Auditor, êste os remeterá, incontinentemente, à instância superior.

Art. 99. Os autos, no Superior Tribunal Militar, serão logo conclusas ao relator, que mandará abrir vista ao Procurador-Geral, a fim de que emita parecer, no prazo de cinco dias.

Art. 100. Restituídos os autos pelo Procurador-Geral serão eles encaminhados ao relator e revisor, tendo cada um, sucessivamente, o prazo de 10 dias para seu exame.

Art. 101. Anunciado o julgamento pelo presidente, o relator fará a exposição dos fatos.

§ 1º Findo o relatório, poderão o defensor e o Procurador-Geral produzir alegações orais por trinta minutos, cada um.

§ 2º Discutida a matéria, o Superior Tribunal Militar proferirá sua decisão.

§ 3º O relator será o primeiro a votar, sendo o presidente o último.

§ 4.º O resultado do julgamento constará de ata, que se juntará ao processo e a decisão será lavrada dentro em cinco dias, salvo motivo de fôrça maior.

Art. 102. A apelação devolve o pleno conhecimento do feito ao Superior Tribunal Militar.

Art. 103. O recurso de embargos, nos processos, seguirá as normas estabelecidas para a apelação.

Art. 104. A pena de morte somente será executada trinta dias após haver sido comunicada ao Presidente da República, se êste não a comutar em prisão perpétua, e a sua execução obedecerá ao disposto no Código de Justiça Militar.

Art. 105. A pena de prisão perpétua será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regime especial e separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade.

Art. 106. Nos casos omissos, aplica-se ao processo de que trata êste Capítulo as disposições do Capítulo, anterior e do Código de Justiça Militar.

Art. 107. Êste decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-leis números 314, de 13 de março de 1967, e 510, de 20 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

Luís Antônio da Gama e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 29.9.1969

ANEXO B - DECRETO-LEI 1077

**DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE
JANEIRO DE 1970**

*Dispõe sobre a execução do artigo 153,
§ 8º, parte final, da Constituição da
República Federativa do Brasil.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição; e

Considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

- Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

Considerando que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal;

I — A multa no valor igual ao do preço da venda da publicação, com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II — A perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados à sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º d'este Decreto-lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970:
149º da Independência e 82º da República. — *Emílio G. Médici* —
Alfredo Buzaid.

ANEXO C – MATÉRIA 1

Nº 1 - JUNHO 1969

O PASQUIM

17

M DE MILLÔR,
DE MAIOR HUMORISTA



INDEPENDÊNCIA, É? VOCÊS ME MATAM DE RIR

“O Millôr acha que ele é o inventor da liberdade de imprensa” (Cláudio Mello e Souza num momento de rara maledicência)

Meu caro Jaguar, você me garante que O Pasquim vai ser independente. Tá bem, Jaguar. O Claudius, o Tarso, o Prósperi e o Sérgio Cabral também acreditam nisso? Tá bem, Claudius, Tarso, Prósperi e Sérgio. Podem começar a contagem regressiva. Independente, com larga experiência no setor, falo de cadeia (perdão, cadeira). Em 1946, trabalhei um ano na revista Papagaio, assessorado por J. Rui, Carlos Estevão, Ronald e Carlos Thiré. Quando a revista já ia nascendo foi massacrada nas mãos dos parteiros de O Cruzeiro, a quem ela ameaçava com seu psitacismo. Em 1952, consegui publicar cinco números de Voga (“O melhor é o que está em voga”), uma revista no estilo de Veja, que ainda hoje pode ser lida sem vergonha. Morreu de tiro pelas costas, dados por dois ou três asseclas de Leão Godin de Oliveira, coronel do interior pernambucano, promovido por Chateaubriand a diretor dos Diários Associados. Ainda em 1952 (ano próspero) ajudei a fechar o esplêndido Comício (uma longa existência de 20 números) de Rubem Braga e Joel Silveira, onde projetaram, ó Deus, suas breves carreiras, Antônio Maria e Sérgio Porto. Comício morreu de leucemia administrativa, mas teve a redação mais alegre do jornalismo carioca, onde só uma coisa era sagrada: a hora de fechar o expediente e abrir o Haig’s. Em 1962, dirigido pelo talento editorial de Paulo Francis e Mário Faustino, na Nova Fase da Tribuna da Imprensa, comprada então por Nascimento Brito, batemos um verdadeiro recorde: o jornal passou da glória à sepultura em apenas cinco dias. No governo JK, consegui produzir numa televisão dois programas de uma

série chamada 13 Lições de Um Ignorante. Apesar de mais de cem artigos terem sido publicados contra a interdição (havia falta de assunto na imprensa) o mais liberal dos governos brasileiros manteve a proibição até o fim. Em 1963, por motivos “religiosos” (mudaria a igreja ou mudei eu?), fui expulso de O Cruzeiro, onde trabalhava há vinte e cinco anos. Em maio de 1964 (data perigosa), ajudado, entre outros, por você, Jaguar, e o Claudius, Eugênio Hirsh, Yllen Kerr, Marina Colasanti, Ziraldo e Fortuna, consegui editar oito números do Pif-Paf. A revista recebeu dois ou três anúncios, mas assim que saiu foi chamada às falas pelo banco – é claro que não esperavam aquelas fotomontagens do banqueiro, pressionada pelo Senhor Chefe de Polícia; é evidente que não gostavam daquelas fotomontagens do governador – e, por fim, fechada. Fiquei com alguns milhares de cruzeiros novos de dívida e o meu frescobol seriamente abalado.

Se não te basta isso, Jaguar, apostando com você como o Pasquim está cortejando o cano, eu te ofereço 50 casos de cerceamentos meus em teatro cinema, tevê e jornalismo para cada um caso só que tenha havido contra, por exemplo, O Globo. Morou? Foi despejado? Então deixa eu esclarecer; este primeiro número tem um anúncio da Shell. Pois ainda há bem pouco tempo a revista da Shell me pediu um artigo e não publicou porque escrevi a história de um elefante que brigava com um tigre. E olha que o elefante ganhava, pombas! Honra seja feita, não publicou mas pagou. Só a Shell dá ao seu escritor o máximo.

Em suma, Sérgio Magalhães Jaguari-be, vulgo Jaguar, vai de Banda de Ipane-

ma, que é mais melhor. Fazendo O Pasquim vocês vão ter que enfrentar: A) O establishment em geral, que, nunca tendo olhado com bons olhos a nossa atividade, agora, positivamente, não vê nela a menor graça. B) As agências de publicidade que adoram o humor, desde que, naturalmente, ele seja estrangeiro, lá longe, feito pelo Mad publicado na Play-Boy ou filmado por Jacques Tati. (“Que mordacidade!” “Que mendacidade!” “Que crítica social!” “Que semipiternos pifaros!”). C) A Igreja, que depois de uma guinada de 360 graus, é extremamente liberal em tudo que seja dito por ela mesma. D) A Família, as Classes Sociais, As Pessoas de Importância, Os Quadrados, Os TFM, Os Avant-Chatos que se fantasiam de Avant-Garde, etcetera.

Não estou desanimando vocês não, mas uma coisa eu digo: se esta revista for mesmo independente não dura três meses. Se durar três meses não é independente. Longa vida a esta revista!

P.S. Não se esqueça daquilo que eu te disse: nós, os humoristas, temos bastante importância pra ser presos e nenhuma pra ser soltos.

Millôr Fernandes



ANEXO D – MATÉRIA 2

108

O PASQUIM

Nº 46 - MAIO 1970

Writer: Ziraldo / Artist: Caulos **APRENDA
A LER NAS ENTRELINHAS**

Pra quem sabe ler um pingo é letra. O importante não é o texto, mas o que está nas entrelinhas. Velhas verdades li-

terárias. Hoje a gente resolve de uma vez o problema pra quem não sabe ler nem pingo ou não entende a mínima sutileza.

Traz a entrelinha escrita de uma vez. Só que fica no ar uma dúvida: não haverá entrelinhas nestas entrelinhas?

ZAGALO
ESTÁ DE CASO
PENSADO: SÓ ACREDITA NA SELEÇÃO
COM PAULO CESAR

INACREDITÁVEL!
ESTEJA CERTO DE QUE
FLÁVIO CAVALCANTI
É MUITO MAIS INTELIGENTE DO QUE VOCÊ
PENSA!

SOMOS CONTRA
TODOS AQUELES QUE DIZEM QUE SOMOS CONTRA
O GOVERNO

QUEM NÃO VÊ OS PROGRAMAS DE
AMARAL
NETO
É PATRIOTA

TOPO GIGIO É
PATROCINADO PELA
GILLETTE

ANEXO E - MATÉRIA 2

Nº 46 - MAIO 1970

O PASQUIM

109

QUEM TEM CORAGEM DE FALAR MAL DO
Y U S T R I C H
É UM LOUCO

NO FUNDO

ATÉ O PRÓPRIO

**GUSTAVO
 C O R Ç Ã O**

SABE QUE ELE, VERDADEIRAMENTE, NÃO

É CRISTÃO

**SOMENTE A
 T E L E V I S Ã O**

DESLIGADA

**SALVARÁ
 O BRASIL**

NELSON RODRIGUES É

O RETRATO PERFEITO DO QUE A GENTE CHAMA DE

UMA GLÓRIA NACIONAL

ANEXO F - MATÉRIA 3

194

O PASQUIM

Nº 94 - ABRIL 1971

Millôr Fernandes **MANY FESTO**



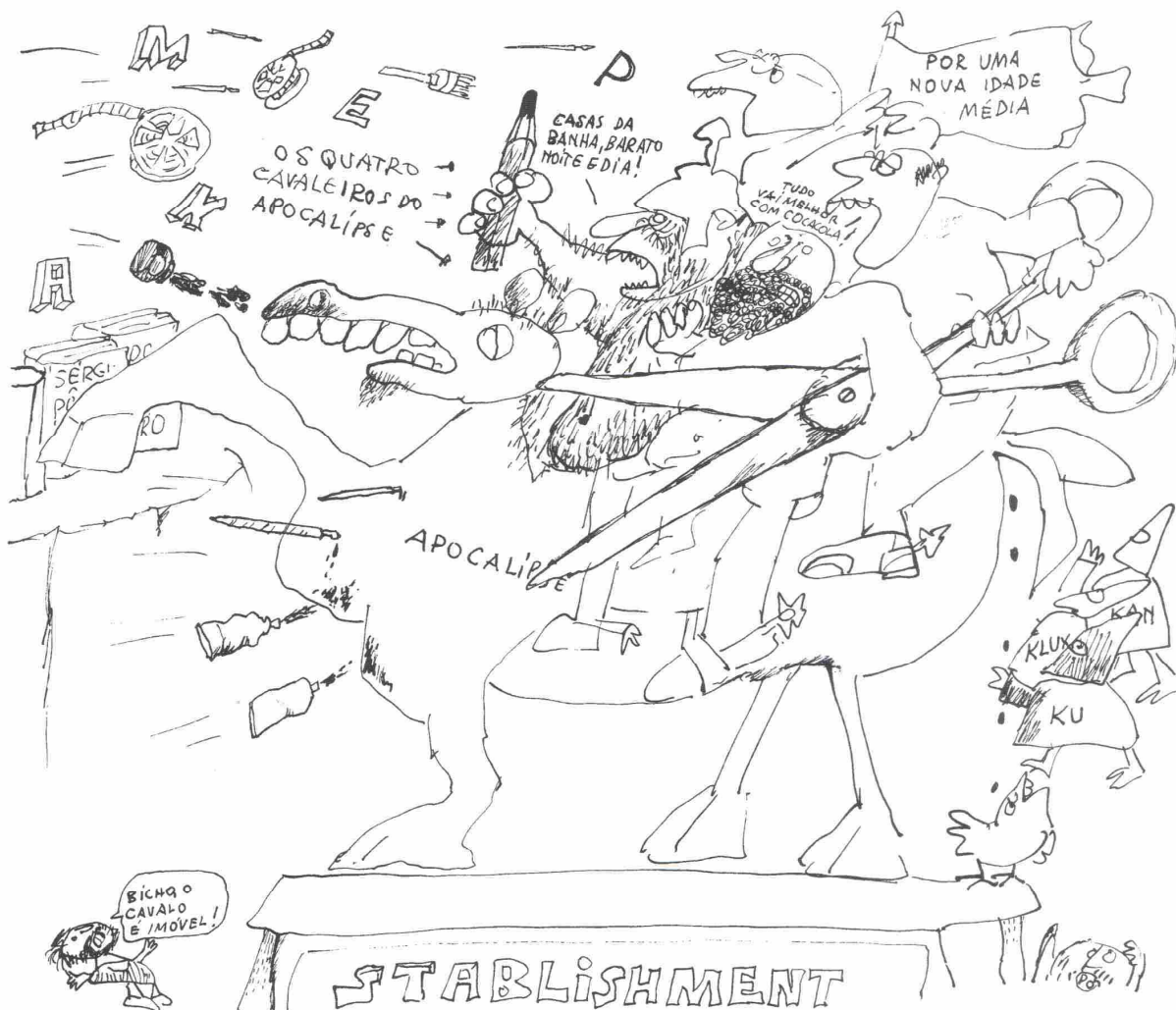
O espantinho da censura ronda a Grécia. Um exército de tesouras, lápis vermelhos e carimbos destruidores invadiu Portugal. Quadrados em branco, revisões prévias e palavras descaracterizadas estão corroendo a Espanha.

Reunidos, porém, na Colina dos Direitos Inalienáveis, as forças revolucionárias de Nanquim, Parker, Faber e Ecoline resistem bravamente, até a última vírgula, contra a invasão da divisão de giletes e wilkinsons e conseguem fazer recuar, com seus gravadores Ha-kais, o bando surdo-mudo de uma divisão castradora. Rolos de filmes experimentais rolam bravamente contra comandos revisores, armados de

raspadores letais e decididos a tudo pela conquista da Remontagem. O campo de batalha, em toda parte, está juncado de nus decepados, seios cobertos, intenções destruídas, palavras truncadas e idéias nati-mortas. Na Praça Vermelha, uma edição clandestina é assassinada a patadas pela cavalaria bípede. Os Bascos são barbaramente encurralados numa reserva de provérbios conservadores. Na Disneylândia, o Pato Donald é frito na própria banha por personagens de Al Capp, que o dedoduram como o mais antigo e incansável protestador das histórias em quadrinhos. Tubos de tinta acrílica são lançados contra os arquivos de textos apreendidos

e os campos de concentração de piadas atentatórias à moral sofrem ataques de nossas forças, protegidas com escudos de papel de imprensa. A SIP, não tendo tomado posição definida, é bombardeada de ambos os lados. Nomes conhecidos enfrentam, com papel-carbono, xeroxes e cópias fotostáticas, guarnições anônimas encapuçadas, decididas a não deixar folha sobre folha...

Mas vamos resistir que a História é nossa. O enredo está aí para ficar. Personagens, não esmorecei. Fradim, Sigmund, Oto, o Cachorro, Pciu, o mais cachorro, nós estamos aqui, na estacada. Tarzan, nós defenderemos a tua nudez até nossa



última camisa. Lothar, cada um é o que bem entender, e ninguém tem nada com tua vida íntima com Mandrake. Batman e Robin, tendes direito à vossa felicidade.

Contra as borrachas Pingüim nós oporemos nossas Multiplic automáticas. Já vêm chegando aí as nossas heróicas hostes de elite, compostas das gloriosas tintas indeléveis. Diletantes de todos os países, contamos também com vocês. Mediócras da criação, esta é a hora de vocês se revelarem os gênios da atrapalhação.

À prancheta, camaradas! Nada tendes a perder senão os vossos pincéis. Máquinas Olivetti do mundo, uni-vos! Nada tendes a perder senão os vossos teclados.

VIVA O HUMOR! ABAIXO O MAU HUMOR!

POR UMA DENTADURA MELHOR NUM MUNDO MAIS ALEGRE!

AOS GARNIZÉS, TUDO. AOS URUBUS, NEM A CARNIÇA.

CANJICA PARA TODO MUNDO!

E NÃO SE ESQUEÇAM: DEPOIS DA VITÓRIA CADA LUTADOR RECEBERÁ UM BICHO DE TRÊS MULHAS DO MELHOR PLANTEL.